

O ANTIGO PAÇO DOS ARCEBISPOS DE BRAGA



Manuela Martins
Ricardo Mar
Maria do Carmo Ribeiro

O ANTIGO PAÇO
DOS ARCEBISPOS
DE BRAGA



UMinho Editora

AUTORES

Manuela Martins

Ricardo Mar

Maria do Carmo Ribeiro

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

FOTO CAPA

Ala poente do Largo do Paço. António Martinho Baptista.

DESIGN e PAGINAÇÃO

Tiago Rodrigues

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS

Graficamares, Lda

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2021

DEPÓSITO LEGAL 491975/21

ISBN impresso 978-989-8974-54-9

ISBN digital 978-989-8974-55-6

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.59>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

UNIVERSIDADE DO MINHO

O ANTIGO PAÇO DOS ARCEBISPOS DE BRAGA

Manuela Martins

Ricardo Mar

Maria do Carmo Ribeiro

2021

1. INTRODUÇÃO	7
2. CONTEXTOS	9
2.1. Fontes e antecedentes urbanísticos	9
2.2. A evolução do Paço dos arcebispos	23
3. O PAÇO MEDIEVAL	27
3.1 As origens do Paço arcebispal no século XIV (Fase I)	30
3.2. A expansão do Paço no século XV (Fase II)	37
3.3. O palácio e a representação do poder no final da Idade Média	40
4. O PAÇO RENASCENTISTA	47
4.1. As obras de D. Diogo de Sousa (1505-1532)	48
4.2. A intervenção de D. Manuel de Sousa (1545-1549)	58
4.3. O contributo de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609)	58
5. O PAÇO BARROCO DE D. RODRIGO DE MOURA TELES (1704-1728)	65
5.1. O contexto: a influência do barroco na região do Minho e em Braga	65
5.2. A consolidação do Largo do Paço	71
5.2.1. <i>A ala norte</i>	78
5.2.2. <i>A ala nascente</i>	79
5.2.3. <i>A ala poente</i>	80
5.3. A capela palatina	84
5.4. Outras obras	85

SUMÁRIO

6. O PAÇO BARROCO DE D. JOSÉ DE BRAGANÇA (1741-1756)	89
6.1. O urbanismo barroco bracarense	89
6.2. O novo palácio do Campo dos Touros	91
6.3. A integração da capela palatina	104
7. A OCUPAÇÃO DO PAÇO NA SEGUNDA METADE DE SETECENTOS	111
8. O PAÇO ARCEBISPAL NOS SÉCULOS XIX E XX	113
8.1. Entre o fim do Senhorio de Braga (1790) e o restauro (1930)	113
8.2. A intervenção de restauro entre 1930 e 1950	120
8.2.1. <i>A reconstrução do Paço de D. José de Bragança (1930-1934)</i>	121
8.2.2. <i>As obras no Paço moderno/barroco (1934-1950)</i>	123
8.2.3. <i>O restauro do corpo medieval (1934-1950)</i>	128
8.2.4. <i>O arranjo da envolvente</i>	130
8.3. A instalação da Universidade do Minho em 1974	138
9. O PAÇO DOS ARCEBISPOS NO SÉCULO XXI: OS DESAFIOS	143
BIBLIOGRAFIA	147

1.

INTRODUÇÃO

Desenvolvendo-se por uma vasta área do centro histórico de Braga, o antigo Paço dos arcebispos ocupa um inequívoco lugar de destaque na paisagem urbana bracarense e na planimetria da cidade atual, localizando-se nas proximidades da Catedral, sendo também um dos seus edifícios históricos mais antigos e emblemáticos. Na verdade, não estamos perante uma construção singular, mas antes face a um conjunto de edifícios que se foram anexando uns aos outros, entre os séculos XIV e XVIII, tendo alguns sofrido sucessivas reconstruções e sido definitivamente reconfigurados, tal como os conhecemos hoje, entre 1930 e 1950, com a intervenção de restauro realizada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Tendo servido como residência dos arcebispos bracarenses, entre o século XIV e 1911 e albergado diversos serviços que se foram progressivamente associando à gestão da Arquidiocese, o Paço arcebispal viria a conhecer uma progressiva perda de protagonismo posteriormente a 1790, quando os arcebispos deixam de exercer a jurisdição temporal sobre Braga. Posteriormente, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Paço viria a conhecer um conjunto de usos pouco adequados à natureza dos edifícios e dos seus espaços, circunstância que os vulnerabilizou e degradou.

A intervenção de restauro realizada entre 1930 e 1934 no Paço barroco de D. José de Bragança, que havia sofrido um incêndio em 1866, permitiu adaptar o edifício à sua futura função de Biblioteca Pública e de Arquivo Distrital. Posteriormente a 1934 foram progressivamente restaurados o corpo medieval tardo-gótico e os edifícios que formalizam o paço moderno / barroco que se estrutura em volta do Largo do Paço. O conjunto dos restauros viria a restituir ao Paço dos arcebispos alguma da sua anterior dignidade e centralidade, a qual foi consideravelmente reforçada com a passagem do imóvel para a tutela da recém-fundada Universidade do Minho, em 1973, que deu início a um novo ciclo na vida deste histórico edifício.



Fig. 1. Vista aérea do edifício do Paço dos arcebispos de Braga. ©UAUM.

Sendo o Paço arcebispal um complexo exemplar de arquitetura civil, que testemunha o poder e importância que os arcebispos tiveram na história de Braga, é inevitável que a sua evolução se articule intimamente com a evolução da cidade. Na verdade, no Paço arcebispal, tal como na vizinha Catedral, é possível encontrar expressões das diferentes tendências artísticas que se fizeram sentir um pouco por toda a Europa entre os finais da Idade Média e os finais do Antigo Regime, pelo que os seus sucessivos acrescentos e modificações, carecendo de ser percebidos no contexto da evolução da cidade de Braga, não deixam de constituir exemplos paradigmáticos da racionalidade urbanística e das linguagens arquitetónicas características do longo período de progressiva construção dos edifícios que o compõem. Mas, a história da evolução do Paço dos arcebispos representa também um excelente testemunho das mudanças ocorridas nas paisagens urbanas das cidades com vocação senhorial, permitindo-nos entender como foram mudando as estratégias de propaganda e de afirmação pública do poder no espaço urbano medieval, renascentista e

barroco. Importa, por isso, inserir a complexa evolução arquitetónica do Paço arcebispal bracarense no contexto histórico e urbanístico da cidade de Braga, ele também muito ligado aos eventos associados aos primeiros tempos da história de Portugal e aos movimentos culturais que influenciaram as dinâmicas da história europeia.

Quase tão complexa quanto a longa e secular história construtiva do Paço dos arcebispos, entre o século XIV e a centúria de Setecentos, é a utilização que foi dada aos edifícios que o compõem, ainda mais diversificada após o fim do Senhorio de Braga, em 1790, e na sequência da progressiva passagem do palácio para o domínio público, posteriormente a 1834, ou a 1911, momento que assinala o fim do seu uso como residência dos prelados bracarenses. Assim, a uma indispensável narrativa das diferentes fases de construção do Paço, soma-se uma outra, não menos relevante, que se associa às funções que desempenhou, a qual nos permite mergulhar na densidade histórica deste notável edifício, que assinala, através dos múltiplos serviços que albergou, a sua enorme centralidade e íntima relação com o pulsar da vida urbana bracarense ao longo dos séculos. Neste contexto, parece inevitável que a história do Paço, perceptível pelo desenvolvimento arquitetónico e espacial dos diferentes “paços” que o compõem, se entrelace com o protagonismo dos arcebispos enquanto agentes ativos na transformação da cidade de Braga, bem como com as tendências e modelos arquitetónicos e artísticos característicos dos períodos históricos em que foram sendo construídos.

2.

CONTEXTOS

2.1. Fontes e antecedentes urbanísticos

A reconstituição da complexa história do Paço arcebispal repousa no cruzamento de diferentes tipos de dados, cabendo destacar desde logo os vestígios arquitetónicos e construtivos que se conservaram. Na verdade, apesar das remodelações que foi sofrendo ao longo dos séculos, bem como dos

profundos restauros que conheceu, entre 1930 e 1950, por parte da DGEMN, o Paço dos arcebispos conserva ainda características e elementos arquitetónicos imprescindíveis para reconhecer a sua estrutura compósita e perceber a sua evolução espacial. Globalmente, reconhecem-se três grandes conjuntos de construções, edificados em diferentes momentos históricos: o Paço tardo-medieval, formado pela torre de D. Gonçalo Pereira, com acrescentos e anexos, datado dos séculos XIV/XV; o Paço renascentista/barroco, composto por três alas que formalizaram a praça do Largo do Paço, construído no século XVI e pontualmente alterado por D. Rodrigo de Moura Teles, nos inícios do século XVIII e o Paço barroco de D. José de Bragança, datado de meados do século XVIII.

Importantes são também as fontes textuais que fazem referência ao palácio dos arcebispos¹, bem como as fontes iconográficas de Braga que se revelam fundamentais para compreender as transformações e a evolução sofridas pelo conjunto de edifícios que o formalizaram. Entre elas destaca-se o habitualmente designado *Mapa de Braunio*, intitulado “*Nova Bracarae Auguste descriptio*”, que se integra no volume V (1594) da obra *Civitates Orbis Terrarum*, da autoria de Georg Braun e Frans Hogenberg, publicada em Colónia, entre 1572 e 1617 (Bandeira, 2000, p.31). Obra cartográfica relevante é também o *Mappa de Braga Primas*, de 1756, atribuído a André Soares (1720-1769), que poderá ter feito parte do espólio pessoal do arcebispo D. José de Bragança (Bandeira e Moreira, 2019). As duas obras fornecem representações sugestivas da composição do conjunto de construções que deram forma ao palácio arcebispal, respetivamente, em finais do século XVI e em meados do XVIII. Importa ainda referir o «Mapa»

¹ As fontes documentais relativas ao Paço, que integram maioritariamente os fundos do Arquivo Distrital de Braga e da Biblioteca Pública, têm vindo a ser transcritas e publicadas por vários autores. Por solicitação da reitoria da Universidade do Minho, e tendo em vista informar um futuro projeto de requalificação do Paço, Eduardo Pires de Oliveira elaborou um trabalho monográfico, ainda inédito, no qual sistematizou boa parte dessas fontes (E. P. Oliveira, 2013). No âmbito desse trabalho se inscreve também um detalhado estudo realizado por Paula Bessa (2013) sobre o Paço medieval e a sua evolução para o Paço moderno. Estes dois estudos revelaram-se particularmente importantes para a realização do *Programa Base para o Projeto de Requalificação da Sede da Universidade do Minho. Antigo Paço Arqueiepiscopal de Braga*, que viria a ser desenvolvido pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade, sob orientação da arquiteta Maria Manuel Oliveira, o qual foi publicado em 2019, com o título *Abrir “O Paço” à cidade*.

das Ruas de Braga, documento constituído por um conjunto de 14 livros que foram produzidos pelo Cabido bracarense, dando resposta ao pedido de D. João V para que se organizassem as suas contas, tarefa que decorreu entre 1740 e 1750, coordenada por Francisco Pacheco Pereira (Vasconcelos, 1988; Bandeira, 2000). Esta obra reproduz os alçados das casas que se erguiam na grande maioria das ruas de Braga e fornece-nos as características das fachadas do palácio voltadas ao Largo do Paço, em meados do século XVIII.

Complementarmente, podemos ainda mencionar os resultados das intervenções arqueológicas realizadas, entre 1988 e 1989, no jardim interior, ou pátio sul do Paço. Aí, foi possível testemunhar uma longa ainda que pouco densa sequência de ocupação, tendo sido identificadas várias estruturas, entre muros, canalizações e pavimentos, datadas a partir dos séculos XIV/XV, as quais documentam atividades construtivas relacionadas com a primitiva ocupação do Paço arcebispal (Lemos *et al*, 1988, pp. 67-76).

A documentação arqueológica disponível para a área envolvente do Paço evidencia que os terrenos onde este se implantou constituíam uma área periférica da cidade de Braga, até aos séculos XIII/XIV, situando-se fora do perímetro urbano medieval, uma vez que a parte norte da primitiva cerca defensiva alto medieval, que funcionou até ao século XIII, terá reaproveitado a estrutura da anterior muralha romana, erguida nos finais do século III/inícios do IV (Martins e Ribeiro, 2013). Foi nas proximidades dessa fortificação, na área intramuros, que foi erguida a primeira basílica cristã de Braga, datada dos inícios do século V, a qual reutilizou um anterior edifício civil romano, de planta retangular que se presume corresponder a um mercado². Também terá sido nas imediações dessa basílica, sobre a qual viria a ser erguida a Catedral, que foi construída a primeira residência episcopal, cuja ampliação para norte estaria muito condicionada pela proximidade da muralha que cruzava a área onde foi construído o torreão anexo à

2 Dados resultantes das escavações realizadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) na rua da Nossa Senhora do Leite, nos anos 80 do século XX (Gaspar, 1985) e na zona do altar-mor da Catedral (Fontes *et al*, 1997-98).

[illegible]

Ades S. Petri nra vulgo
Maximini dicitur.



TE descriptio



Vrbis insignia

D. In hac arduula quam colunt
in a pratoribus Rom. variis me-
dam in locis erant, hincque
magis cingunt atque aruunt.

Ales tes fluvius cuius
fontes in spino monte a
Brac. sup. nullaribus agunt, val-
lem amplexantia vrbis adiacet irri-
gat multis fortis, penaribus iridari-
isq. excolit. illud mirabile, arbore
nulla ex medicis mali generis. creant,
quibz alioquin hec tota provincia a
biondat. Vrbem alluit, atq. in sua
maioris fons flumini prope actipua
oppidum villa Comitis insulat. bene
falso quidam Sechen vocant.

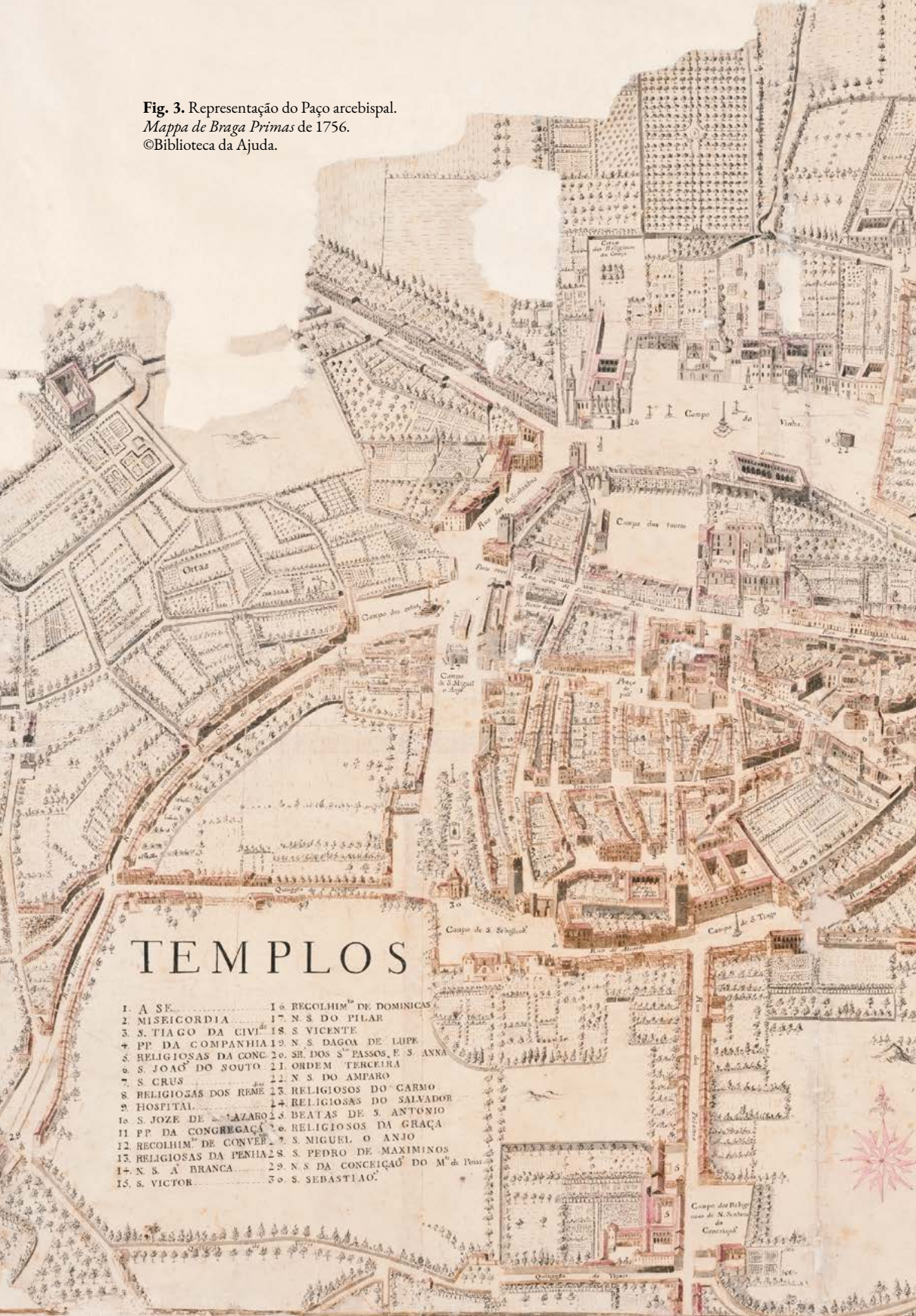
Via in Vinarum oppidum s. d. d. d.
mas erit, clarissima. hoc via s. d. d. d.
glas. Antea Imperat. Bracara flumini s. d. d. d.



Candido Spectatori.
Bracara f. Augustae f. Augustae a Cesare di-
Lector adq. noster Gasparis iugeno.
Nunc magis Augustae Augustino princeps, di-
Pontificem iunilis, Concilijq. patron.
Doctor Sebastianus Bassaro s. d. d. d.
a Secretis.

Schola pri. matialis

Fig. 3. Representação do Paço arcebispal.
Mappa de Braga Primas de 1756.
 ©Biblioteca da Ajuda.



TEMPLOS

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. A SE. | 16. REGOLIM ^{to} DE DOMINICAS |
| 2. MISEIGORDIA | 17. N. S. DO PILAR |
| 3. S. TIAGO DA CIVA | 18. S. VICENTE |
| 4. PP. DA COMPANHIA | 19. N. S. DAGOIA DE LUPE |
| 5. RELIGIOSAS DA CONC. | 20. SR. DOS S. PASSOS, F. S. ANNA |
| 6. S. JOAO DO SOUTO | 21. ORDEM TERCEIRA |
| 7. S. CRUS | 22. N. S. DO AMPARO |
| 8. RELIGIOSAS DOS REME | 23. RELIGIOSOS DO CARMO |
| 9. HOSPITAL | 24. RELIGIOSAS DO SALVADOR |
| 10. S. JOZE DE LAZARO | 25. BEATAS DE S. ANTONIO |
| 11. PP. DA CONGREGACAO | 26. RELIGIOSOS DA GRAÇA |
| 12. REGOLIM ^{to} DE CONVER. | 27. S. MIGUEL, O ANJO |
| 13. RELIGIOSAS DA PENHA | 28. S. PEDRO DE MAXIMINOS |
| 14. N. S. A BRANCA | 29. N. S. DA CONCEICAO DO M ^{to} de Penha |
| 15. S. VICTOR | 30. S. SEBASTIAO |



MAPPA
A
CIDADE
DE
BRAGA PRIMAS.

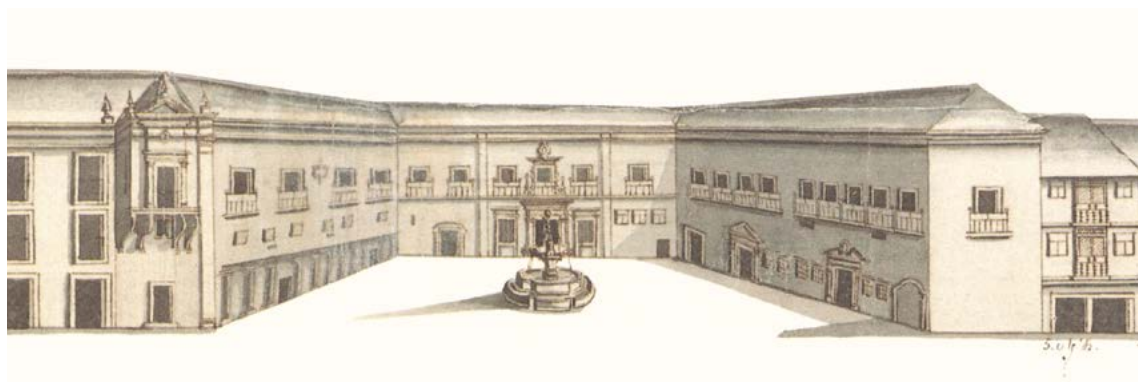


Fig. 4. Representação do Paço arcebispal. Excerto do «*Mappa*» das Ruas de Braga de 1750. ©ADB.

Capela da Nossa Senhora da Glória, tal como foi documentado nas escavações arqueológicas aí realizadas (Fontes *et al*, 1997-98).

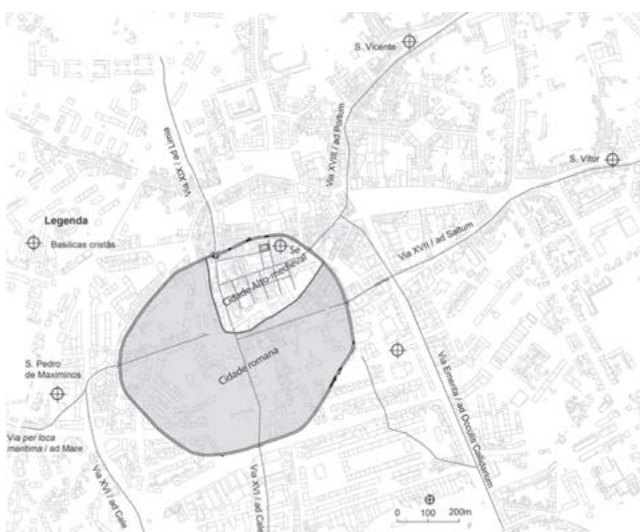
O conhecimento relativo à área urbana de Braga ao longo da Alta Idade Média repousa quase exclusivamente nos dados arqueológicos resultantes das numerosas escavações realizadas na cidade, ao longo dos últimos 45 anos, as quais assinalam o processo de retração da grande cidade tardo-antiga dos séculos V/VII, por sua vez herdeira da urbe romana tal como a conhecemos no século IV, quando era capital da província romana da Galécia (Martins *et al*, 2018). Essa retração poderá constituir uma consequência das destruições decorrentes das incursões muçulmanas do século VIII, ou das intervenções militares de 753 e 754, atribuídas a Afonso I das Astúrias, as quais terão contribuído para a destruição da cidade e para a dispersão parcial da sua população. A incapacidade para proceder à sua reconstrução, com o bispo ausente em Lugo, poderá ter determinado o progressivo abandono de uma área significativa da anterior cidade e a concentração da sua população no quadrante nordeste, onde se conservou a estrutura de alguns dos eixos viários de raiz romana, os quais viriam a condicionar o desenvolvimento dos quarteirões retangulares e de um novo tipo de parcelas que vai caracterizar o medieval Bairro das Travessas (Martins e Ribeiro, 2013). Assim, a Braga dos séculos IX a XII ocuparia apenas um quarto da área da anterior cidade romana, núcleo que viria a ser cercado, em data indeterminada, por uma primeira muralha medieval, que reaproveitou a parte nordeste da muralha romana. Essa primeira fortificação medieval encerraria um perímetro urbano que correspondia, genericamente, a metade daquele que veio a ser defendido pela muralha tardo-medieval dos séculos XIV/XV (Ribeiro, 2011; Ribeiro *et al*, 2018).

A revitalização da cidade de Braga na Idade Média foi em larga medida devedora da atuação dos fundadores do Condado Portucalense, os condes D. Henrique e D. Teresa, bem como do bispo D. Pedro I (1071-1091), a quem coube a missão de restabelecer a Diocese de Braga. Das iniciativas levadas a cabo por D. Pedro I destacam-se a construção da atual Catedral, cujo altar-mor viria a ser sagrado em 1089, a criação da Escola Capitular, a fundação ou reorganização do Cabido,

1.



2.



3.

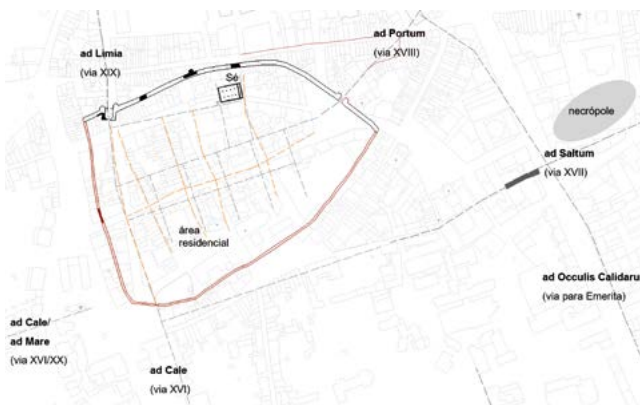
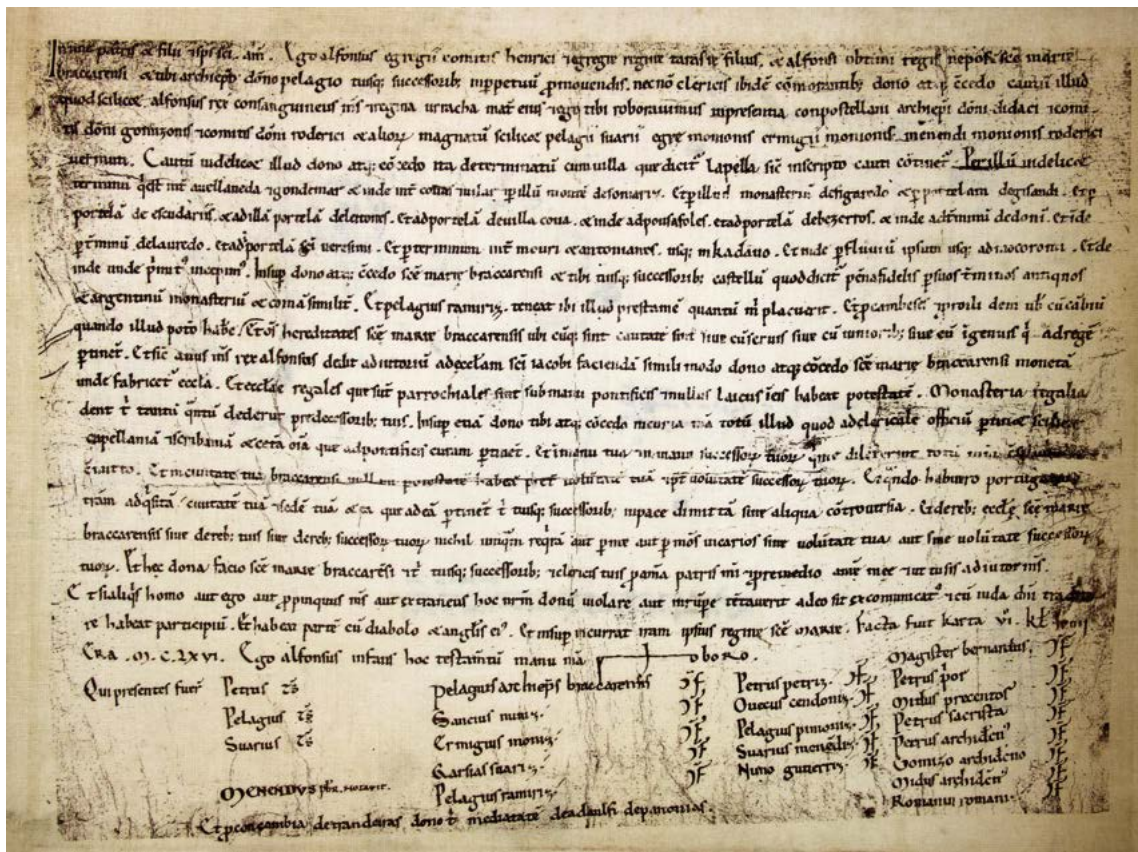


Fig. 5. 1. Evolução planimétrica de Braga entre a Antiguidade Tardia e o século XV (1 - séculos IV a VII, 2 - séculos VIII- XII/XIII e 3 - séculos XIV/XV). 2. Áreas da cidade romana e alto medieval com caminhos e basílicas paleocristãs. 3. Pormenor da cidade alto-medieval. ©UAM.

o alargamento do património capitular e a divisão administrativa da Diocese (Costa, 1997). Paralelamente às atuações do bispo D. Pedro, os fundadores do Condado Portucalense contribuíram, de forma decisiva, para a dignificação e engrandecimento do núcleo urbano, ao atribuir à Arquidiocese de Braga, no ano de 1112, o Couto de Braga e o seu termo, com os respetivos direitos fiscais (Costa, 1997, pp. 415-416). Posteriormente, em 1128, D. Afonso Henriques confirmou a Carta de Couto, outorgada à Sé de Braga, dando-lhe o direito de cunhar moeda e outros privilégios. Desde então, a Igreja obteve uma posição muito privilegiada na cidade, a qual se viria a traduzir, ao longo dos séculos, num forte poder e influência, designadamente ao nível das transformações do seu urbanismo e da construção de edifícios religiosos e civis que condicionaram a sua morfologia até ao século XX (Ribeiro, 2018; Ribeiro e Martins, 2018).

Tendo por base a documentação histórica, sabemos que o aca-nhado núcleo urbano alto medieval terá conhecido uma expansão para norte e nordeste, a qual será anterior à construção da Capela da Nossa Senhora da Glória, erguida, juntamente com a sua torre anexa, a mando do arcebispo D. Gonçalo Pereira, entre 1332-34 (Ferreira, 1928-1934, p. 156). É precisamente a este arcebispo que se deve o início da construção do Paço arquiepiscopal em terrenos situados a norte da Catedral, circunstância que não pode ser desvinculada da expansão da cidade e do avanço da muralha para norte, ocorridos em data imprecisa, mas também das novas exigências determinadas pela ampliação da corte arcebis-pal e do reforço do seu poder senhorial, que justificaram a construção de um novo palácio, para substituir a residência dos arcebispos e dos clérigos que até ao século XIV ocuparia um conjunto de edifícios ane-xos à Catedral. Estes seriam certamente espaços modestos, que se terão tornado insuficientes para albergar os Senhores de Braga e a sua corte, a qual terá crescido em número e exigências. Por isso, o arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) terá aproveitado o alargamento do siste-ma defensivo para norte para construir um novo Paço, elegendo para o efeito os terrenos que se dispunham entre a Sé e os limites da nova muralha medieval.



1.

Fig. 6. 1. Fac simile da confirmação do Couto de Braga e do seu termo à Arquidiocese de Braga, feita por D. Afonso Henriques, em 1128. ©ADB. 2. Tradução do texto (autor desconhecido).

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, Amem. Eu Afonso Filho do Egrégio Conde Henrique e da Egrégia Rainha Teresa, neto do Rei Afonso Magno, a Santa Maria Bracarense e a ti Arcebispo Dom Paio e a teus sucessores que perpetuamente vierem sendo eleitos bem como aos clérigos que aí residem dou e concedo o Couto que o Rei Afonso meu parente e a Rainha Urraca sua Mãe e eu confirmamos em presença do Arcebispo Compostelano Dom Diogo e do Conde Dom Gomizones e do Conde Dom Rodrigo e de outros próceres a saber Paio Soares, Egrégio Moniones, Ermígio Moniones, Mendo Moniones, Rodrigo Bermudes. Efectivamente dou e concedo o Couto assim limitado com a Vila que se chama Lapela como consta do registo do Couto. Por aquela confrontação que está entre Aveleda e Gondomar e daí entre Covas e Vilar pelo Monte de Somariz, e pelo Mosteiro de Figueiredo e pela Portela de Guisande e pela Portela de Escudeiros até à Portela de Leitões e à Portela de Vila Covas e daí a Pousafoles e à Portela de Bezerros e daí ao termo de Donim e daí pelo termo de Louredo à Portela de São Veríssimo e pelo termo entre Moure e Antoniães até ao Cávado e daí pelo mesmo rio até Mocomome e daí até onde começamos. Mais ainda: dou e concedo a Santa Maria Bracarense a ti e a teus sucessores o Castelo que chamam Penafiel com os seus limites antigos e o Mosteiro de Arentim (?) e do mesmo modo o lugar [onde o Mosteiro está implantado]. E Paio Ramires aí tenha o foro quanto me agradar. E por Cambeses e em troca dele que eu vos dê em câmbio quando eu o puder fazer. E todas as herdades de Santa Maria Bracarense aonde quer que sejam coutadas estejam com servos ou com juniores ou com homens livres que ao Rei pertencem. E como o Rei Afonso meu Avô deu ajuda para a construção da Igreja de Santiago do mesmo modo dou e concedo a Santa Maria Bracarense o dinheiro com que se possa construir a Fábrica da Igreja. E as Igrejas Reais que são paroquiais estejam sob a alçada do Pontífice e que nenhum leigo nelas tenha poder. Os Mosteiros Reais te dêem tanto quanto deram aos teus predecessores. Também te dou a ti e concedo na minha Curia tudo o que diz respeito ao ofício da cleresia isto é a Capelanía e Chancelaria e tudo quanto diz respeito à função de um Pontífice. E na tua mão e na mão dos teus sucessores que me estimarem confio todo o meu Conselho. E na tua Cidade de Braga que eu não tenha nenhum poder com tanto que essa seja a tua vontade e a dos teus sucessores. E quando eu tiver a terra portuguesa conquistada, [dou e concedo] a ti e aos teus sucessores a tua cidade e a tua Sé e aquilo que a ela pertence – legando-te em paz sem controvérsia alguma. E dos bens da Igreja de Santa Maria Bracarense e dos teus bens ou dos bens dos teus sucessores nada já mais exigirei ou por mim ou pelos meus mandatários sem a tua vontade ou sem a vontade dos teus sucessores. E esta doação faço-a a Santa Maria Bracarense e a ti e aos teus sucessores e aos teus clérigos por alma de meu Pai e pela salvação da minha alma e para que tu sejas o meu auxiliar. E se alguém ou eu ou parente meu ou estranho tentar violar ou denunciar esta nossa doação seja por Deus excomungado e tenha parte com Judas traidor do Senhor e tenha parte com o diabo e seus anjos. E além disso incorra na cólera da mesma Rainha Santa Maria. Foi este Instrumento feito no sexto dia antes das Calendas de Junho (27 de Maio). Era MCLXVI. Eu Afonso Infante esta doação pela minha mão corroboro.

2.

Os que estiveram presentes:

Petrus, testemunha / Pelagius, testemunha / Suarius, testemunha //. Pelagius, Arcebispo de Braga, confirma / Sancius Nuniz, confirma / Ermigius Moniz, confirma / Garcias Suariz, confirma / Pelagius Ramirez, confirma / Petrus Petriz, confirma / Ouecus Sendoniz, confirma / Pelagius Pinioniz, confirma / Suerius Menendiz, confirma / Nuno Gutierrez, confirma / Mestre, Bernardus, Confirma / Petrus, Prior, confirma / Mitilus, Chantre, confirma / Petrus, Sacristão, confirma / Petrus, Arcediago, confirma / Gomizo, Arcediago, confirma / Midus, Arcediago, confirma / Romanus Romani, Confirma.

Mendo, Presbítero o escreveu.

E em troca de Trandeiras dou-te metade de Adaúfe de Panoias.

As fontes documentais testemunham que o alargamento da muralha medieval para nordeste estaria já em curso no ano de 1210, acompanhando a gradual expansão de Braga, a partir dos inícios do século XIII, documentada pelo aumento das referências textuais à rua do Souto, Porta de S. João e à Porta do Souto. A construção da muralha terá prosseguido ao longo dos séculos XIII/XIV, sabendo-se que em 1315 já estava construído o Castelo, o que subentende que a muralha de Braga teria merecido uma requalificação, na primeira metade do século XIV, com a anexação da estrutura castelar onde estava sediada a Confraria de S. João do Souto (Marques, 1982, 1986). A edificação da nova muralha terá prosseguido no reinado de D. Dinis (1279-1325), tendo-se então atingido o limite máximo da expansão da cidade até aos terrenos que viriam a ser designados por Campo da Vinha (Marques, 1983, pp. 46-47).

Assim, é impossível não relacionar o robustecimento do sistema defensivo de Braga com a construção do novo palácio episcopal por D. Gonçalo Pereira. Trata-se de uma operação construtiva e urbanística de grande impacto, pelo que importa ter em conta que D. Gonçalo Pereira beneficiava de uma grande proximidade com o poder régio, nomeadamente com o rei D. Dinis, mesmo antes da sua nomeação como arcebispo de Braga, o mesmo acontecendo posteriormente, com o seu filho, D. Afonso IV, monarca que o arcebispo apoiou em situações de conflito, designadamente na Batalha do Salado. O novo Paço, com um marcado caráter defensivo, que sinalizava a vulnerabilidade dos tempos, rivalizaria em termos arquitetónicos com o Castelo, o que subentende uma clara intenção de afirmar o prestígio e o poder do arcebispo, enquanto senhor de Braga, sem descuidar as preocupações com a defesa e a segurança da cidade que eram garantidas essencialmente pela muralha e pelo Castelo (Ribeiro, 2017). Por outro lado, o novo palácio dos arcebispos possuía uma localização privilegiada no novo plano urbanístico da cidade tardo-medieval, devido à sua proximidade relativamente à Catedral, desempenhando um importante papel como marcador arquitetónico capaz de induzir desenvolvimentos urbanísticos significativos na cidade, sobretudo a norte da rua do Souto, como virá a acontecer entre os séculos XVI e XVIII.

2.2. A evolução do Paço dos arcebispos

Sabemos que até ao século XIII a residência dos arcebispos de Braga estava localizada nas imediações da Catedral. A cidade estava então cercada na parte norte pela antiga muralha tardo-romana que, *grosso modo*, passava a sul da atual rua D. Diogo de Sousa, prolongamento natural da rua do Souto. Com o avanço da muralha medieval para norte o novo limite da cidade passou a situar-se na área do Campo de Vinha, o que permitiu que o arcebispo D. Gonçalo Pereira tenha criado uma nova residência senhorial na área intramuros situada a norte da Catedral, e reivindicado o domínio sobre os terrenos urbanos que se estendiam até à nova muralha. Assim, o nascimento do Paço arcebispal como uma casa-torre tem que ser enquadrado no contexto histórico das guerras com Castela e muito particularmente no âmbito da afirmação do arcebispo de Braga como senhor feudal da cidade, com jurisdição senhorial (Barroca, 1989, 1998). Na verdade, quando se observam as dimensões do Paço dentro daquele que foi o recinto fortificado da cidade medieval, é fácil perceber a importância assumida pelo conjunto de edifícios que o formalizaram, entre a Idade Média e o fim do Antigo Regime, pois trata-se de uma autêntica cidadela palatina (*regia*), onde tinha lugar o poder eclesiástico do arcebispo de Braga e a sua representação, funcionando também como sede da administração senhorial da cidade, exercida pelo arcebispo por delegação da Coroa e como a residência de um nobre eclesiástico que possuía o estatuto mais elevado da igreja portuguesa, exibindo o título de Primaz das Espanhas.

O Paço tardo-medieval, que começou a ser construído na primeira metade do século XIV, teria as características de uma *domus fortis*, sendo composto por uma torre, com corpos anexos, assumindo o aspeto e as características de uma fortaleza, obedecendo a critérios construtivos dominados pelo primado da defesa e imponência, em harmonia com a Sé e com o Castelo, destacando-se da restante organização urbanística que caracterizava a parte sul da cidade medieval (Martins e Ribeiro, 2013). Até finais do século XIV o Paço terá adensado o seu perfil defensivo, que sabemos persistir ainda na primeira metade do

século XV, quando, graças à ação do arcebispo D. Fernando da Guerra (1416-1467) terá sido construído o corpo perpendicular à torre.

Através de sucessivas ampliações, o Paço arcebispal acabaria por se transformar ao longo dos séculos num grande palácio senhorial, com múltiplas dependências, situação que foi potenciada pela ampla área de potencial crescimento, bem representada no *Mapa de Braunio*, de 1594, pelos terrenos onde se situavam uma quinta e a vinha do arcebispo. A íntima relação entre a construção do palácio e da nova cerca defensiva parece igualmente demonstrada pelo facto de um dos torreões da muralha ter sido construído no alinhamento da torre que formalizava o Paço tardo-medieval, permitindo um acesso privilegiado aos seus terrenos, a partir do exterior da cidade, conforme se pode observar no referido *Mapa* de finais do século XVI.

As transformações da malha urbana de Braga operadas durante a Idade Moderna continuaram a colocar em evidência o palácio dos arcebispos e a sua íntima articulação com a Catedral e com o grande eixo viário que separava os dois edifícios: a rua do Souto. Neste contexto, são dignas de destaque as ações urbanísticas ocorridas no arcebispado de D. Diogo de Sousa (1505-1532), relacionadas com a regularização daquela rua e a abertura da rua Nova de Sousa, permitindo a criação de um extenso eixo viário que passou a cruzar a cidade no sentido E/O, desde o Castelo até à Porta Nova de Sousa, que o arcebispo mandou abrir na muralha medieval. Assim, a nova artéria, larga e retilínea, que dividia a cidade praticamente a meio, ligava o Campo de Santana, situado a nascente da cidade, com o Campo das Hortas que se dispunha extramuros, no extremo poente.

Coube aos arcebispos do século XVI esboçar arquitetonicamente a nova articulação urbana do Paço arcebispal com a cidade, que tinha como centro a Catedral e que pulsava nas ruas que compunham o bairro das Travessas, situado na parte sul da cidade, onde se concentrava a maioria da população e das atividades económicas. Algumas ruas ligavam-se aos novos campos que D. Diogo de Sousa mandou abrir extramuros para potenciar a expansão da cidade.



Fig. 7. Braga tardo-medieval (século XV). Planta de Braga com o bairro das Travessas, o Castelo, a Catedral e o Paço arcebispal. ©UAUM.

As ações construtivas levadas a cabo pelos arcebispos do século XVI, a começar com D. Diogo de Sousa (1505-1532), transformaram o Paço dos arcebispos no segundo edifício mais imponente da cidade, a seguir à Sé, ao mesmo tempo que esbateram o perfil defensivo que era característico da sua fase tardo-gótica, abrindo-o à cidade e conferindo-lhe uma fachada urbana, articulada com a rua do Souto. Assim, sabemos que D. Diogo de Sousa (1505-1532) definiu a topografia e volumetria do Paço renascentista através da construção de um edifício novo que se viria a constituir como a ala norte do corpo moderno, tendo realizado melhoramentos nas áreas contíguas, designadamente através do calcetamento e ornamentação do espaço entre a Catedral e o Paço, que reforçaram a articulação entre os dois edifícios (Maurício, 2000). Na década de 40 do século XVI, o arcebispo D. Manuel de Sousa (1544-1549) estruturou aquela que viria a ser a ala nascente do Largo do Paço, tendo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) fixado a volumetria da sua ala poente. As três alas acabaram por formalizar a praça que se dispõe a sul, contígua à rua do Souto, também designada por “terreiro”, que conferiu ao palácio dos arcebispos um forte vínculo urbano que ainda hoje se conserva.

O Paço renascentista, que se foi consolidando com novas intervenções dos arcebispos do século XVII, mereceu de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) uma atenção particular, traduzida num sólido programa arquitetónico de reconstrução e beneficiação das áreas anteriormente edificadas, o qual garantiu a monumentalização e embelezamento das fachadas viradas à Sé e à cidade, verdadeiramente dignas do poder e dignidade dos prelados bracarenses. A documentação atesta que D. Rodrigo de Moura Teles reconstruiu o corpo norte do Largo, transformando-o no principal espaço de representação do palácio, tendo assegurado a uniformização das três fachadas, facto que lhes garantiu uma coesão que não possuíam até então. A data de 1709, inserida em várias inscrições, designadamente sobre a porta principal da ala norte, aponta para que as obras possam ter sido concluídas nesse ano, sabendo-se que a construção do Chafariz dos Castelos é obra mais tardia, datada de 1723.

Em meados do século XVIII, D. José de Bragança (1741-1756) mandou construir um novo palácio, com fachada para o Campo dos Touros do Arcebispo, pois o velho Paço, apesar de todas as reformas e acrescentos que fora conhecendo, não satisfazia as condições para acolher o novo Prelado de sangue real. O novo Paço barroco viria a potenciar uma nova frente de urbanização, dando origem a uma nova praça, que fossilizou o antigo Campo dos Touros, atual praça do Município (Milheiro, 1993).

Com a construção do palácio de D. José de Bragança fixou-se a atual volumetria do palácio dos arcebispos, composto por três conjuntos distintos e interligados, bem representativos dos tempos históricos em que foram projetados e construídos. Assim, enquanto o Paço medieval se erguia solitário num amplo terreno não urbanizado, situado entre a Sé e a muralha, configurando-se como uma fortaleza que denunciava os tempos de instabilidade que caracterizaram os séculos XIV/XV, é claramente perceptível que o Paço renascentista, disposto a sul do anterior, construído em tempos de paz e crescimento, voltou costas à muralha, para se abrir à cidade, reforçando a sua articulação com a Sé e com a rua do Souto, que ganhará um forte protagonismo

na dinâmica económica e social de Braga a partir do século XVI. Já o Paço barroco de D. José de Bragança, que rematou a parte poente do conjunto medieval e moderno, afirma uma nova lógica de poder, transformando a nova praça do Campo dos Touros no novo centro político de Braga, dominado a nascente e a poente, respetivamente, pelos palácios do arcebispo e da Câmara, edifícios delimitadores de um espaço amplo que permitia a aglomeração de multidões por ocasiões festivas, tão ao gosto da sociedade setecentista (Milheiro, 2003).

Na atualidade, apesar do tempo decorrido e das transformações estruturais e funcionais que conheceu, o Paço arcebispal permanece como um dos edifícios mais simbólicos e ilustrativos da original história da cidade de Braga e das suas dinâmicas urbanas entre a Idade Média e a contemporaneidade, deixando adivinhar a sua complexa evolução pelas estruturas sobreviventes que carecem, todavia, de ser compreendidas à luz da documentação disponível, de natureza textual, ou iconográfica. Na verdade, o edifício que chegou até aos nossos dias constitui um conjunto de construções que se foram anexando, entre os séculos XIV e XVIII, que se expressam em três corpos articulados, cujo crescimento horizontal favoreceu a preservação da sua volumetria original. Uma quarta fase construtiva está naturalmente representada pelos restauros realizados entre os anos de 1930 e 1950 do século XX, particularmente significativos no corpo medieval e no corpo barroco, ou Paço de D. José de Bragança.

3.

O PAÇO MEDIEVAL

O restauro da parte medieval do palácio dos arcebispos, realizado entre os anos 30 e 40 do século XX, implicou a demolição de boa parte das construções sem grande valor arquitetónico e patrimonial, que haviam sido acrescentadas ao longo dos séculos, em particular as que compunham os edifícios de serviços. Sob os acrescentos horizontais e verticais e os rebocos dos edifícios, datados dos séculos XVIII e XIX, viriam a surgir



Fig. 8. Paço medieval. Em frente, torre de D. Gonçalo Pereira com acréscimo nascente; à esquerda, fachada nascente do corpo linear do século XV. ©AMB.



estruturas identificadas como medievais pela sua tipologia, correspondendo a um torreão defensivo, construído em várias fases, com um corpo central quadrado e dois acrescentos laterais, ao qual foi adossado, do lado sul, um comprido edifício que define um segundo momento construtivo da fase medieval do palácio.

3.1. As origens do Paço arcebispal no século XIV (Fase I)

Não é difícil relacionar o torreão medieval do Paço com as primeiras notícias escritas que referem a construção de um edifício residencial na parte norte da cidade, mandado executar por D. Gonçalo Pereira (1326-1348), avô de D. Nuno Álvares Pereira (Marques, 1983). Os documentos referem explicitamente a construção de uma *domus fortis*, termo que se refere a uma residência senhorial com a forma de um elevado torreão. Estes edifícios também são designados de *reparium* ou *turrem fortalicium*, ainda que sejam mais recorrentemente referidos como “casa-torre”, ou “casa-forte”. Assim, sabemos que o Paço de D. Gonçalo Pereira teria a forma de uma torre, dividida em pisos e com anexos, que poderia assemelhar-se a outras construções senhoriais fortificadas que são típicas do período tardo-medieval (Bessa, 2013). Na verdade, o palácio de D. Gonçalo Pereira pouco se deveria diferenciar externamente, senão pelas suas inferiores dimensões e elevação, da torre de menagem do Castelo. No entanto, as suas características originais são desconhecidas, pois a construção primitiva foi alterada pelos acrescentos laterais que foram adossados à torre primitiva, tendo o conjunto sido uniformizado pela DGEMN aquando do restauro, designadamente no que respeita à sua altura e coroamento de ameias.

Tendo por base os dados conhecidos é possível considerar que o primitivo Paço medieval correspondesse a uma grande torre, quase quadrada (13.7x12.5 m), à qual se terão adossado dois anexos, a nascente e poente, talvez em momentos diferentes, os quais ampliaram os compartimentos do palácio. A primitiva torre corresponde a um modelo arquitetónico que concetualmente deriva dos *donjons*,

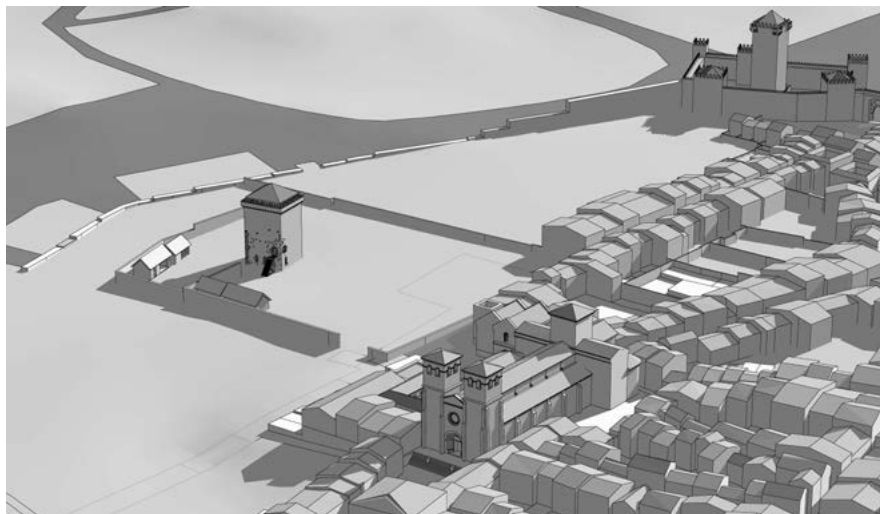


Fig. 9. Paço medieval. Fachada norte, com pedra de armas de D. Gonçalo Pereira. ©AMB.



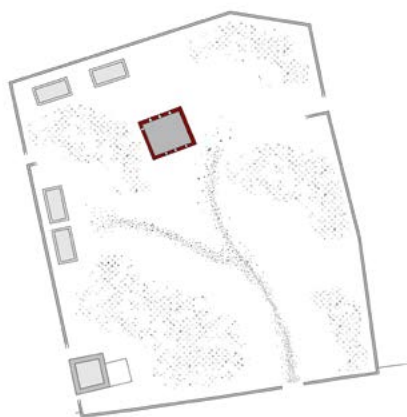


Fig. 10. Paço medieval. Vista poente do Paço do século XV. ©AMB.

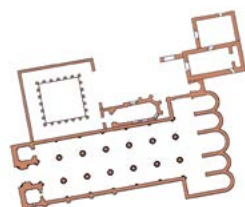


1.

0 25 m



2.



3.

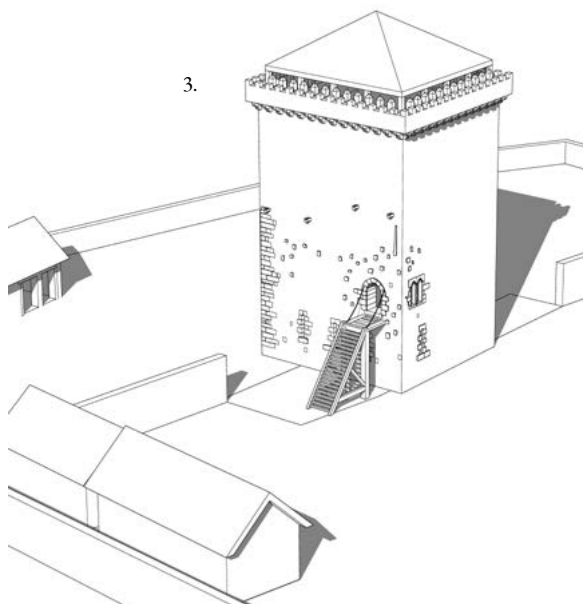


Fig. 11. Paço medieval: Fase I. 1. Perspetiva urbana do Paço de D. Gonçalo Pereira vista de sudoeste. 2. Restituição da planta da *domus fortis* em relação com a Sé. 3. Pormenor da proposta de restituição 3D da torre de D. Gonçalo Pereira. ©RMar.

ou torres de menagem dos castelos franceses, associados, por toda a Europa, à ascensão da pequena nobreza feudal (Barroca, 1998; Almeida e Barroca, 2002). A expansão deste modelo arquitetónico no contexto das guerras de conquista das monarquias hispânicas parece igualmente refletir a estabilização regional do poder cristão, expressando também a afirmação do domínio territorial dos nobres. Como muitas outras residências senhoriais similares, o torreão mandado erguer por D. Gonçalo Pereira apresentava uma planta quadrada e deveria dispor de três pisos, sendo o seu interior acessível ao nível do primeiro piso, através de escadas amovíveis de madeira que se podiam desmontar rapidamente em caso de conflito.

O uso do torreão como sede doméstica de um senhor, com a dignidade do arcebispo de Braga, exigia que os espaços interiores se organizassem segundo uma ordem crescente de privacidade, pelo que as áreas públicas estariam localizadas nos primeiros pisos, situando-se a câmara do senhor no piso superior. A planta térrea, à qual se acederia a partir do piso superior, mediante escada de madeira interior, seria um amplo espaço sem aberturas, usado como armazém. Por sua vez, enquanto o primeiro piso se conformaria como uma área polifuncional, albergando a guarda e dependências de serviço, o segundo piso estaria já reservado ao arcebispo, podendo cumprir funções representativas de receção e banquete, mas também administrativas, designadamente de *scriptorium* e chancelaria, ou mesmo domésticas.

Embora algumas casas senhoriais, tipo *domus fortis*, se organizassem numa única torre, a maioria dispunha de construções secundárias que raramente se conservaram, pelo facto de possuírem uma menor qualidade construtiva, ou devido às reformas posteriores que quase sempre conheceram, especialmente em época manuelina, momento que assinala o aumento dos requisitos de habitabilidade exigidos pelos possesores destes palácios-torre, muito frequentes em toda a região do Entre-Douro-e-Minho e em terras galegas.

A forma da *domus fortis* de D. Gonçalo Pereira e a preocupação em reforçar a sua relação fortificada com a Catedral está igualmente bem representada no torreão anexo à Capela da Nossa Senhora

da Glória da Catedral. O interesse do arcebispo neste tipo de construções responde a uma dupla estratégia, simultaneamente de natureza defensiva e representativa (Coelho, 1990). Ao interesse defensivo, claramente representado na tipologia do Paço em forma de torre, bem como por uma eventual paliçada envolvente, junta-se um claro interesse representativo e simbólico que se destinava a reafirmar o senhorio feudal do arcebispo sobre a cidade e os direitos de propriedade sobre os terrenos intramuros que resultaram da ampliação da muralha para norte. Na verdade, o contexto em que se fundou o Paço medieval de D. Gonçalo Pereira é politicamente conturbado, sabendo-se que em 1327 o rei Afonso IV invadiu a jurisdição temporal de D. Gonçalo Pereira, nomeando notários do reino para Braga, situação que se repetiu em 1341, com a entrada das autoridades reais na cidade. Sabe-se que o corregedor Afonso Domingues tomou o Castelo e a Casa do Concelho, tendo o rei acabado por restituir ambos os edifícios à jurisdição do arcebispo.

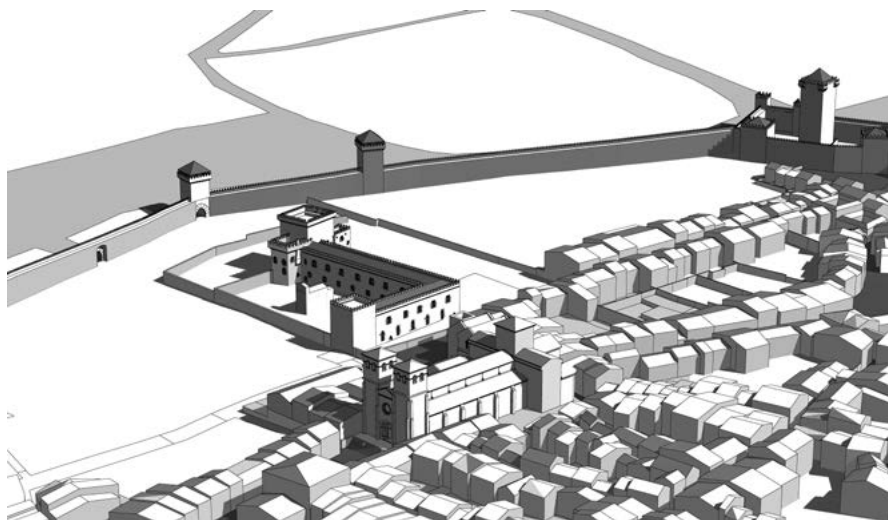
A importância das casas-torre, que surgem no século XII como residências fortificadas, está muito associada à defesa das terras e à reivindicação senhorial, tendo acabado por assumir uma forte expressão simbólica no contexto das lutas pelo domínio sobre o território. Na verdade, estes palácios fortificados desempenharam um papel relevante nos enfrentamentos que opuseram os reis Afonso III, D. Dinis e Afonso IV aos senhorios nobiliários, civis e eclesiásticos, bem como às ordens militares, os primeiros decididos a reforçar a autoridade da Coroa e os segundos empenhados em manter os seus direitos feudais, administrativos e jurídicos.

Ao longo do século XIV os arcebispos que se sucederam a D. Gonçalo Pereira terão empreendido obras de ampliação do Paço, num contexto em que persistiam os conflitos com a Coroa sobre os direitos senhoriais dos arcebispos (Marques, 1988; Cunha, 1989), tendo D. Lourenço Vicente (1347-1397) reclamado o apoio de Urbano VI frente ao Deão do Cabido. Como resultado das queixas contra o arcebispo, o rei D. Fernando I depõe-o, em 1377, ainda que as sentenças contra ele tenham sido posteriormente anuladas, sabendo-se que

o arcebispo, em 1381, terá reunido um sínodo “no jardim dos seus paços”. Após a morte do rei, D. Lourenço Vicente tomou partido pelo Mestre de Avis, chegando a armar vários navios para acorrer ao cerco de Lisboa, tendo participado nas cortes de Coimbra, de 1385 e na batalha de Aljubarrota. Apesar dos seus contratemplos este foi um longo conflito cujo desenlace consolidou o poder do arcebispo de Braga como senhor feudal e representante da Coroa.

3.2. A expansão do Paço no século XV (Fase II)

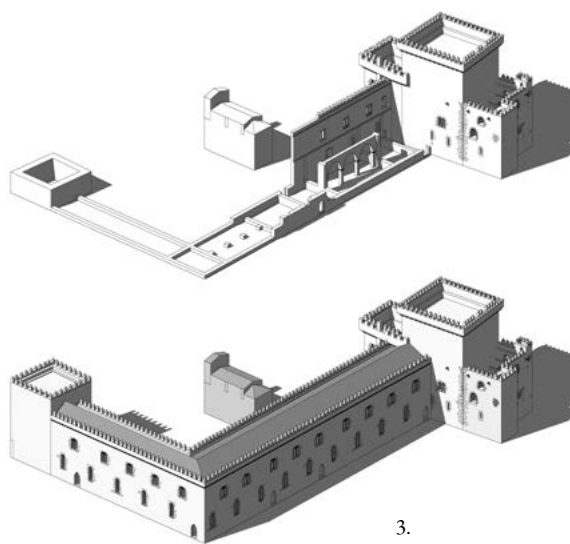
Apesar de dispormos de alguns elementos que permitem compreender a evolução da estrutura do palácio medieval a partir da torre de D. Gonçalo Pereira, é difícil imputar algumas das novas construções à iniciativa de arcebispos concretos. O que sabemos é que o clima de instabilidade, dominante no tempo de D. Gonçalo Pereira (1326-1348), terá persistido ainda na segunda metade do século XIV, tendo Braga sido cercada no contexto das chamadas guerras fernandinas, que opuseram o rei D. Fernando I de Portugal a Henrique II de Castela. Na verdade, a documentação medieval permite constatar que o rei de Castela terá cercado Braga, em 1369, provocando inúmeras destruições que são relatadas por Fernão Lopes, circunstância que atesta a fragilidade do sistema defensivo da cidade, tendo o rei D. Fernando melhorado a cerca e o Castelo em 1375 (Marques, 1986). As fontes atestam também que, em 1380, o estado da cidade seria desolador, com muitas casas em ruína, sobretudo situadas fora da muralha e muitas outras intramuros transformadas em pardieiros, estando o próprio Paço arcebispal em más condições, pois o arcebispo D. Martinho Afonso pediu ao clero um subsídio para o reconstruir (Costa, 1993, p. 42). Também o arcebispo que lhe sucedeu, D. Martinho Pires da Charneca (1398-1416) terá solicitado pedra para as obras do Paço e para o Castelo. No entanto, parece mais provável que a grande reforma do palácio, realizada no século XV, possa ser atribuída ao arcebispo D. Fernando da Guerra (1416-1467), tendo por base algumas referências documentais a obras nele realizadas, as quais, pelo seu volume, configuram uma nova fase construtiva do palácio.



1.



2.



3.

Fig. 12. Paço medieval: Fase II. 1. Perspetiva urbana do Paço de D. Fernando da Guerra. 2. Planta do Paço com os acrescentos de D. Fernando da Guerra. 3. Restituição 3D do Paço quatrocentista. ©RMar.

As fontes atestam que D. Fernando da Guerra levantou uma torre e reformou a primitiva casa-torre construindo uma nova “câmara”, da qual terá despachado correspondência para o rei D. João I, em 1436 (Marques, 1983, pp. 47, 58). Tudo indica que as referências a uma nova torre correspondam a uma das ampliações laterais do torreão de D. Gonçalo Pereira, que admitimos poder ser a que se situa a poente. Os melhoramentos terão contemplado a ampliação e qualificação dos espaços privados reservados ao Prelado. Em 1436, quando D. Fernando da Guerra disfrutava do seu novo escritório na torre renovada, os trabalhos no Paço já se desenvolviam há cerca de 14 anos, pois em 1422 essas obras aparecem citadas num conflito reportado pelo rei João I contra o arcebispo (Marques, 1983, p. 58). Em 1439, registam-se novas queixas, sendo de destacar que os documentos desse período já claramente citam “os paços” no plural, o que subentende que a *domus fortis* de D. Gonçalo Pereira se havia transformado num conjunto de edifícios.

Tudo indica que até ao arcebispado de D. Fernando da Guerra o Paço terá crescido no sentido E/O, tendo a primitiva construção conhecido um posterior crescimento para sul, em direção à Catedral, o que permitiu transformá-la num palácio residencial, um processo que está claramente em concordância com a evolução da personalidade dos próprios arcebispos, que passaram de guerreiros a nobres feudais. Uma das ampliações do torreão central inclui escadas interiores, presentes no acrescento que se situa a nascente, enquanto o outro, disposto a poente, exibia uma grande chaminé e janelas, tendo também sido construída uma escada exterior de pedra para aceder ao primeiro piso. Embora a datação destes acrescentos à torre principal seja difícil de precisar ela será seguramente anterior à construção do corpo linear retangular que lhes é perpendicular, presumivelmente da responsabilidade de D. Fernando da Guerra (1416-1467), constituído por uma grande nave retangular com dois pisos, a qual apresenta características arquitetónicas de um edifício palaciano. Atendendo à documentação disponível julgamos poder situar a sua construção entre 1422 e 1434, período durante o qual houve várias queixas junto do rei contra o arcebispo que exigia o contributo do trabalho dos “vizinhos”, como parte do seu direito senhorial.

O novo corpo era uma construção de dois pisos, cuja iluminação interior seria assegurada por estreitas frestas. Antes do restauro, o piso térreo encontrava-se dividido a meio por um conjunto de grandes arcadas quebradas, que se dispunham no sentido do comprimento (N/S), possuindo uma função estrutural de suporte do sobrado de madeira do piso superior, as quais foram deslocadas para o jardim nascente do Paço. A planta térrea corresponde ao atualmente designado Salão Medieval.

Os vestígios construtivos que sobreviveram do Paço tardo-medieval, construído em duas fases, com planta em L invertido, foram muito restaurados pela DGMN. No entanto, a intervenção procurou valorizar os testemunhos medievais remanescentes, tendo a remoção dos rebocos permitido perceber aspetos construtivos e a justaposição dos acrescentos laterais. Por seu turno, o desmantelamento do piso superior permitiu identificar as ameias que emolduravam superiormente a construção situada a nascente da primitiva torre de D. Gonçalo Pereira, tendo as suas características sido assumidas como o remate superior dos alçados e, por isso, replicadas na totalidade do Paço tardo-gótico, tal como hoje se apresentam.

3.3. O palácio e a representação do poder no final da Idade Média

Na sua origem, o Paço medieval resumia-se a um grande torreão fortificado construído extramuros, dominando uma paisagem agrária que se disporia a norte da atual rua do Souto, cujas características se justificavam por motivos defensivos, mas também representativos e simbólicos associados à afirmação do poder eclesiástico bracarense, o qual evoluiu ao longo do século XIV, à medida que os arcebispos se converteram em verdadeiros senhores feudais, nos quais se apoiava o próprio poder régio, como aconteceu com a dinastia de Avis, que precisou do apoio dos personagens mais representativos do reino.

Em resultado deste processo de afirmação do poder dos senhores de Braga, o Paço arcebispal viria a transformar-se numa autêntica “*regia*”, um organismo complexo que, para além de servir de residência ao

arcebispo e respetiva corte, concentrava também funções representativas, administrativas e judiciais. Neste contexto, importa não esquecer as consequências práticas da consolidação do poder temporal da Mitra, na segunda metade do século XIV, que fizeram emergir novos serviços, designadamente a Conselharia episcopal e a Audiência dedicada ao exercício da justiça. Este último serviço implicava espaços para que os escribas, ou os *notarii curiae episcopi* redigissem os procedimentos, sentenças e outros documentos judiciais e jurisdicionais de todos os atos ordenados pelos juízes delegados, os vigários do arcebispo, aos quais fora concedida a capacidade de julgar.

Uma evidente consequência da complexificação funcional do Paço dos arcebispos expressa-se na crescente necessidade de mais espaço, que determinaria a construção de novos corpos que acrescem à primitiva torre de D. Gonçalo Pereira, sendo possível que o acrescento poente, com a sua chaminé e janelas cruzetadas, tenha sido construído em simultâneo com o edifício linear perpendicular, que se destinaria a funções administrativas e de receção, datando presumivelmente do tempo de D. Fernando da Guerra (1416-1467), definindo a Fase II do palácio medievo. A construção do corpo linear terá permitido albergar na planta baixa as funções administrativas e judiciais (conselharia, tribunal, audiência, arquivos e *officinae*), podendo a área com os arcos ter servido como tribunal. No piso superior podem ter-se instalado as *officinae* da chancelaria e arquivo, enquanto os salões e pórticos (alpendres) devem ter sido reservados a receções, banquetes e outros festejos do arcebispo.

Presumivelmente, o Paço tardo-medieval disporia já de pátios e jardins que podiam acolher algumas das atividades de representação associadas às funções do arcebispo enquanto senhor eclesiástico e temporal. Esse deveria ser o caso dos pátios sul e nascente, aos quais D. Diogo de Sousa (1505-1532) acabaria por conferir uma uniformidade arquitetónica de cariz renascentista, bem representada no *Mapa de Braunio*. Por sua vez, os espaços destinados à residência privada dos prelados (primitiva *domus fortis* e anexos laterais) poderão ter sido transformados num lugar mais cómodo, com ampliações de escadas, chaminés e janelas.





Fig. 13. Conjunto de arcadas quebradas, três das quais se dispunham no piso térreo do edifício linear quatrocentista, correspondente ao atual Salão Medieval, deslocadas pela DGMN aquando do restauro. ©AMB.

Apesar de não existirem dados que documentem a evolução da organização topográfica do palácio tardo-medieval dos séculos XIV e XV, devido ao impacto que as reformas renascentistas e barrocas tiveram sobre as construções anteriores, estamos em crer que o Paço medieval seria já um conjunto arquitetónico complexo, devendo possuir outras construções para além das identificadas, bem como espaços abertos e ajardinados. As hortas e jardins deveriam organizar-se em torno do conjunto formado pelos vários edifícios dispostos em terrenos que eram propriedade dos arcebispos, os quais se encontravam já delimitados, a norte e nascente, respetivamente, pela muralha e pelo Castelo .

A organização do palácio arcebispal do século XV regista as características gerais que se observam nos complexos palacianos tardo-medievais, nos quais as áreas de receção e banquete se situavam nos pisos superiores, ao contrário do que tinha acontecido no mundo antigo, em que os espaços representativos de todo o tipo de residências palatinas, como os salões de receção (*oecus*), ou os peristilos e átrios se localizavam sempre nas plantas térreas dos edifícios. Na verdade, essa realidade começou a mudar a partir do século VI/VII, quando desaparecem os peristilos e as áreas representativas passam a implantar-se nos pisos superiores, sendo variados os fatores que influenciaram esta mudança. Entre eles destaca-se o abandono da prática do banquete de triclinio, servido aos comensais reclinados em leitos, que foi substituído pela refeição servida numa ampla mesa igualitária, em torno da qual se sentavam os guerreiros associados ao senhor por fidelidade feudal, os quais partilhavam entre si a comida, um direito de origem germânica que garantia que todos recebiam um pagamento honroso em carne consumida na mesa do senhor. Estas novas práticas comensais, que se mantiveram nos banquetes da Europa medieval, exigiam uma solução arquitetónica que foi encontrada nos grandes edifícios retangulares das culturas do norte da Europa (*hall*). Um outro fator que justificou a deslocalização das áreas de banquete para a planta alta dos edifícios, relaciona-se com o desaparecimento dos peristilos que caracterizavam a arquitetura doméstica e palaciana romana e tardo-antiga, os quais asseguravam a função compositiva de integrar os vários volumes autónomos

dos diferentes espaços num sistema orgânico unitário, que favorecia a circulação horizontal das pessoas e a evacuação escalonada da água da chuva. Ora, o desaparecimento deste tipo de jardins porticados a partir dos séculos VI-VII, determinou que os edifícios se tornassem mais compactos, sendo habitual que as zonas de serviço, como armazéns, cozinhas, sanitários ou cavalariças se mantivessem na planta baixa, passando os salões representativos para o piso superior.

O fenómeno está documentado já em época visigoda e antes do ano 1000, sendo conhecido na Península Ibérica, a partir do ano 1000, no contexto dos reinos cristãos, designadamente em Oviedo, no palácio de Santa Maria de Naranco, ou na Catalunha, em San Feliu de Guixols. Contudo, será em Itália, a partir do século XII, que surgem numerosos exemplos de palácios destinados a funções administrativas, organizados como uma nave longitudinal, com um piso nobre elevado sobre uma planta térrea, sustentado sobre arcadas. Assim, não será de estranhar que também os palácios portugueses, com funções administrativas, se tenham desenvolvido em torno de modelos arquitetónicos lineares, com um piso superior e abertos para uma praça. Na realidade, a construção de edifícios representativos em Portugal segue conscientemente o modelo referido, bem exemplificado na morfologia da grande nave, com 42 metros de comprimento, por 12 metros de largura, erguida no século XV no Paço arcebispal bracarense, presumivelmente por iniciativa de D. Fernando da Guerra, a qual permitia a existência de amplos salões superiores de receção e banquete.

A evolução sofrida pelo Paço medieval posteriormente ao arcebispado de D. Fernando da Guerra é desconhecida, ainda que seja seguro que deverá ter sofrido um processo de crescente complexificação topográfica e funcional resultante do crescimento dos serviços e da burocracia associados à gestão religiosa e temporal que o arcebispo tinha que assegurar. Este processo deve ter determinado a necessidade de se erguerem novas construções, cujas características são desconhecidas. Na verdade, entre o palácio medieval de D. Fernando da Guerra (1416-1467) e o Paço renascentista, tal como surge representado no *Mapa de Braunio*, datado de 1594, salvaguardando os conhecidos

trabalhos de construção atribuídos ao arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) e os edifícios posteriores que definem as laterais do terceiro frontal ao palácio moderno, existe uma diferença significativa em termos de área ocupada, o que indica uma ampliação do Paço para poente e nascente do grande corpo linear, mas também para sul, numa clara tendência de o aproximar da Sé, sendo perceptível que a organização do conjunto edificado seguiu os modelos arquitetónicos característicos das cidadelas palatinas baixo-medievais.

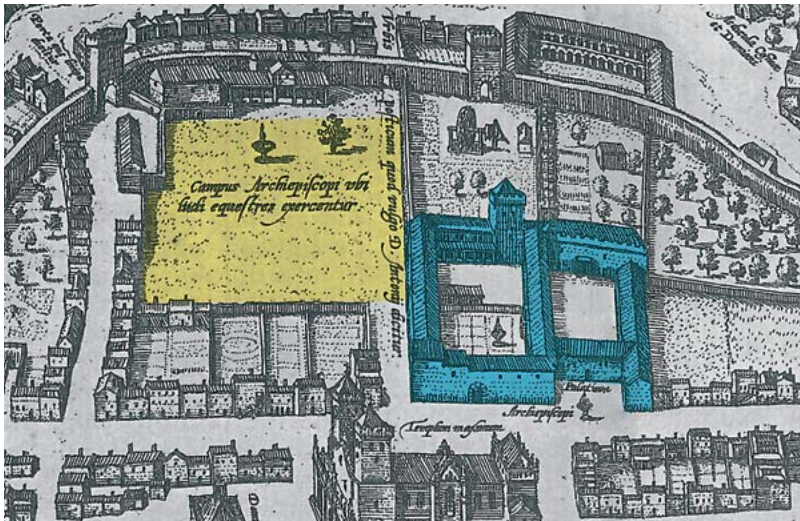


Fig. 14. Excerto do *Mapa de Braunio* de 1594. Pormenor do Paço, com os jardins, tal como surge representado na gravura quinhentista, limitado a norte pela muralha e pela porta de Santo António. ©ADB.

4.

O PAÇO RENASCENTISTA

Não dispomos de dados relativos a obras feitas no palácio pelos arcebispos que sucederam a D. Fernando da Guerra (1417-1467), que nos elucidem sobre a evolução do palácio nas décadas que antecederam o arcebispado de D. Diogo de Sousa (1505-1532), sendo desconhecidas as suas características quando aquele Prelado assumiu o poder da cidade. São também reduzidas as evidências conservadas do Paço renascentista, devido às reformas setecentistas e ao restauro dos anos 30 e 40 do século XX. No entanto, apesar das dificuldades em restituir a organização do palácio contamos com três documentos importantes, dois deles de natureza iconográfica, para reconstruir, pelo menos virtualmente, a sua morfologia global anteriormente às transformações barrocas.

O primeiro documento iconográfico é o denominado *Mapa de Braunio*, datado de 1594, que constitui a primeira representação cartográfica da cidade. Trata-se de uma obra de grande valor artístico e histórico, que caracteriza a cidade de Braga e os seus arredores imediatos em detalhe, fornecendo uma imagem em que é possível identificar a estrutura urbana, assim como os edifícios mais emblemáticos da época, que se destacam pela sua representação desproporcionada, como acontece com a muralha e as suas torres, a Catedral, ou o Paço arcebispal, desenhados em maior escala para poder fornecer mais detalhes (Bandeira, 2000, p. 31). Apesar deste documento refletir o estado da cidade em finais do século XVI, no caso do Paço, permite-nos conhecer o edifício antes das transformações barrocas, sendo, portanto, um precioso documento gráfico para compreender as obras devidas a D. Diogo de Sousa.

O segundo documento iconográfico é uma vista de Braga incluída num álbum de 39 aguarelas seiscentistas de vistas de cidades portuguesas de meados do século XVII (1693), denominado *Mapa Typis Portugaliae* (Anselmo, 1989; Bandeira, 1994). Embora a qualidade do plano não seja tão boa como a do *Mapa de Braunio*, inclui alguns detalhes do palácio renascentista, designadamente a célebre escadaria

principal que D. Diogo de Sousa mandou construir na fachada, cuja forma não é conhecida de mais nenhum documento.

O terceiro documento importante para caracterizar o Paço renascentista está representado por um texto que descreve os feitos notáveis realizados pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, o qual nos permite compreender a evolução do complexo palaciano representada nos mapas anteriormente referidos e reconstruir com certo detalhe a transformação do palácio tardo-medieval num edifício renascentista (Anselmo, 1989).

4.1. As obras de D. Diogo de Sousa (1505-1532)

Pela sua vasta obra de intervenção urbanística e arquitetónica, D. Diogo de Sousa (1461-1532) foi considerado o novo fundador da cidade de Braga, sendo indiscutivelmente uma das mais destacadas figuras do Renascimento português. A sua vasta ação à frente da Diocese de Braga reflete a sua cuidada formação, bem como as influências que sofreu com as duas deslocações que realizou a Itália e a Roma, em 1493 e 1505. Em 1495 foi nomeado bispo do Porto, função que desempenhou durante uma década, tendo conseguido expandir a cidade para fora das muralhas. O mesmo viria a acontecer em Braga, durante o seu magistério como Prelado da igreja bracaraense, entre 1505 e 1532, tempo que dedicou a transformar a cidade a partir de uma ótica inspirada na nova cultura humanista com que contactara nas suas viagens a Itália. Essa cultura, bem como a sua privilegiada posição política no reino permitiu-lhe harmonizar os interesses da cidade com os da Coroa e com o seu próprio benefício e o do Cabido, tendo promovido um projeto de intervenção urbanística moderno, gerado a partir da regularização das ruas e da criação de novas praças que nasceram extramuros, com destaque para o Campo de Santana e a sua alameda até ao Largo de Nossa Senhora-a-Branca, o Campo dos Remédios, o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha. Este amplo programa de renovação urbana, que incluiu a construção de fontes públicas e de portas monumentais, situava-se em linha com os modelos renascentistas que

estavam a transformar as paisagens urbanas das principais cidades italianas.

O novo arcebispo impulsionou também novas obras na velha Catedral românica, ocupando-se em particular com a construção de uma nova capela-mor, em estilo gótico tardio manuelino, da qual encarregou o asturiano João de Castilho (c. 1475-1552), que embora se tenha formado nos estaleiros das catedrais de Burgos e Sevilha, desenvolveu a sua ativa carreira construtiva em Portugal (Melo e Ribeiro, 2013). A D. Diogo de Sousa se deve ainda a renovação da Arquidiocese, com a abertura de novos conventos, tendo contribuído para o desenvolvimento de indústrias vinculadas às atividades religiosas, mas também para o incremento geral das atividades económicas, o que constituiu um fator de atração de população para a cidade.

Na sua busca pela modernidade D. Diogo de Sousa remodelou também o Paço arcebispal, mandando construir novos edifícios e espaços e aproveitando o arranjo da rua do Souto para formalizar uma praça de representação às portas do novo palácio. O que sabemos da sua ação sugere uma forte intervenção renovadora, a qual se inscreve no âmbito do seu vasto programa urbanístico, descrito no *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*³. Assim, sabemos que, entre 1505-1532, D. Diogo de Sousa enobreceu o edifício virado à rua do Souto com várias obras, dotando-o de maior nobreza, beleza e conforto, monumentalizando fachadas, criando novos jardins e valorizando a água através da construção de novos chafarizes. O *Memorial* distingue e enumera as obras realizadas nas duas partes fundamentais do palácio, correspondentes a um setor público e representativo e a um setor privado e residencial. Assim, apesar das obras barrocas terem camuflado ou reconstruído os edifícios erguidos no tempo de D. Diogo de Sousa, aquela fonte documental permite restituir a imagem e a estrutura de um palácio que trouxe para Braga as mais modernas inovações da arquitetura renascentista italiana, que o arcebispo conheceu de perto nas suas viagens. Segundo o texto:

3 O Memorial foi escrito pelo secretário do arcebispo, o Cónego Tristão Luiz. O documento integra o acervo do Arquivo Distrital de Braga (ADB, Registo geral, 330-243 e 244) e foi transcrito e publicado por Avelino Jesus da Costa (1993, pp. 98-117).

“(…) Fez de novo hua escada a estes paços da banda de fora no terreiro diante delles que não sohia d’aver nenhua a quall he de pedraria com seu patio em cima olivellado grande sobre colupnas e seis arcos e ladrilhado de pedraria e lisonjas. E sendo a dita escada de dez pallmos em ancho cada hum dos degraos he de hua soo pedra. E he a melhor lavrada que ataa este tempo se fez no Regno.

Mandou fazer na calçada dante os paços arcebispaes hum chafariz de novo pera receber a agoa da pia porque o outro era roto, velho e mall feito.

Fez hum jardim antre os paços da See, no qual da banda da See fez hua sotea muito grande sobre colupnas da banda do jardim e da parte da rua tem hua yanella ferrada e hua porta que sai a rua em direito da capella de Dom Gonçalo (?) a qual sotea he toda lavrada de quantaria com seus poyães e toda olivellada. E da banda de baixo fez hua camara terreira olivellada e ladrilhada com hua yanella de ferros, pera a rua e outra pera o jardim, o qual mandou ladrilhar todo de quantaria e em lisonja como a See.

O dito yardim he repartido em quatro quartos e em cada quarto estão quatro laranjeiras afora os caminhos.

Fez no dito jardim hu[m]a fonte allta com pee e pia a quall pia e pee parece ser das melhores do reino. E fez a agoa da fonte da calçada por alcatruzes à dita fonte e della corre por duas naves do jardim per duas calles descubertas. E assy fez nelle duas cadeiras de pedraria grandes e hua escada de pedraria muy grande e boa a qual vai ter do jardim à camara maior de cima com seus patios ladrilhados e o maior delles olivellado sobre colupnas.

Fez na salla velha grande cinco camaras de novo olivelladas com cinco yanellas d’asento, todas com ferros e chaminé em hua dellas. As quoaais camaras se correm pella derradeira camara grande que estaa sobre o yardim.” (Costa, 1993, p. 113)

Com base no *Memorial* conhecemos as obras que D. Diogo de Sousa mandou realizar no Paço arcebispal, as quais se tornam mais

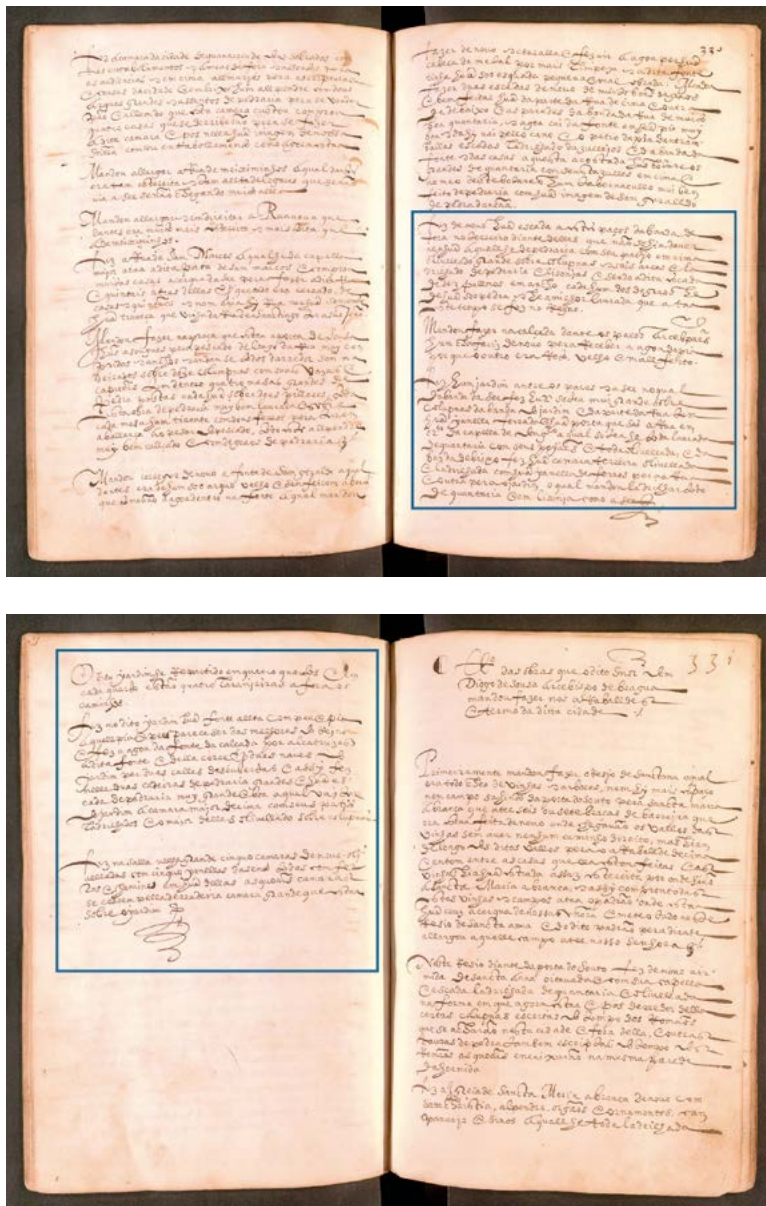
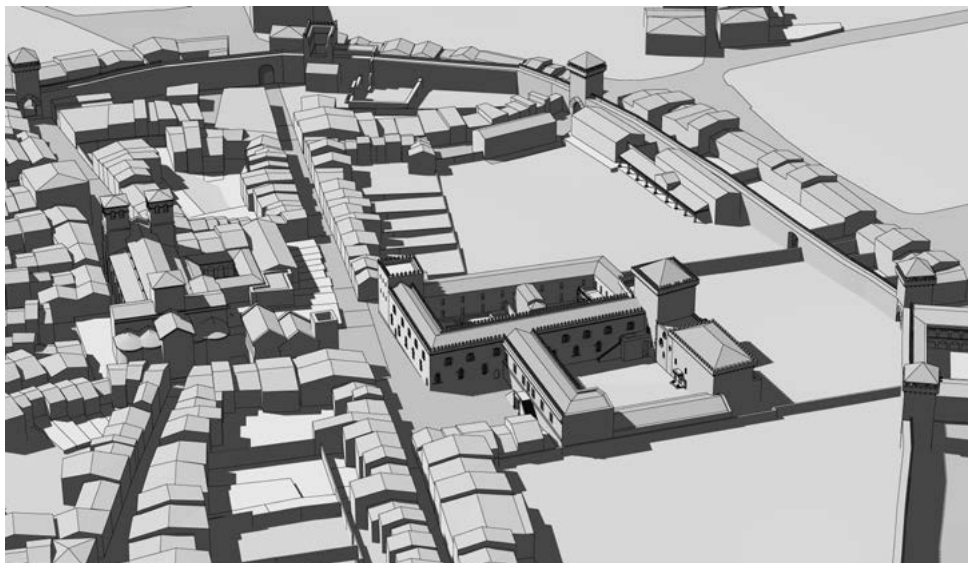


Fig. 15. Fac-simile do Memorial escrito pelo Cónego Tristão Luiz, secretário do arcebispo. O documento integra o acervo do Arquivo Distrital de Braga (ADB). ©ADB.

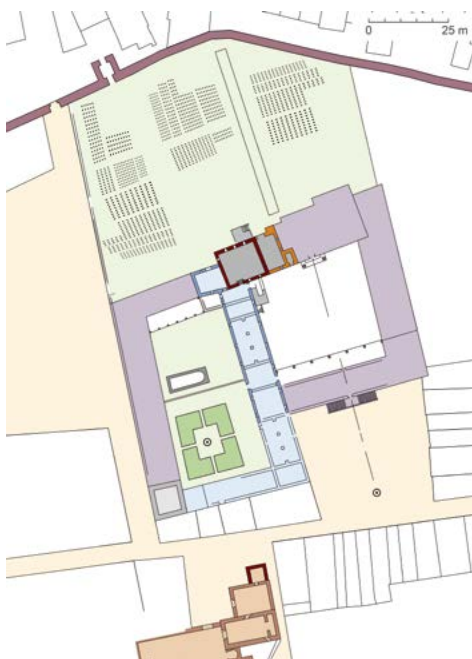
compreensíveis quando se confrontam as descrições com a imagem do palácio representada no *Mapa de Braunio*. Assim, destaca-se a construção do edifício que corresponde à ala norte do Largo do Paço, com fachada virada à rua do Souto (Ferreira, 1928-1934, II, p. 394). Trata-se de uma construção de dois pisos, refeita dois séculos depois por D. Rodrigo de Moura Teles. D. Diogo de Sousa dotou a fachada do novo edifício com uma monumental escadaria de pedra, que dava acesso ao piso nobre, descrita como construída no terreiro, a qual se encontra representada no *Mapa Typis Portugalie*, datado de 1693 (Anselmo, 1989; Bandeira, 1994). Assim, o arcebispo terá substituído as construções quatrocentistas que já existiriam no local, as quais, em conjunto com outras que se dispunham nas laterais nascente e poente, definiam um terreiro frontal ao palácio, que o arcebispo dignificou com construções mais emblemáticas, tendo aí mandado erguer um novo chafariz para substituir um outro anterior de cronologia desconhecida.

As obras mandadas executar por D. Diogo de Sousa consolidaram a organização palatina do Paço medieval, distinguindo claramente o pátio representativo e público (pátio oriental) do pátio privado, com jardim (pátio ocidental). Por sua vez, a escadaria monumental, que é referida no *Memorial* e desenhada no *Mapa Typis Portugaliae*, devia contar, na planta baixa, com um acesso ao pátio público, no qual existiria um pórtico com colunata. De acordo com o *Memorial*, aquele deveria corresponder a uma galeria manuelina simples, com colunas e arcos rebaixados ou mistos, como ocorre noutros palácios contemporâneos. De acordo com o *Mapa de Braunio*, ao fundo do pátio público deveria existir um grande salão coberto com um grande teto de duas águas, adossado a um torreão que surge integrado nas novas construções, contando com um acesso monumental reforçado com um pórtico de duas colunas, ladeado por duas janelas simétricas. Na verdade, trata-se da ultimação natural do pátio público do palácio, que seria rematado por um grande e alto salão representativo acessível a partir da planta térrea.

1.



2.



3.

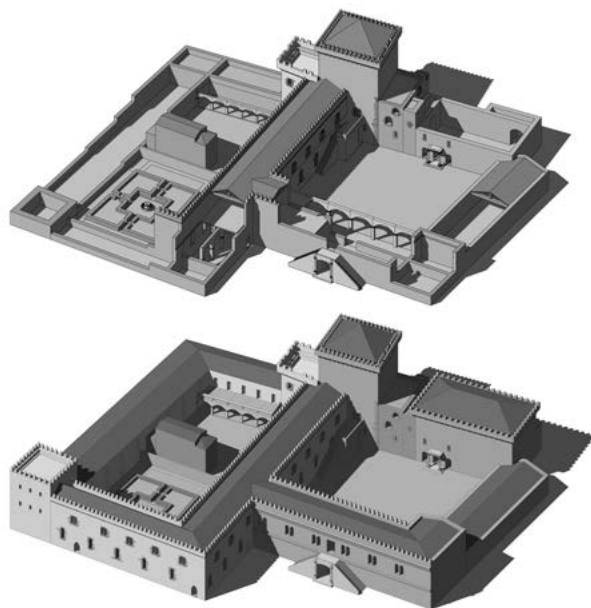


Fig. 16. Paço renascentista de D. Diogo de Sousa. 1. Perspetiva urbana do Paço renascentista, com base no *Mapa de Braunio*. 2. Proposta de planta do Paço ao tempo de D. Diogo de Sousa. 3. Proposta de restituição 3D. ©RMar.

Subindo os tramos simétricos da escadaria monumental, que ornaria a fachada do edifício virado à rua do Souto, acedia-se ao piso nobre do palácio, o qual estaria destinado às funções de corte administrativa e judicial associadas aos cargos e honras do arcebispo, senhor da cidade e representante último da Coroa e do Estado.

O espaço que é designado no *Memorial* por “*sala velha grande*” deveria situar-se no corpo linear medieval, sendo plausível que este tivesse já então conhecido um prolongamento para sul, através de construções que acabaram por formalizar a ala poente da praça virada à rua do Souto. Aí terá o arcebispo mandado construir cinco câmaras amplas, que deveriam compor o piso superior de um corpo que daria continuidade, para sul, ao corpo medieval quatrocentista. As características desse corpo, que teria permitido a formalização do jardim interior que se dispõe a poente e, simultaneamente, do terreiro exterior viriam a ser alteradas pelas obras mandadas executar por D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), em finais do século XVI. Poderá dever-se ainda a D. Diogo de Sousa a construção do edifício limítrofe à rua do Souto, que fecharia o lado sul do jardim interior, cuja fachada virada à Sé, frontal à capela funerária de D. Gonçalo Pereira, teria, em finais do século XVI, uma janela com grades de ferro e uma porta.

O *Memorial* refere com algum detalhe o jardim que D. Diogo de Sousa mandou fazer entre o Paço e a Sé, que julgamos estar fossilizado no atual pátio sul, ou jardim da fonte, o qual era rematado interiormente por um alpendre, sobre colunas, com bancos pétreos ao longo das paredes, referindo o documento que aquele espaço ficou fechado com a construção de uma nova ala do palácio aberta para a rua do Souto. O jardim teria um desenho geométrico, estando dividido em quatro partes, ornamentadas com quatro laranjeiras, dispondo de uma fonte central, com pé e pia, cuja água vinha da fonte que o arcebispo mandara construir na calçada em frente à ala norte do palácio moderno. As duas fontes estão representadas no *Mapa de Braunio* de 1594.

Assim, apesar de não dispormos de muitos dados materiais para reconstruir o projeto arquitetónico do palácio de D. Diogo de Sousa,

os dados textuais e iconográficos permitem restituir com algum detalhe a nova sede da corte arcebispal, que foi pensada pelo arcebispo, certamente influenciada pelas inovações que se estavam produzindo na arquitetura palaciana italiana, com a qual o arcebispo terá contactado nas suas viagens a Itália. De facto, sabe-se que viajou para Florença, sendo provável que nas suas visitas tivesse tomado conhecimento direto do desenvolvimento das cortes duais de Urbino, Mântua e Ferrara, com as suas respetivas sedes monumentais. Por outro lado, durante a primeira viagem de D. Diogo de Sousa, Roma encontrava-se em plena transformação renascentista dirigida pelos melhores arquitetos do momento, um resultado da política urbana do papa Júlio II, estando em plena atividade a renovação do palácio do Vaticano. Sem dúvida que um personagem culto e dinâmico como D. Diogo de Sousa teria tido a preocupação de conhecer os projetos de Donato Bramante para a corte papal, em particular o Cortile de Belvedere, bem como a sua integração com a nova basílica de São Pedro.

D. Diogo de Sousa lançou as bases da renovação urbanística de Braga como cidade moderna, tendo-se inspirado nos modelos das cidades renascentistas italianas. No âmbito dessa renovação o palácio arcebispal ganhou maior protagonismo urbano, convertendo-se na principal sede da maquinaria de governo do arcebispado, tendo a sua articulação com a cidade e com a Catedral sido assegurada pela rua do Souto, alargada e prolongada para poente através da rua Nova de Sousa, o que converteu aquela artéria no principal eixo de circulação da cidade. Em frente à nova porta do palácio, a rua foi alargada para formar uma praça representativa, o futuro Largo do Paço, que permitiu uma comunicação visual com a cabeceira da Catedral.

Globalmente, podemos considerar que a intervenção de D. Diogo de Sousa no Paço arcebispal reflete bem o pensamento do seu tempo, ainda muito associado à ideia de um universo ordenado, um claro legado medieval, ainda que mediado por uma nova escala de valores introduzida pelo Renascimento, associada a uma nova interpretação do cosmo baseada na geometria e na harmonia musical. O valor das coisas passa a ser determinado pelo seu grau de perfeição,



Fig. 17. Paço renascentista: ala nascente do Largo do Paço (2021). Parte norte da fachada, obra de D. Manuel de Sousa, onde funcionou o Tribunal da Relação. ©AMB.



uma intenção que está bem representada nas descrições do palácio de D. Diogo de Sousa, feitas pelo seu secretário, o qual é concebido como um microcosmo ordenado.

4.2. A intervenção de D. Manuel de Sousa (1545-1549)

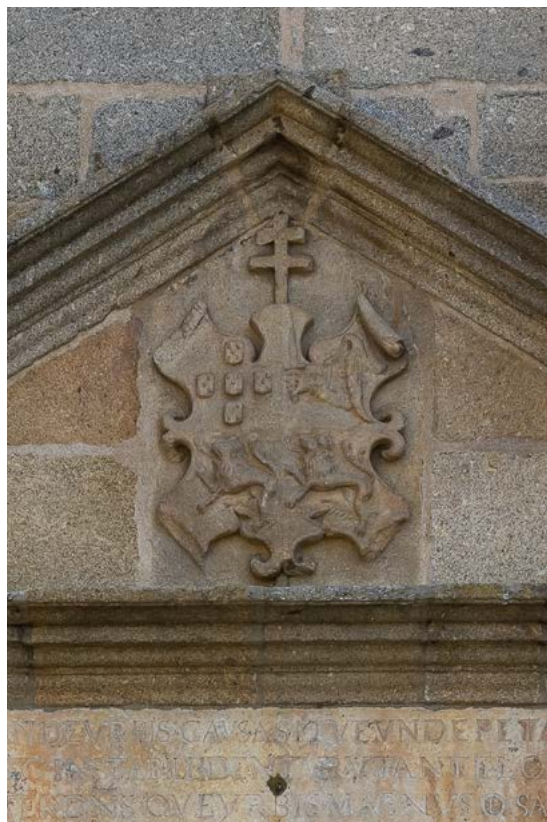
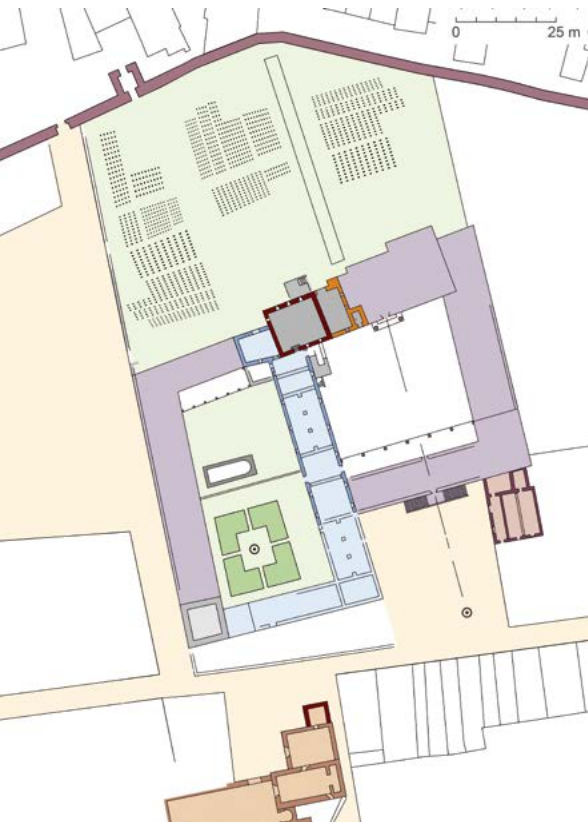
Em meados do século XVI, o arcebispo D. Manuel de Sousa consolidou o terreiro do Paço ao mandar construir a parte norte da atual ala que se dispõe a nascente daquela praça, num local onde já existiriam umas casas. A responsabilidade do arcebispo nesta obra está atestada por uma inscrição que se dispõe sobre a porta norte da fachada, sob a sua pedra de armas (Ribeiro, 2008, figs. 279-280)⁴. No piso térreo do edifício foram instalados a Casa do Auditório e o Tribunal da Relação (Vasconcelos, 1992).

Segundo D. Rodrigo da Cunha (1989), deve-se a D. Manuel de Sousa a construção, em 1546, de uma capela de invocação de Nossa Senhora da Nazaré, erguida na horta do Paço, nos terrenos situados a norte do corpo medieval. A ermida, que seria de uso exclusivo dos arcebispos, encontra-se representada no *Mapa de Braunio*, de 1594. Posteriormente, em 1630, D. Rodrigo da Cunha transferiu a capela para perto do postigo da muralha, que chamavam de Santo António, daí advindo a sua nova invocação a esse santo. A capela passou então a ter a fachada virada ao Campo dos Touros, conforme se observa no *Mappa de Braga Primas*, de meados da centúria de Setecentos.

4.3. O contributo de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609)

As características da ala poente do Largo do Paço, que terá permitido a formalização do pátio sul no tempo de D. Diogo de Sousa e, simultaneamente, do terreiro exterior, viriam a ser alteradas pelas

⁴ Segundo tradução de D. Rodrigo da Cunha (1989, pp. 342-343) a inscrição significaria: “Para engrandecer a cidade e se saber o lugar certo onde hão-de ir buscar o tribunal da justiça, que antes era incerto, mandou o grande Prelado, pai e Senhor desta cidade, D. Manuel de Souza, levantar este edifício”.



1. **Fig. 18.** Paço renascentista: ala nascente do Largo do Paço (2021). 1. Restituição planimétrica da ala nascente. ©RMar. 2. Pormenor do brasão de D. Manuel de Sousa. ©AMB. 3. Pormenor da inscrição sobre a porta. ©AMB.

2.



3. **ILLVSTRANDAE VRBIS CAUSA SIT VEVNDE PETANTVR/
IVRA NEC INSTABILIDENTVR VTANTE LOCO/
SOVSA PATER DNS QVE VRBIS MAGNVS QVE SACERDOS/
IVSTITIA EMANVEL NOBILES TRVXIT OPVS**

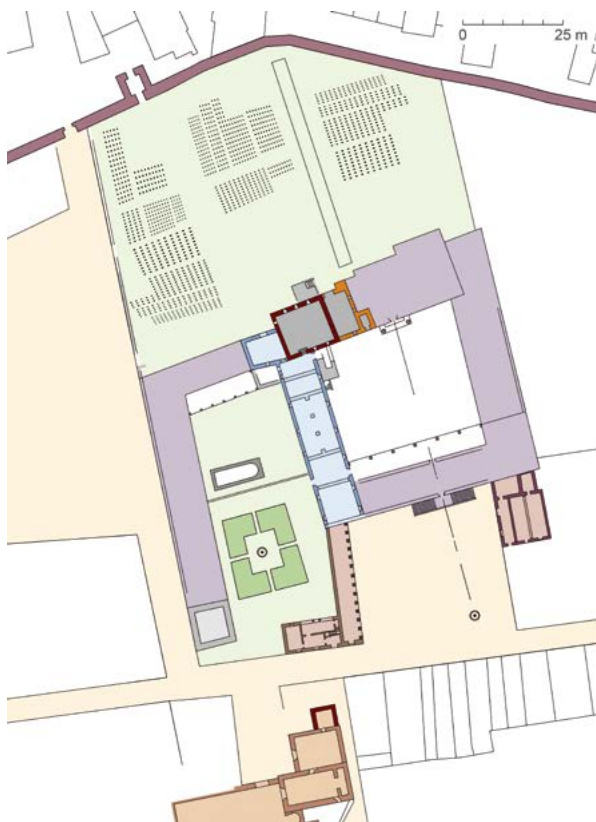




Fig. 19. Paço renascentista: ala poente do Largo do Paço. Panorâmica da fachada, obra de D. Frei Agostinho de Jesus (1593). ©AMB.



1.



2.

**ANNO DOMINI MD/
XCIII SVB D.F. AVG/
DE IESV HISPANIA/
RVM PRIMATE**

Fig. 20. Paço renascentista: ala poente do Largo do Paço. 1. Pormenor do brasão do arcebispo e inscrição com data de 1593. ©AMB. 2. Restituição planimétrica do Paço renascentista com a ala poente e casas viradas à rua do Souto. ©RMar.

obras mandadas executar por D. Agostinho de Jesus (1588-1609), em finais do século XVI, presumivelmente em 1593, data que consta de uma inscrição que se dispõe sob a pedra de armas do arcebispo, na fachada nascente, virada à praça (Ribeiro, 2008, p. 493). Obra do mestre e arquiteto Manuel Luís, esta ala veio acrescentar um novo elemento à composição das fachadas viradas à praça e à rua do Souto, traduzido numa construção de composição original, que se desenvolvia sobre um pórtico com robustas colunas ao nível do piso térreo. Este piso, com os seus 13 “taboleiros”, como eram designados os espaços entre as colunas, estaria dedicado ao comércio e à indústria do livro (E. P. Oliveira, 2014-15, p. 109-122).

Embora esta ala possua atualmente apenas dois pisos, ela incluía no projeto original um piso intermédio, que ainda se conservava em 1911 (Costa, 1996). A existência desse piso é ainda perceptível por pequenas janelas retangulares situadas sob as janelas-varandas do piso nobre, o qual poderia ter servido para alojamento dos livreiros. No «Mapa» *das Ruas de Braga*, de 1750, podem observar-se os 13 “taboleiros”, bem como 6 janelas que corresponderiam ao referido piso intermédio. O piso nobre albergava a biblioteca do arcebispo, bem como dependências ligadas ao atendimento público, sendo rematado no lado sul por um balcão que exhibe o brasão de D. Frei Agostinho de Jesus.

Durante a prelatura D. Frei Agostinho de Jesus terá sido aberto o campo disposto a poente do Paço, numa área que antes teria sido ocupado pela quinta e hortas do palácio. A primeira ilustração de Braga, o célebre *Mapa de Braunio*, produzido durante o magistério deste arcebispo, mostra a amplitude dessa praça, referindo-a como “campo do arcebispo” onde se realizavam jogos equestres, a qual dará origem ao futuro Campo dos Touros. Presumivelmente, a D. Frei Agostinho de Jesus poderá dever-se também a cerca que fecharia a área de horta do Paço, limitada a norte pela muralha.

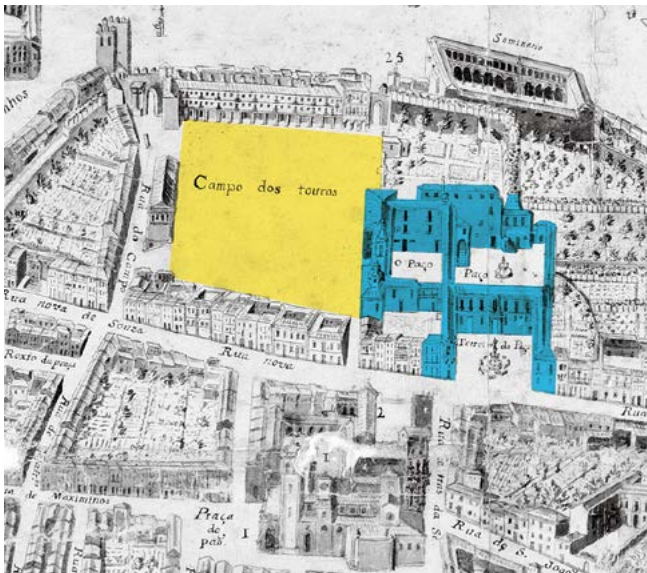
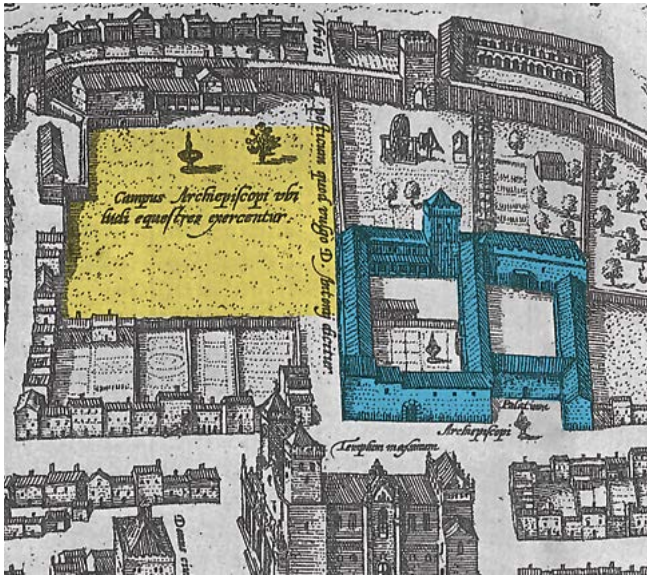


Fig. 21. Paço episcopal representado no *Mapa de Braunio* (1594) e no *Mapa de Braga Primas* (1756). ©ADB e Biblioteca da Ajuda

5.

O PAÇO BARROCO DE D. RODRIGO DE MOURA TELES (1704-1728)

5.1. O contexto: a influência do barroco na região do Minho e em Braga

O século XVII representou uma época de grandes mudanças por toda a Europa, ao longo do qual se afirmaram as formas de pensamento que anunciaram o fim do mundo medieval e da cultura humanística do Renascimento que lhe havia sucedido e o nascimento da cultura moderna. Para a nova agenda contribuíram as consequências do Concílio de Trento, ou Contra-reforma (1545-1563), uma resposta da Igreja católica à Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero (1483-1546), cujas ideias, juntamente com as de outros pensadores, como Erasmo de Roterdão, questionaram um sistema de pensamento que colapsou por completo quando Copérnico questionou, em 1545, a centralidade que o nosso planeta e também o homem teriam no universo. No entanto, a desintegração do velho mundo e das suas premissas apenas se concretizou um século depois, com o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), pois já ninguém acreditava então no restabelecimento da velha ordem. Um novo sistema mais plural de compreensão do mundo havia emergido, no qual coexistiam as premissas da Igreja Católica Romana restaurada depois do Concílio de Trento (1562-1563), com as ideias das escolas saídas da Reforma, que se baseavam na crença na verdade absoluta da palavra bíblica (Luteranos, Calvinistas ou Huguenotes), a que se juntavam os grandes sistemas filosóficos que se afirmaram com pensadores como Thomas Hobbes (1588-1679), René Descartes (1596-1650), Baruch Spinoza (1632-1677), ou Gottfried Wilhelm Leibnitz (1646-1716). A segurança do mundo passava a ser assegurada no quadro das monarquias absolutas, fundadas na ideia do “direito divino” dos reis, que passou a dominar a política europeia, uma evolução perfeitamente natural enquanto tentativa para estabelecer um substituto para o

cosmos perdido. Já não existiam certezas religiosas, nem a Terra era mais o centro do universo. E porque as certezas da fé haviam colapsado, o pensamento científico ganhou terreno e afirmou-se, enquanto o pensamento e as obras de Giordano Bruno (1548-1600), Isaac Newton (1642-1727), ou Gottfried Wilhelm Leibnitz (1646-1716) ajudaram a estabelecer as bases de um novo modo de entender o mundo, sustentado no conhecimento (Norberg-Schulz, 1972).

Esta nova atitude foi alimentada pelas conquistas características do período, como as viagens exploratórias que criaram a perceção de um mundo cada vez maior e mais complexo e permitiram estender as fronteiras sociais e culturais a novas geografias, ou a investigação científica que permitiu contrapor a experiência empírica à ideia tradicional de harmonia. Esta notável expansão do mundo e da realidade exigia uma especialização crescente das atividades humanas e do conhecimento, tendo cada disciplina, ou atividade sido obrigadas a definir o seu próprio campo de atuação, tendência que teve um efeito muito particular nas áreas do urbanismo e da construção e fez nascer a arquitetura e a engenharia modernas. Um pouco por toda a Europa, e em particular em França com Sébastien Le Prestre de Vauban (1633-1707), o principal engenheiro militar ao serviço do rei Luís XIV e introdutor do chamado “estilo Vauban” de fortificação, estava-se impondo um novo pensamento científico na engenharia, o qual oferecia uma perspetiva racional e rigorosa para a criação arquitetónica.

No contexto peninsular, a Guerra da Restauração portuguesa (1640-1668) e a da Sucessão espanhola (1701 e 1714) haviam convertido a fronteira ao longo do rio Minho numa “Raia defensiva” que teve que ser organizada territorialmente. Para isso, era necessário conhecer a paisagem física, cartografá-la e medi-la para melhor avaliar os riscos e definir as estratégias de defesa. A *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa*, criada em 1647 e instalada na Ribeira das Naus, lecionada por Luis Serrão Pimentel (1613-1679), ofereceu os recursos humanos com a indispensável formação militar, capacidade de organização de obras de construção (estaleiro) e com os necessários conhecimentos de desenho geométrico (traço e riscos) e de matemática para

calcular as dimensões e os custos, mas também com o conhecimento das proporções e características das ordens da arquitetura clássica⁵.

Por toda a Europa o urbanismo e a arquitetura receberam os impulsos e influência do pensamento científico moderno. O desenho devia partir do conhecimento sistemático das condições de partida e os problemas deviam ser resolvidos tendo por base uma análise baseada num sistema de pensamento racional. A Europa dos finais do Antigo Regime deixava-se lentamente dominar pelo espírito ilustrado e pelo conhecimento moderno que abriram o caminho para o horizonte cultural do século XIX.

Assim, regista-se uma importante evolução e transformação dos contextos de construção, antes dominados pelos “Mestres de Obras” de tradição medieval, que haviam garantido as empreitadas tardo-góticas, as construções em estilo manuelino e a arquitetura do Renascimento, que foi introduzida em Braga por D. Diogo de Sousa⁶. A velha tradição dos “pedreiros biscainhos” estava a ponto de mudar e a renovação quase integral do Paço arcebispal nos alvares do século XVIII acabou por se constituir como o melhor exemplo das transformações ocorridas na arquitetura bracarense dos séculos XVII-XVIII.

Em terras do Minho, o primeiro responsável técnico pela implantação de alguns desses mecanismos foi o engenheiro militar francês Miguel de l'École, nomeado para projetar as fortificações do norte de Portugal, a quem se devem os projetos das praças fortes de Valença (1643), Monção (1656) e Chaves (1676), bem como o do Forte de São Francisco Xavier do Queijo, no Porto (1661), tendo sido precursor da

5 A *Aula de Lisboa* pretendia ensinar a ciência e a arte de fortificar, que se tinha vindo a desenvolver na Europa com novos sistemas de defesa e com tecnologias sofisticadas, implementadas, sobretudo, pela Escola Francesa e pela Escola Holandesa, as quais haveriam de inspirar os dois grandes tratados portugueses, devidos a Luís Serrão Pimentel, em 1680 (*O Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*) e a Azevedo Fortes, em 1720 (*O Engenheiro Português*), onde se espelham as inovações técnicas que foram aplicadas em inúmeras cidades portuguesas, tanto em Portugal como no Brasil.

6 O “Mestre de Obras” de tradição medieval designava o arquiteto, o pintor e o escultor, funções muitas vezes exercidas em simultâneo, a quem cabia também a tarefa de projetar as obras de fortificação ligadas muitas vezes ao urbanismo. A partir do século XVI registou-se uma maior necessidade de especialização o que levou à abertura de escolas orientadas para a arte de fortificar, sobretudo dirigidas a militares-engenheiros que tanto desenhavam sistemas de fortificação como obras públicas, designadamente pontes, ruas, edifícios ou cidades.

Aula Militar da Escola de Viana, criada em 1701, pelo seu sucessor, Manuel Pinto de Vilalobos. Chegado a Viana do Castelo em 1684, Vilalobos foi aluno de Francisco Pimentel e terá acabado alguns dos projetos de Miguel de l'École (Soromenho, 1991, p. 22). Ambos começaram as suas carreiras trabalhando para a Coroa portuguesa no desenho da rede de defesa fronteiriça, tendo também ambos servido o principal comitente da região do Minho que era o arcebispo Primaz de Braga.

Os três arcebispos que precederam D. Rodrigo de Moura Teles, em finais do século XVII, tiveram mandatos demasiado breves para potenciar uma intervenção significativa na cidade de Braga. No entanto, quer D. Luís de Sousa (1677-1690), quer os três arcebispos que lhe sucederam (D. José de Menezes [1692-1696], D. João de Sousa [1696-1703] e D. Rodrigo de Moura Teles [1704-1728]) recorreram a engenheiros militares para desenhar alguns dos edifícios de prestígio da cidade de Braga.

O arcebispo D. Luís de Sousa (1677-1690) encarregou a Miguel de l'École o desenho da principal obra de sua prelatura, a reconstrução da igreja de São Vítor, iniciada em 1686, para substituir a anterior capela com raízes paleocristãs (Soromenho, 1991, p. 60). Quando o arcebispo faleceu, em 1690, a nova igreja não estava ainda concluída, tendo Miguel de l'École desaparecido em 1686. Foi então encarregada uma “assessoria” técnica da obra a Manuel Pinto de Vilalobos, seu discípulo, que assegurou a fidelidade do projeto inicial. Na verdade, aquele engenheiro, com a sua experiência na construção das fortificações da Raia, oferecia ao mecenato dos arcebispos de Braga um valor técnico seguro e uma prática arquitetónica comprometida com a conservação de um discurso formal de matriz clássica maneirista. Por isso, quando o novo arcebispo D. José de Menezes (1692-1696) decidiu renovar a capela de S. Pedro de Rates da Catedral de Braga, destinada a receber o seu sepulcro, foi a ele que recorreu.

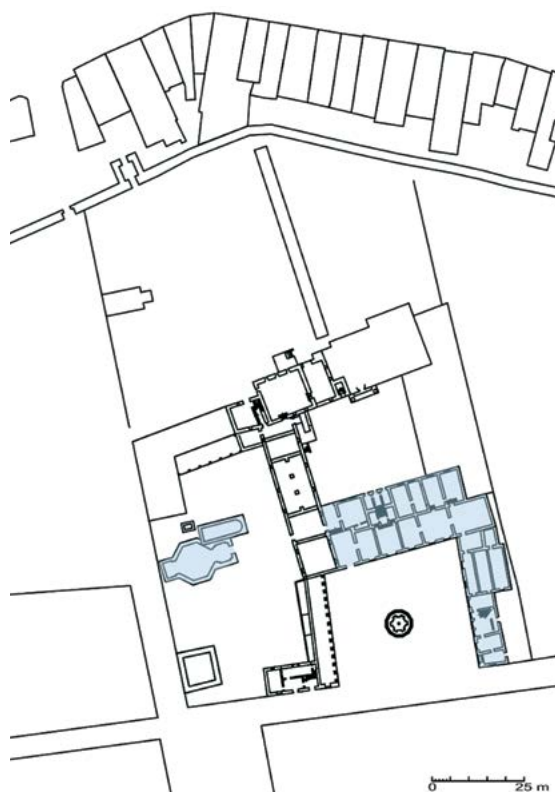
Deve-se, contudo, a D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) a consolidação de uma frutuosa associação entre os engenheiros e as obras promovidas por iniciativa do arcebispado, tirando particular partido da experiência de Manuel Pinto de Vilalobos, ainda que o engenheiro

tivesse já surgido relacionado com iniciativas mecenasáticas de D. João de Sousa (1692-1696). Na verdade, D. Rodrigo de Moura Teles esboçou uma nova perspectiva de organização do espaço da cidade, sobretudo a partir de 1715, claramente alinhada com os novos ventos do urbanismo barroco, sendo perceptível um esforço de controlar o sentido do crescimento da cidade. Nessa estratégia se inclui a reforma dos “campos”, ou “rossios”, junto das portas da muralha, que D. Diogo de Sousa havia favorecido em prol do crescimento extramuros da cidade. Nessa mesma estratégia insere-se também o traçado de avenidas com perspectiva de fundo longínquo, de que é exemplo paradigmático o projeto do Campo de Santana, que integrava um eixo visual com a igreja de S. Vítor, mas também uma poderosa relação com o santuário do Bom Jesus, que o arcebispo monumentalizou, através da construção dos escadórios. Aí mandou D. Rodrigo de Moura Teles erguer um templo circular, concluído em 1725, dedicado ao “Calvário” de Cristo, situado no local onde antes existiria uma capela de peregrinação dos finais do século XV. Para as novas projeções urbanísticas de Braga foram fundamentais os conhecimentos de Manuel Pinto de Vilalobos, a quem terá cabido a visão de uma paisagem cultural controlada e visualmente projetada até ao infinito, que se exprime na perspectiva alinhada do Campo de Santana com o Bom Jesus, a versão bracarense da captura do horizonte longínquo tão importante no urbanismo barroco.

As atuações urbanísticas de D. Rodrigo de Moura Teles enquadram-se num amplo quadro de crescimento da cidade para fora das muralhas, o que justificou a criação de uma nova área de urbanização, no antigo bairro da Gavieira, também chamado do Quinteiro, ou do Reduto. A nova urbanização estruturava-se em torno da nova praça do Campo Novo, que começou a ser aberta em 1725, com projeto de Manuel Pinto de Vilalobos, seguindo as diretrizes do novo urbanismo barroco que se havia imposto em todas as capitais europeias (Soromenho, 1991).

D. Rodrigo de Moura Teles preocupou-se também com a cidade intramuros, que procurou melhorar através de intervenções em vários edifícios, com destaque para a Catedral que se impôs como o

1.



2.



3.

**O DOMVS ANTIQVA /
QVAM DISPARI DOMINO /
DOMINARIS
ANNO D: 1709**



Fig. 22. Paço barroco de D. Rodrigo de Moura Teles. 1. Planta das áreas intervencionadas por D. Rodrigo de Moura Teles. ©RMAR. 2. Porta principal e varanda de representação. 3. Pormenor da inscrição que se encontra sobre a porta de entrada (Ó Casa Antiga que serás dominada por tão diferente senhor). ©AMB.

principal estaleiro logo no início da sua prelatura. Aí realizou o arcebispo uma profunda intervenção renovadora, iniciada logo em 1712 na capela do bispo S. Geraldo, que foi adornada com um retábulo de talha dourada e azulejos nas paredes, tendo sido destinada a receber o túmulo raso de D. Rodrigo de Moura Teles, que assim se associou a S. Geraldo, padroeiro da cidade de Braga.

5.2. A consolidação do Largo do Paço

D. Rodrigo de Moura Teles reconstruiu o palácio arcebispal tendo assegurado a consolidação do Largo do Paço como espaço simbólico da cidade intramuros. Uma outra praça, também associada ao conjunto palaciano é o Campo dos Touros, cuja urbanização seria apenas empreendida pelo arcebispo D. José de Bragança, a partir de 1741. Ambas as praças, seguindo a tradição das praças reais, como as de Paris, articularam-se com o centro simbólico do poder do arcebispo.

A comparação do desenho do Paço arcebispal no *Mapa de Braunio*, de 1594, com o do *Mapa de Braga Primas*, de 1756, permite verificar que o edifício representativo situado ao fundo do pátio principal renascentista, decorado com ameias e com um pórtico de acesso, foi substituído por uma construção com uma chaminé, presumivelmente uma cozinha, que deveria assemelhar-se às dos bem conhecidos palácios reais de Sintra, ou, numa escala menor, às do palácio dos Biscainhos, de Braga. Assim, é justo considerar que a intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles no Paço abriu o caminho a uma nova conceção planimétrica do edifício, cujo centro simbólico deixou de ser o pátio interior fechado, como acontecia no modelo dos palácios renascentistas, bem representado na planimetria do Paço arcebispal que se observa no *Mapa de Braunio*, para se deslocar para fora do edifício, para a praça-vestíbulo projetada para a cidade, cujos limites se consolidaram por ação daquele arcebispo.

A primeira obra que foi realizada no Paço por D. Rodrigo de Moura Teles foi a reconstrução da capela palatina, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, cujo acesso público passou a ser feito sob a arcada da ala poente da praça do Largo do Paço. As restantes

obras destinaram-se a valorizar os aposentos do arcebispo e a criar novos e mais sofisticados espaços de representação, os últimos dos quais se concentraram no novo edifício que formalizou a ala norte da praça virada à rua do Souto. Também a ala nascente foi prolongada até àquela rua, através da construção de um novo edifício semelhante ao erguido por D. Manuel de Sousa (1505-1532), onde se encontrava instalado o Tribunal da Relação, o que permitiu melhorar as condições para o seu funcionamento e para instalar a Casa do Provisor (Vasconcelos, 1992). Assim, as duas alas laterais da praça passaram a ter a mesma extensão, garantindo-se uma maior simetria da mesma, a qual seria reforçada com a construção, em 1723, do Chafariz dos Castelos, que substituiu aquele que aí se encontrava desde o tempo de D. Diogo de Sousa (1505-1532)⁷.

A intervenção reconstrutiva do Paço arcebispal mandatada por D. Rodrigo de Moura Teles regista um gosto tardo-clássico, revelando a traça do engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos, bem evidente nas extensas fachadas corridas e nas janelas-varandas do piso nobre, a ele se devendo também a articulação interna e externa das três alas que delimitam a praça, cujas fachadas foram uniformizadas. As obras terão sido dadas por concluídas em 1709, considerando que esta data se encontra gravada em duas inscrições no novo edifício que o arcebispo mandou construir na parte norte do terreiro.

Globalmente, podemos considerar que a intervenção arquitetónica devida a D. Rodrigo de Moura Teles monumentalizou e consolidou o Largo do Paço, conferindo à sua fachada urbana, virada à rua do Souto, uma imagem coesa e cenográfica que reforçou a expressão pública do edifício enquanto sede do poder eclesiástico e civil de Braga. Por sua vez, o “Terreiro do Paço”, tal como é referido no *Mappa de Braga Primas*, de meados de Setecentos, converteu-se em mais um testemunho do conceito de “Praça Real” que se havia implantado no urbanismo das grandes capitais barrocas europeias, como Paris, ou Turim, constituídas por uma praça quadrada a servir de remate

⁷ As obras realizadas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles foram detalhadamente documentadas pelo Padre Manuel José da Silva Thadim e por Monsenhor José Augusto Ferreira (1928-1934) II (1932).

a uma avenida, ou, como acontece em Braga, servindo como espaço de ingresso principal num conjunto arquitetónico complexo, normalmente com um monumento central a reforçar o valor simbólico do espaço. No caso do Largo do Paço a praça assume a configuração de um recinto fechado que gira em torno de um monumento central, o qual, não sendo uma estátua do arcebispo, não deixa de exibir o símbolo heráldico da sua família, que se dispõe no Chafariz dos Castelos que ornamenta a praça.

A formalização arquitetónica do Largo do Paço foi a peça fundamental do processo de renovação do palácio arcebispal, através da sua adaptação ao espírito barroco, tendo as três fachadas viradas à rua do Souto sido realçadas através de um sóbrio projeto clássico. Assim, o antigo Paço de D. Diogo de Sousa, que formalizava a ala norte da praça, com a sua sumptuosa escadaria exterior, foi substituído por um novo edifício dominado no interior por uma grande escadaria nobre através da qual se acedia à sala sinodal. O acesso principal ao edifício centralizou o peso decorativo principal da nova praça, exibindo grandes volutas de tradição maneirista flanqueadas por obeliscos, ornamentação que valorizou a relação do edifício com a praça e criou um eixo visual com a rua de Souto. Por sua vez, a construção da Casa do Despacho, situada a nascente da praça, que ampliou a obra renascentista de D. Manuel de Sousa (1545-1549), permitiu reconstruir a simetria volumétrica da praça. Na ala oeste manteve-se a colunata construída durante o governo de D. Agostinho de Jesus (1593), com os seus três níveis, dois dos quais reservados aos livreiros, sendo o último constituído pela chamada Galeria Moura Teles, onde se localizava a biblioteca.

Estas ampliações permitiram ainda a unificação das três fachadas. Os balcões do piso superior foram remodelados e a sua forma e medidas unificadas, sendo de destacar a sobriedade do traçado clássico das novas janelas, retomando-se o motivo do frontão apontado da porta do Tribunal da Relação na porta do novo edifício que ampliou a ala nascente até à rua do Souto.

1.



2.



Fig. 23. Ala norte do Paço de D. Rodrigo de Moura Teles. 1. Átrio. Pormenor do primeiro lanço de escadas. 2. Figura de querubim com cornucópia, simbolizando a visão. ©AMB. 3. Cartela com inscrição e data de 1709. A transcrição de José Augusto Ferreira (III:238) terá uma tradução próxima de “Qualquer que tu sejas, homem, espalho para ti as luzes dos cegos, tão claras que tu vejas porque via te possas conduzir”.

3.





Fig. 24. Ala norte do Paço de D. Rodrigo de Moura Teles.
Escadaria de representação de acesso ao piso nobre. ©AMB



5.2.1. *A ala norte*

Como já foi referido a ala norte do Paço renascentista foi reconstruída no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles. O novo edifício barroco desenvolve-se em dois pisos, com a fachada principal virada à rua do Souto, confrontando a sua fachada traseira com o jardim nascente, anexo ao atual Jardim de Santa Bárbara. A data de 1709, que poderá sinalizar o fim das obras, encontra-se referenciada em duas inscrições, uma disposta sobre a porta principal da fachada e a outra ao cimo do primeiro lance de escadas interiores de acesso ao piso nobre e à grande sala sinodal.

A fachada do piso térreo é rasgada por duas grandes portas e janelas, enquanto o piso nobre exhibe janelas-portadas com varandas, merecendo destaque aquela que se situa no centro, por cima da porta principal, central à grande sala de receção, que foi enobrecida no exterior por volutas e ondulações e pela cartela que emoldura a imponente pedra de armas de D. Rodrigo de Moura Teles. Sob o brasão do arcebispo encontra-se uma inscrição em latim, que reproduz um verso de Cícero (*De Officiis*, Livro I), que representa uma alusão à passagem do tempo. No dintel superior da porta principal encontra-se a data de 1709, certamente alusiva ao fim das obras de reconstrução desta ala do edifício. A janela da varanda central, sobre a porta principal, configura-se como uma nova janela de representação sobre a praça.

O novo edifício, que conserva na atualidade as suas características setecentistas, dispõe de um amplo átrio de receção interior, anexo à porta principal, em frente da qual se dispõe uma escadaria de aparato estruturada em três lances, por onde se fazia o acesso público aos serviços protagonizados pela cúria diocesana. O primeiro lanço de escadas desenvolve-se até um patamar intermédio, de onde arrancam dois lanços de escadas laterais, que conduzem a um outro patamar, no qual se rasga, em posição central, a porta de acesso à grande sala de receção do Paço, também ela amplamente reformada, iluminada por quatro janelas. Era nesta sala que se dispunham os retratos dos arcebispos, em número de 111⁸.

⁸ Existe uma descrição desta sala e da sua decoração feita no contexto da realização do Sínodo de 1713 (Soares, 1990, pp. 313-371).

A escadaria que une o átrio à sala de receção encontra-se ornamentada com azulejos especialmente produzidos para assinalar o Sínodo Diocesano de 1713, convocado por D. Rodrigo de Moura Teles, o qual reuniu na então designada “Sala Grande” (Rocha, 1996).

O painel de azulejos que ornamenta a parede do patamar que remata o primeiro lanço de escadas é uma metáfora alusiva aos cinco sentidos, quatro dos quais estão representados nos desenhos do painel, sendo visíveis, da esquerda para a direita, cenas referentes à fala, ao paladar, ao tato e ao olfato. Por cima do painel dispõe-se um querubim com facho na mão direita, alusivo à visão. A figura encontra-se encimada por uma inscrição que exhibe a data de 1709.

As cenas laterais do primeiro lanço de escadas, bem como dos dois lanços superiores constituem uma alegoria ao bem e ao mal e às suas consequências, estando o bem representado no lado direito e o mal na lateral esquerda da escadaria, o primeiro personificado pelo clero em marcha ascendente para o Sínodo e o segundo associado à sociedade laica e a alguns dos males do mundo determinados pelos pecados capitais. De cada lado da porta da sala sinodal dispõem-se outros dois painéis de azulejo, que sinalizam a justiça dos homens e a justiça divina, estando o bem, mais uma vez, representado no painel direito, através de um rebanho guiado por um pastor, imagem que claramente alude à marcha ordenada dos clérigos a caminho da corte celeste (Rocha, 1996).

5.2.2 A ala nascente

A parte norte da ala nascente do Largo do Paço, construída em meados do século XVI, por ordem do arcebispo D. Manuel de Sousa (1545-1549), onde se instalou o Tribunal da Relação, estava ligada à ala central, tendo sofrido várias alterações ao longo dos séculos, as quais afetaram sobretudo os espaços interiores. Contudo, a atual morfologia, que ajudou a configurar a forma em U do Largo do Paço, é devedora das obras mandadas executar por D. Rodrigo de Moura Teles que, para além de vários melhoramentos, mandou erguer um novo edifício, que prolongou a ala nascente até à rua do Souto, destinado a albergar a Casa do Provisor. Com dois pisos, o edifício possui

uma fachada muito idêntica à construção erguida por D. Manuel de Sousa, em meados do século XVI, dispondo de uma porta central, ladeada por duas janelas. O piso superior é composto por quatro grandes janelas de moldura simples, idênticas às da ala central construída na mesma época.

Nos dois edifícios que compõem a ala nascente do Largo do Paço estavam instalados importantes serviços burocráticos da Mitra, designadamente os de carácter jurídico, como o Tribunal eclesiástico ou Casa do Despacho e os escritórios do Desembargador e do Procurador-Geral. A partir do arcebispado de D. Rodrigo de Moura Teles esta ala passou também a servir para habitação dos bispos auxiliares, que ocupavam uns compartimentos na parte sul do edifício, com uma pequena fachada para a rua do Souto. A residência dos bispos ganhará maior dignidade, a partir de 1755, quando D. José de Bragança adquiriu o edifício que viria a rematar esta ala, com uma parte inteiramente voltada à rua do Souto.

5.2.3. A ala poente

A ala poente é essencialmente uma obra dos finais do século XVI, devida ao arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, supostamente



Fig. 25. Painel de azulejos do primeiro patamar da escada, alusivo à alegoria dos cinco sentidos, onde se representam quatro. Da esquerda para a direita, audição, paladar, tato e olfato. ©AMB.

datada de 1593, a fazer fé na inscrição que se dispõe na sua fachada nascente, virada ao Largo do Paço.

O corpo edificado que se conserva na atualidade perpetua significativas características da construção original, dos finais da centúria de Quinhentos, bem como daquelas que foram introduzidas pelas obras mandadas executar por D. Rodrigo de Moura Teles, designadamente ao nível da fachada nascente, que terá sofrido uma intervenção uniformizadora com as das restantes viradas ao Largo do Paço.

Esta ala teria o piso térreo dividido em compartimentos arrendados ou cedidos a livreiros e comerciantes, tal como se pode observar no desenho das fachadas do Largo do Paço incluído no «*Mapa*» das *Ruas de Braga*, de 1750, o qual nos mostra o piso térreo fechado, com duas aberturas, sendo possível que aquela que se situava a norte pudesse ter servido para aceder à nova capela palatina, mandada construir por D. Rodrigo de Moura Teles. No piso superior, dispõe-se uma ampla sala, conhecida por Galeria Moura Teles, devido à intervenção que aquele arcebispo nela mandou fazer, aparentemente circunscrita ao teto de madeira pintada. Nele se encontram representadas, em posição central, as armas do arcebispo, envoltas por laçarias e outros motivos comuns na gramática decorativa de inícios de Setecentos.





1.

Fig. 26. Porta da antiga Sala dos Retratos, atual Salão Nobre do Paço. 1. Perspetiva. 2. Pormenor do brasão de D. Rodrigo de Moura Teles encimando a porta. ©AMB.





2.



Fig. 27. Panorâmica da praça do Largo do Paço (2021). ©AMB.

5.3. A capela palatina

A intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles no Paço não se limitou ao edificado do Largo do Paço, tendo afetado também outras construções e espaços que integravam o complexo palacial onde residiam os arcebispos.

Um dos edifícios que lhe podem ser atribuídos corresponde à capela palatina que tinha a invocação de Nossa Senhora da Conceição e que terá sido reconstruída, sucedendo a uma outra, de cronologia desconhecida, que estaria já integrada no edifício, dispondo-se a norte do pátio sul, a qual se encontra já representada no *Mapa de Braunio*, de 1594. O anterior arcebispo, D. João de Sousa (1696-1703) teria já pensado construir uma nova capela, projeto que não chegou a concretizar devido à sua transferência para a Sé de Lisboa, cabendo por isso a D. Rodrigo de Moura Teles, seu sucessor, a tarefa de erguer o novo edifício. As características da capela são desconhecidas, mas tudo indica que deveria possuir uma planta centralizada, semelhante à da capela de S. Sebastião das Carvalheiras, também mandada construir pelo mesmo arcebispo, com risco do engenheiro Manuel Silva de Vilalobos.

A edificação da nova capela palatina será obra de 1708, tendo-se mantido a antiga capela a funcionar como sacristia. O novo edifício, de presumível planta centrada, seria completamente isolado, tendo ocupado parte do jardim de D. Diogo de Sousa e do edifício que o encerrava até ao limite do Campo dos Touros. Deste modo, aquele que havia sido o jardim fechado renascentista (*hortus clausus*) converteu-se num espaço de projeção pública, através da exibição da capela palatina, até então um edifício oculto. Por esse jardim se faria o acesso público à capela palatina a partir do Largo do Paço, através da sua ala poente. Ao lado da capela ficava uma torre sineira (Ferreira, 1928-1934, III, p. 238). O desenho representativo de um edifício de planta octogonal, que é propriedade do Arquivo Distrital, poderá corresponder a um levantamento de uma pré-existência, tendo em vista a sua reconstrução no tempo de D. José de Bragança (M. M. Oliveira, 2019, p. 37).

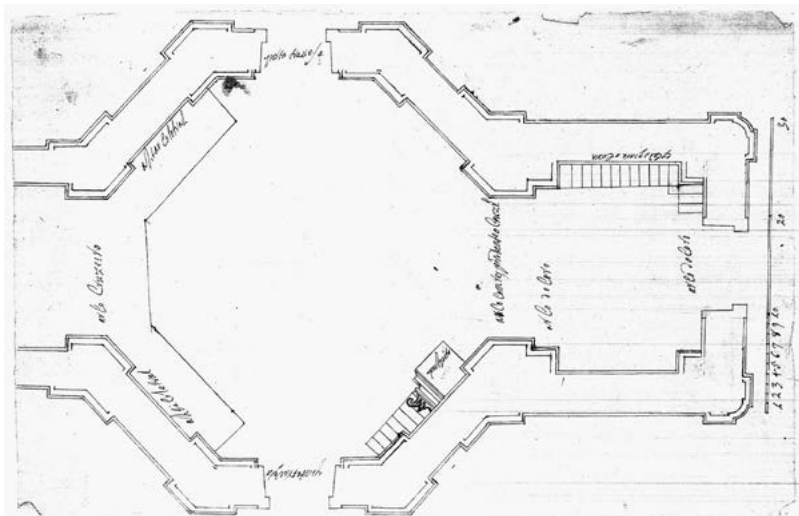


Fig. 28. Risco da capela palatina atribuída ao arcebispado de D. José de Bragança. Reprodução da Coleção cronológica do ADB, doc. 2596, Anos 1741-1756, 340 x 600 mm. ©ADB.

5.4. Outras obras

Sabemos por fontes documentais que em 1705 D. Rodrigo de Moura Teles mandou abrir a primeira ligação do Paço arcebispal ao Campo dos Touros e que terá refeito o jardim interior do pátio sul, dotando-o de uma cisterna, que seria abastecida por canos subterrâneos, com origem no Largo do Paço. Com efeito, está bem documentada a preocupação deste arcebispo com o abastecimento de água à cidade, que se traduziu em garantir novas captações, bem como o seu transporte e distribuição através de aquedutos subterrâneos, que conduziam a água limpa às fontes e chafarizes da cidade, assegurando as necessidades de uma população em crescimento. Terá sido durante a sua prelatura que se diversificaram as captações de água nos arredores da cidade, sendo construídos novos canos para a conduzir, primeiro a partir do bairro do Quinteiro, futuro Campo Novo e, posteriormente, das nascentes do Lugar de Passos, área hoje conhecida pela designação geral de Sete Fontes (Martins *et al*, 2012). Na verdade, deve-se ao arcebispado de D. Rodrigo de Moura Teles a estruturação daquele

que virá a ser conhecido como aqueduto das Sete Fontes o qual, em 1737, alimentava uma “casa de água”, situada no Eirado, futura “caixa geral das águas”, de onde a água era redistribuída para o centro urbano, através de cinco canos (Ribeiro e Martins, 2012). Um dos destinos da água das Sete Fontes era o Paço arcebispal e o chafariz dos Castelos, que D. Rodrigo de Moura Teles mandou erguer no centro do Largo do Paço, em 1723, conforme podemos atestar pela inscrição que nele se encontra lavrada: D. ROD: MAV TEL. FECIT ANO 1723. Daí a água circulava através de canos para o interior do palácio, em direção à cisterna do jardim interior e às cozinhas.

O novo chafariz dos Castelos substituiu aquele que D. Diogo de Sousa mandara fazer, cerca de dois séculos antes, o qual terá sido colocado no pátio nascente, onde se encontraria ainda em meados do século XVIII, conforme surge representado no *Mappa de Braga Primas*. Obra de inspiração barroca, da autoria do mestre Manuel Fernandes da Silva, o chafariz dos Castelos é constituído por uma taça, suportada por atlantes e ladeada por seis castelos, de onde saem as bicas de água. Do meio da taça ergue-se um pedestal em forma de castelo, que serve de base a uma figura feminina, com uma esfera sobre a cabeça.

A abertura da capela palatina ao público, seguindo as recomendações do Concílio de Trento, abriu o Paço ao usufruto dos bracarenses, iniciativa que foi reforçada pela construção de uma segunda capela com carácter público, erguida nas hortas do Paço, a qual se dispunha na proximidade da porta de Santo António da muralha (Milheiro, 1993, p. 155). Construída entre 1727 e 1736 a capela com invocação de Santo António constituía um pequeno templo com fachada virada para o Campo dos Touros, localização bem documentada no *Mappa de Braga Primas*. Esta capela, juntamente com a porta que o arcebispo mandou abrir para o Campo dos Touros prenunciavam a importância que este espaço vinha ganhando em termos urbanísticos, a qual será definitivamente consolidada em meados de Setecentos por D. José de Bragança com a construção de um novo palácio com fachada virada a essa praça.



1.



2.



3.

Fig. 29. Chafariz dos Castelos.

1. Perspetiva.

2. Pormenor da taça. ©UAUM.

3. Pormenor da data de 1723. ©AMB.

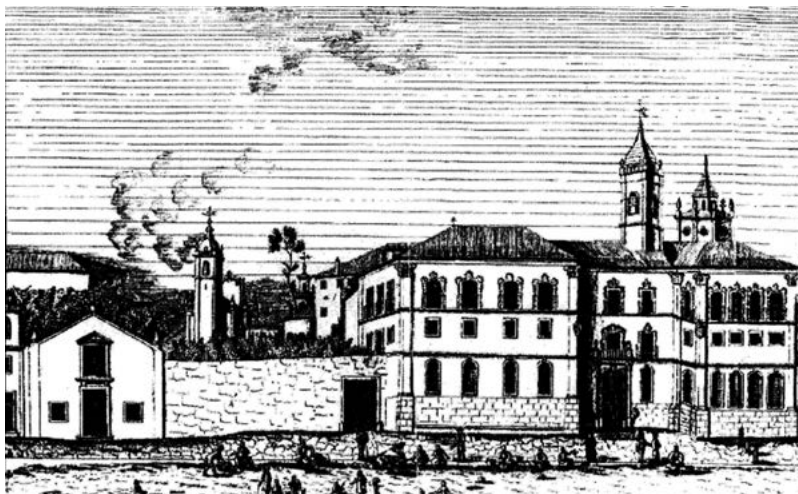


Fig. 30. O Paço de D. José de Bragança, em 1834. Reprodução do desenho de João Baptista Vieira Gomes (*Memórias de Braga escritas e ilustradas*, mss. 1059, fl. 289).



Fig. 31. Paço de D. José de Bragança. Gravura inserida no *Archivo Pittoresco*, VI, 52 (1863): 405-406 http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1863/TomoVI/N52/N52_master/ArquivoPitresco1863N52.PDF.

6.

O PAÇO BARROCO DE D. JOSÉ DE BRAGANÇA (1741-1756)

6.1. O urbanismo barroco bracarense

A morte de D. Rodrigo de Moura Teles, em 1728, deixou parte das suas obras incompletas, tendo o Campo Novo e o conjunto do Bom Jesus sido concluídos pelo seu sucessor, D. José de Bragança. Os dois conjuntos significaram a implantação em Braga de um espírito urbano barroco. O Campo Novo constituía o exemplo de uma intervenção e crescimento urbano planificado em torno de uma praça com casas e fachadas de desenho unificado que se combinava com novos eixos visuais, definindo a paisagem urbana como perspectiva. Por sua vez, a intervenção no Bom Jesus, ao transformar completamente as características do monte sagrado, teve em conta a perspectiva longínqua, representada pelo *skyline* da montanha, contemplada a partir de um ponto concreto da cidade, o Campo de Santana, ou o inverso, o perfil longínquo da cidade recortado contra as estátuas, capelas e balaustradas do percurso processional que se oferecia ao peregrino à medida que realizava a descida mística do monte pelo grande escadório. A escala da intervenção concretizada no Bom Jesus reflete de forma muito expressiva o espírito do conceito de “captura do infinito”, uma das essências do pensamento científico moderno, que o urbanismo barroco soube combinar com o domínio do território, garantido pelo poder temporal das monarquias absolutas e pelo poder espiritual que se viu reforçado com o Concílio de Trento (Benevolo, 1999).

D. José de Bragança encarregou-se de concluir os dois projetos urbanísticos iniciados por D. Rodrigo de Moura Teles. No caso do Campo Novo a empreitada seguiu os riscos já estabelecidos por Manuel Pinto de Vilalobos, enquanto no Bom Jesus foram incorporados novos espaços sagrados que ampliaram o significado espiritual do conjunto, dos quais o Terreiro dos Evangelistas, presumivelmente

projetado por André Soares, constitui um magnífico exemplo. O arcebispo teve ainda capacidade para continuar a transformação da imagem da cidade, tendo a ampliação e adequação do Paço arcebispal oferecido uma ocasião propícia para lançar uma nova frente de urbanização centrada no Campo dos Touros. Assim, foi construído um novo palácio com fachada virada à nova praça, a qual viria a ser rematada a poente com a construção do novo edifício da Câmara.

A nova praça do Campo dos Touros, dominada pela fachada do palácio, pensada e desenhada segundo os mais modernos modelos urbanísticos e arquitetónicos, criou um novo centro de gravidade na cidade. Na verdade, desde o século anterior que os novos conceitos do espaço barroco dominavam a construção das praças e avenidas nas capitais europeias. Braga, como capital eclesiástica do reino, não podia ficar alheia a essa tendência, tendo registado mudanças significativas na paisagem urbana, as quais foram protagonizadas por D. Rodrigo de Moura Teles, que soube interpretar as mudanças e os novos gostos que se espelhavam na configuração das cidades, bem como os novos modelos arquitetónicos barrocos. D. José de Bragança desejava também deixar uma marca duradoura no urbanismo bracarense, tendo usado a construção do novo Paço arcebispal como pretexto para intervir no Campo dos Touros. Para dar expressão às suas intenções o arcebispo contou com o apoio de um artista bracarense, o arquiteto riscador André Soares, que se viria a converter no mais genial arquiteto barroco da região do Minho, conhecedor dos modelos decorativos que dominavam a Europa de meados de Setecentos (Smith, 1973).

No caso do Paço arcebispal a intervenção de André Soares consistiu na construção de um novo edifício adaptado às exigências de um palácio moderno, erguido no século da Ilustração, dando continuidade às iniciativas de D. Rodrigo de Moura Teles que já havia atuado na criação de novos espaços públicos relevantes para um palácio que funcionava como sede do poder eclesiástico e civil, os quais estavam todos localizados nos novos e renovados edifícios dispostos em torno do Largo do Paço. A nova escadaria monumental, construída no interior da ala norte da praça, para dar acesso à sala sinodal, ou a

chamada Galeria de Moura Teles, que encimava a ala poente, representam bons exemplos de espaços que refletem de modo exemplar a atitude do Prelado na reforma do Paço. Contudo, D. Rodrigo de Moura Teles deixara pendente a renovação dos espaços residenciais do palácio, circunstância que viria a ser aproveitada por D. José de Bragança para construir um novo palácio, com áreas residenciais que seguiram as tendências dos novos padrões aristocráticos do século XVIII, em que primavam os salões bem iluminados e abertos ao exterior e com um estilo decorativo moderno.

6.2. O novo palácio do Campo dos Touros

Após a morte D. Rodrigo de Moura Teles, o Paço arcebispal ficou vago devido aos problemas existentes entre Roma e D. João V, só vindo a ser reocupado, em 1741, pelo novo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756). A sua nomeação, feita em 1739, foi muito bem acolhida pelos bracarenses, tendo as cerimónias de tomada de posse da cidade e do arcebispado ocorrido em 7 de março de 1741, já depois de realizadas várias obras de restauro no Paço, destinadas a melhorar as condições de receção do novo Prelado (Vasconcelos, 1997, p. 67). No entanto, mesmo depois dessas obras, o já então centenário Paço arcebispal não deveria oferecer as comodidades a que o novo arcebispo estaria habituado, sendo certamente insuficientes as salas e quartos que existiriam no corpo moderno/barroco, bem como no corpo medieval. Por isso, D. José de Bragança mandou construir um novo palácio, virado para o antigo Campo dos Touros, obra atribuída a André Soares, o qual terá sido projetado entre 1743 e 1744, devendo as obras, talvez iniciadas nesse mesmo ano, ter sido interrompidas em 1747, quando o arcebispo se ausentou da cidade e retomadas em 1750, com o seu regresso, prolongando-se até 1751 (E. P. Oliveira, 2011, pp. 129-132). Aí viriam a ser instaladas as dependências que serviram de residência a D. José de Bragança, onde se incluíam vários quartos e diversas salas de audiência, de espera e de refeições, assim como a capela palatina, talvez remodelada a partir daquela que foi erguida poucas décadas antes por decisão de D. Rodrigo de Moura Teles (M. M. Oliveira, 2019).



Fig. 32. Paço barroco de D. José de Bragança. Perspetiva da fachada do corpo central. ©ADB



1.



2.



Fig. 33. Paço barroco de D. José de Bragança. 1. Porta-janela do piso nobre. 2. Pormenor da varanda de representação do piso intermédio. 3. Pormenor decorativo da porta principal. 4. Pedra de armas do arcebispo. ©AMB.

3.



4.



O novo Paço de D. José de Bragança, com risco de André Soares e fachada virada para o Campo dos Touros redefiniu a topografia e funcionalidade daquele espaço, que viria a ser rematado a poente com a construção do novo edifício da Câmara Municipal, também projeto de André Soares (Smith, 1968). Estes dois emblemáticos edifícios, conjuntamente com as casas que o Prelado mandou fazer para os seus familiares no mesmo Campo, transformaram este espaço no novo e monumental centro político de Braga, condenando a prazo o protagonismo da área envolvente da Sé, anteriormente o principal epicentro da cidade, onde se localizava o antigo edifício da Câmara, construído por iniciativa de D. Diogo de Sousa nos inícios do século XVI. Assim, a construção do novo palácio arcebispal, mais do que determinada por necessidades meramente funcionais de espaços mais condignos para alojar o novo arcebispo, deve ser entendida no quadro de uma clara estratégia de afirmação do seu poder, que se viria a traduzir numa poderosa marca urbanística sinalizadora da sua passagem por Braga, depois de um período de Sé vacante. Estava em causa a criação de um novo centro político, que claramente se afastava da Sé e sublinhava a supremacia do arcebispo sobre o poder civil.

O novo palácio de D. José de Bragança é, indiscutivelmente, uma obra que reflete o gosto e a cultura artística do arcebispo, conhecedor das novas tendências que se afirmavam na Europa, em claro confronto com a racionalidade austera das obras promovidas por D. João V. André Soares, que terá desenhado a estrutura e a decoração do palácio, soube interpretar com mestria e criatividade o gosto do arcebispo, certamente tirando partido das suas ideias, mas também das novas gramáticas decorativas que podiam ser visualizadas em obras que estariam presentes na biblioteca pessoal de D. José, ou na valiosa biblioteca beneditina do mosteiro de Tibães (Smith, 1973).

A área que foi ocupada pelo novo Paço barroco possuiria já algumas construções associadas aos antigos paços medieval e moderno, sabendo-se que outras foram compradas e demolidas, o mesmo acontecendo com a Casa da Roda, que funcionava, desde 1698, na dependência da Câmara (Vasconcelos, 1997, p. 69). No entanto, sabe-se

pouco sobre o novo palácio, não se dispondo de fontes que elucidem sobre as obras realizadas, ou a planimetria do edifício nos seus diferentes pisos, dele restando apenas a fachada, bastante alterada pelo restauro que foi realizado nos anos 30 do século XX. O incêndio do edifício, ocorrido em 1866, viria a consumir a parte norte do palácio, tendo-se preservado os corpos central e sul, profundamente alterados internamente pelo restauro⁹. A capela palatina, que se encontrava integrada no corpo sul, que escapou ao incêndio, acabaria por ser demolida em 1921, poucos anos antes do restauro do edifício.

Uma aproximação pouco precisa da repartição do interior do Paço de D. José de Bragança pode ser feita com base numa breve descrição que do mesmo é feita, em 1756, onde se referem quatro quartos e seis salas, bem como outros compartimentos, desconhecendo-se, contudo, as respetivas dimensões, bem como a sua disposição exata (Vasconcelos, 1997, p. 69).

O edifício possui uma imponente fachada, organizada em três corpos, sendo o central ligeiramente recuado e o corpo norte mais longo do que aquele que se dispunha a sul. A fachada desenvolve-se em três pisos, com o intermédio de menor altura, uma solução que favoreceu a proliferação de janelas, sendo as do piso nobre emolduradas por motivos que se inscrevem na gramática decorativa rococó. O corpo central é servido por uma porta monumental, ladeada por motivos decorativos rococó, encimada por um balcão implantado no piso intermédio. A porta que abre para o balcão é a que se apresenta mais decorada, com motivos variados característicos da gramática decorativa rococó.

⁹ As raras descrições do Paço barroco devem-se ao padre Manuel José da Silva Thadim e a Mateus Vicente de Oliveira, em 1756, esta última realizada para inventariar as obras necessárias à preparação do Paço para receber o novo arcebispo, D. Gaspar de Bragança (E. P. Oliveira, 2011). Além destas fontes documentais, contamos ainda com os inventários dos bens dos arcebispos D. José e D. Gaspar, que nos permitem conhecer a decoração do palácio. O texto de João Batista Vieira Gomes fornece uma descrição sumária da capela palatina do palácio josefino, cerca do ano de 1841, a qual é também descrita em 1911 (Costa, 1996).

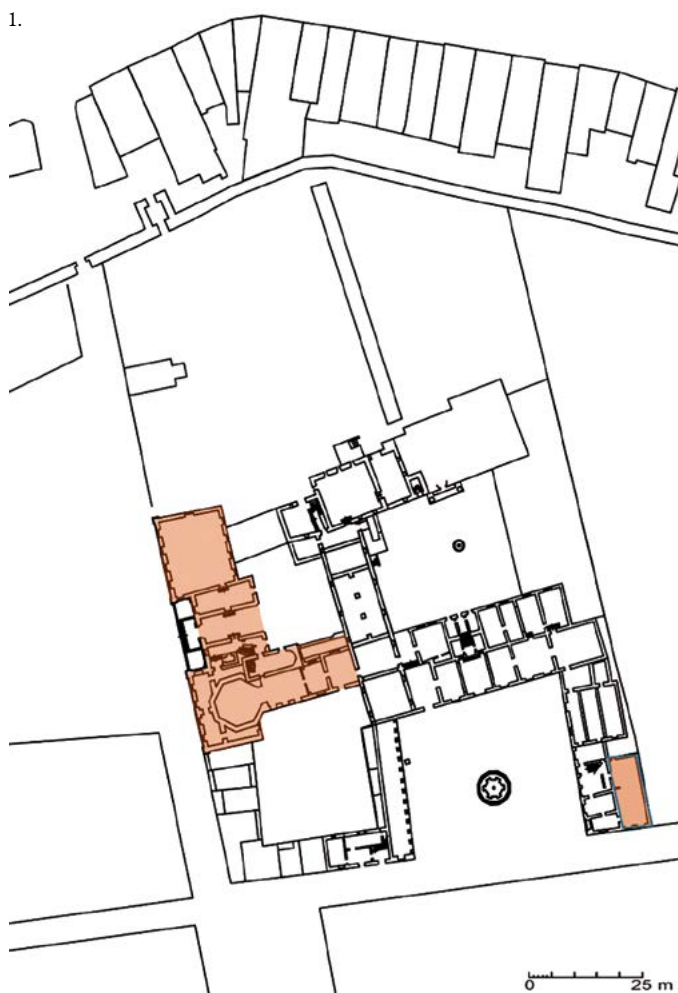
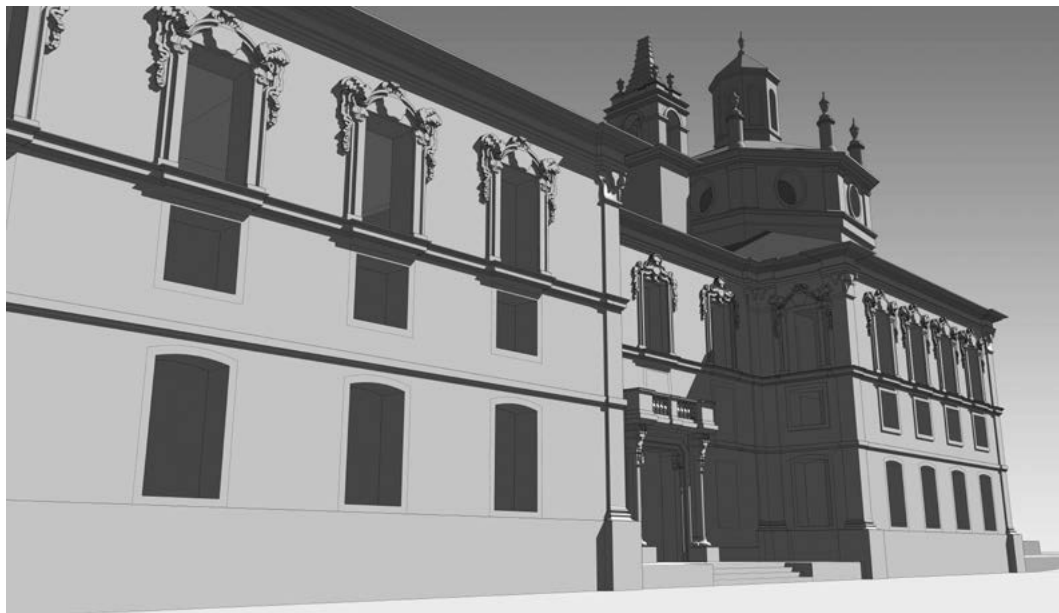


Fig. 34. Paço barroco de D. José de Bragança. 1. Planta das áreas intervencionadas. 2. Proposta de restituição da fachada. 3. Restituição do zimbório e da torre sineira. ©RMar.



2.



3.

D. José de Bragança não esqueceu os jardins, tendo neles sido colocados tanques e esculturas, que serviam de bocas de água (Freitas, 1890, p. 315). Na verdade, a água constituía um elemento fundamental na ornamentação dos jardins dos palácios setecentistas, sendo atribuível ao Paço um chafariz barroco, hoje conhecido como fonte do Pelicano, que se ergue na Praça do Município, desde 1967. A fonte original era diferente da atual que foi acrescentada aquando da sua remontagem. O elemento central é composto por um pilar que suporta uma taça, sobrepondo-se um conjunto das pedras de armas de D. José de Bragança, rematadas por uma esfera armilar, sobreposta por um pelicano com duas pequenas crias. O elemento central da fonte, bem como as quatro taças terão sido remontadas pela DGEMN no pátio nascente do Paço após a conclusão do restauro.

Tendo em conta a representação do *Mappa de Braga Primas*, julgamos poder sugerir que a casa de fresco que ornamentava o jardim barroco do Paço, riscada por André Soares, profusamente decorada, estaria colocada a nascente do jardim do lado da muralha. A construção foi desmontada do seu local original quando parte dos jardins foram urbanizados, tendo sido transferida para o Bom Jesus, em 1919, onde ainda se encontra. Concebida como um baldequino, a estrutura é uma peça notável que joga com o rigor concetual dos pilares, cornijas e capitéis e a criatividade ornamental das algas e concheados que emergem da terra e transformam os elementos arquitetónicos numa geometria apoteótica de formas plásticas.

D. José de Bragança terá autorizado, em 1745, a Irmandade de Santa Cruz a incorporar na fachada da ala nascente uma construção que constitui um dos passos da via-sacra urbana, que se dispõe sob a última janela-varanda daquela fachada, surgindo na imagem do Paço representada no «*Mapa das Ruas de Braga*», de 1750.



Fig. 35. Casa de fresco do jardim barroco do Paço de D. José de Bragança, tal como se encontra no Bom Jesus. ©AMB.

Fig. 36. Casa de fresco do jardim barroco do Paço de D. José de Bragança. Pormenor da cúpula. ©AMB.





6.3. A integração da capela palatina

A capela palatina de planta octogonal, representada num documento pertencente ao ADB, insere-se no modelo bracarense de templo de planta centrada, que replica o projeto da capela de S. Sebastião das Carvalheiras, construída no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, por Manuel Fernandes da Silva, segundo desenho de Manuel Pinto de Vilalobos (E. P. Oliveira, 2004, pp. 75-76). Na verdade, não há razões para supor que essa capela tenha sido completamente refeita, sendo credível que as obras realizadas na mesma, a mando de D. José de Bragança, se tenham destinado a integrá-la na arquitetura do novo palácio e a torná-la visível do exterior. Na verdade, em 1741, data da chegada de D. José de Bragança a Braga, a capela seria um edifício isolado, limitado a poente pela rua de Santo António e pelos terrenos do Campo dos Touros. Como o projeto de D. José de Bragança incluía, para além do novo Paço, a transformação daquela Praça e a construção de um novo edifício para a Câmara Municipal no seu remate poente, André Soares teve que pensar numa solução arquitetónica que permitisse incorporar a capela pré-existente no novo palácio, de modo a que a fachada ocupasse toda a frente da nova praça representativa.

A solução arquitetónica encontrada por André Soares consistiu em organizar o novo edifício em dois corpos salientes, unidos por um acesso monumental, ligeiramente recuado relativamente aos corpos laterais. O corpo norte destinou-se a albergar os salões residenciais do arcebispo, enquanto o corpo sul, quase simétrico, mas um pouco menos comprido, se desenvolvia em torno da capela palatina de D. Rodrigo de Moura Teles, de forma a incorporá-la no interior do palácio. Como o corpo norte devia ter três pisos, necessários às áreas residenciais e ao alojamento dos serviços de apoio ao arcebispo, foi necessário levantar um piso novo na capela, no qual se instalou o coro privado, onde o arcebispo dizia a missa e um zimbório para fazer sobressair a cobertura do corpo octogonal, que se evidenciava por cima do telhado do corpo sul do edifício. A torre-campanário foi também elevada, tendo recebido, tal como o zimbório, remates e

ornamentos escultóricos que seguiram as formas de linguagem que André Soares tinha desenvolvido na sua obra precedente¹⁰.

Fonte importante para a compreensão do edifício é também o *Mapa de Braga Primas*, desenhado por André Soares, que representa uma ala traseira do Paço de D. José de Bragança, que o ligava ao corpo medieval, disposto a norte do pátio sul, por onde se fazia o acesso à capela palatina. Assim, esta era apenas perceptível através da torre sineira e do zimbório sobrelevados em relação ao nível dos telhados, elementos cujas características ajudam a perceber que estamos perante uma construção monumental, que ocuparia toda a ala sul do Paço barroco. Orientada E/O, a construção tinha uma altura de dois pisos, correspondendo a nave à área ocupada atualmente pela sala do arcaz, no piso nobre e pela sala de leitura da BPB, no piso térreo, dispondo-se a capela-mor no espaço que se desenvolveria sob o zimbório, sustentado por quatro pilstras.

A porta principal e certamente pública da capela deveria estar rasgada no piso térreo e estaria aberta para o pátio sul, facultando o acesso à capela a partir do Largo do Paço. A porta deveria ser monumental e poderá corresponder àquela que foi remontada, aquando do restauro, no muro da cerca do Paço, voltado à praça do Município, aí tendo permanecido até à sua desmontagem, em 1948, para permitir a abertura da rua Frederico Ulrich. Uma outra porta, cuja localização original se desconhece, poderá corresponder àquela que foi colocada, no contexto do restauro, entre a sala do arcaz e o salão superior do corpo sul, hoje ocupado pela BPB.

O piso térreo da capela situava-se ao nível do pátio sul e deveria ser utilizado apenas por quem vinha de fora. O coro, referido num documento de 1911, podia corresponder ao primeiro piso do palácio, enquanto o oratório privado do arcebispo se situaria à cota do piso nobre (Costa, 1996). Recentes estudos sugerem que o arco em que se integra o arcaz corresponda ao arco do oratório e que a janela barroca que sobreviveu ao restauro constitua uma das aberturas desse oratório privado (M. M. Oliveira, 2019, p. 40).

¹⁰ Sobre a hipótese de implantação e volumetria da capela de D. José de Bragança em relação ao projeto de D. Rodrigo de Moura Teles pode ver-se M. Manuel Oliveira (2019, pp. 36,38).



Fig. 37. Passos da via-sacra urbana sob a última janela-varanda da fachada nascente do Largo do Paço. ©AMB.



Fig. 38. Possível porta secundária da capela palatina de D. José de Bragança. ©AMB.



Fig. 39. Azulejos que podem provir da capela palatina de D. José de Bragança, recolocados na parede sul do átrio do corpo norte do Largo do Paço, aquando do restauro. ©AMB.



Pouco se sabe da decoração interior da capela palatina de D. José de Bragança, brevemente descrita em 1911, no arrolamento dos bens móveis e imóveis existentes no Paço (Costa, 1996). Com base nessa descrição sabe-se que seria revestida de azulejos, que ornamentariam as paredes e o oratório, podendo daí ser originários os dois painéis de pintura azul sobre fundo branco estanífero, que se dispõem na parede sul do átrio que formaliza o piso térreo do Paço de D. Rodrigo de Moura Teles, aí reposicionados aquando do restauro. Robert Smith não hesitou em atribuir esses painéis à mestria de André Soares, considerando-os originários da capela e inspirados nas gravuras de estilo rococó da coeva escola de Augsburg, cuja influência está bem patente na profusa decoração e na extravagância do movimento nos entablamentos curvos, nos concheados chamejantes, ou na frenética assimetria dos motivos que ornamentam os azulejos (Smith, 1972, 1973). Com cerca de 1,76 m de altura por 1,38 m de largura, os painéis poderão ser integrados na produção azulejar lisboeta rococó, anterior ao terramoto de 1755 (Santos, 2019).

7.

A OCUPAÇÃO DO PAÇO NA SEGUNDA METADE DE SETECENTOS

D José de Bragança faleceu em 3 de julho de 1756 e logo a 23 de agosto foi nomeado arcebispo o seu sobrinho D. Gaspar de Bragança, irmão do rei D. José, que acabaria • por ser provido pelo Papa Bento XIV apenas em 1758. No entanto, a sua entrada solene em Braga foi feita apenas no dia 28 de outubro de 1759.

Logo em dezembro de 1756, o arquiteto Mateus Vicente de Oliveira veio a Braga para fazer uma avaliação do estado do Paço e dos danos provocados no edifício pelo terramoto de Lisboa de 1755, reportando obras que seriam necessárias na frontaria e no telhado, identificando igualmente a necessidade de se abrir uma ligação entre o Campo dos Touros e o pátio interior, para a passagem das carruagens (E. P. Oliveira, 2011). No entanto, não há registo de que as obras sugeridas tenham sido então concretizadas, nem documentos que testemunhem que D. Gaspar de Bragança (1958-1989) tenha mandado executar quaisquer trabalhos no Paço. Na verdade, tudo leva a crer que deverá ter-se mantido a organização interna do palácio, não sendo igualmente conhecidas intervenções a nível de exteriores. Tão pouco será certo que tenha sido concretizada a abertura de uma nova passagem na cerca para as carruagens, muito embora o desenho do Paço de João Baptista Vieira Gomes, de 1834, represente a cerca com uma porta que poderia ter essa função. Contudo, sabe-se que as cocheiras terão continuado a funcionar na parte térrea da ala norte do Largo do Paço, pelo que o acesso de viaturas e animais ao interior do Paço terá continuado a fazer-se através da porta dos carros que se dispõe no lado poente da fachada do Paço que D. Rodrigo de Moura Teles mandou reconstruir, a qual permitia um acesso fácil às cocheiras, localizadas na parte sul do atual Salão Medieval. A norte da cocheira existia um

corredor que as separava de um amplo espaço dividido a meio por uma arcada de 3 arcos, a norte do qual existia outro compartimento. Tratar-se-ia, aparentemente da organização original tardo-gótica deste espaço, devida a D. Fernando da Guerra.

Assim, para além do Paço barroco, que servia de residência ao arcebispo, persistiu em utilização o Paço moderno/barroco, que se organizava em torno do Largo do Paço, virado à rua do Souto, bem como o corpo medieval. Enquanto as instalações do Paço de D. Rodrigo de Moura Teles devem ter continuado a assegurar funções relativamente nobres, de representação (corpo norte), de biblioteca (corpo poente) e a albergar serviços variados, como o Tribunal e a Casa do Provisor (corpo nascente), o Paço medieval deveria funcionar como área de habitação dos serviçais que asseguravam várias funções indispensáveis à vida do palácio e às necessidades de quem nele residia. Este corpo do Paço terá conhecido uma progressiva descaracterização, tendo sido objeto de anexação horizontal e vertical de várias dependências sem grande valor arquitetónico, que persistiram até ao restauro dos anos 30 do século XX.

Ao arcebispo D. Gaspar de Bragança sucedeu D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), que chegou a Braga em 17 de setembro de 1790, quase dois meses depois da promulgação da Carta de Lei, de 19 de julho, que extinguiu o Senhorio de Braga e dos seus coutos, que havia sido outorgado por D. Henrique e D. Teresa e posteriormente confirmado por D. Afonso Henriques, em 1128. O fim do Senhorio subtraiu o poder temporal aos arcebispos, mas também os proventos de que poderiam dispor para obras de diferente natureza.

Mantendo a residência no Paço de D. José de Bragança, D. Frei Caetano Brandão viria a despojá-lo de todos os adornos e recheio, vendidos para as obras que o novo arcebispo julgou por bem fazer nos conventos da cidade. O Paço dos arcebispos deverá ter então entrado numa fase de declínio, pois, se não conhecera obras com D. Gaspar de Bragança, elas seriam agora inviáveis. A alguma decadência exterior dos edifícios, deverá ter-se somado a dos espaços interiores, esvaziados de ornamentos e progressivamente desocupados.

8.

O PAÇO ARCEBISPAL NOS SÉCULOS XIX E XX

8.1. Entre o fim do Senhorio de Braga (1790) e o restauro (1930)

O Paço de D. José de Bragança continuou a ser residência dos arcebispos ao longo do século XIX. Por morte de D. Frei Miguel da Madre de Deus da Cruz (1815-1827) iniciou-se um período de Sé vacante que se prolongou até 1843, o qual coincidiu parcialmente com a complexa situação política que se instalou em Portugal, a partir de 1826, na sequência da morte de D. João VI e dos problemas de sucessão que desencadearam o conflito entre liberais e absolutistas, que se viria a prolongar até 1834. Paralelamente ao conflito político, alastrava também no país um conflito religioso, que se iniciara no Porto, em 1831, no qual esteve envolvida a Arquidiocese de Braga. Neste contexto de grande instabilidade e sem arcebispo residente, o palácio arcebispal viria a alojar a família real portuguesa, composta pelo rei D. Miguel e pelas infantas suas irmãs, que aí se instalaram com a sua corte, entre 1 de novembro de 1832 e 1 de junho de 1833 (Vasconcelos, 1997).

O fim da guerra civil, em 1834, bem como a vitória dos liberais, acabaria por ter inevitáveis impactos na organização religiosa do país e na progressiva diminuição do poder dos prelados bracarenses, com consequências significativas para a futura história do Paço arcebispal. De facto, embora a extinção das ordens religiosas não tenha determinado a apropriação do palácio pelo Estado, a verdade é que, a partir dessa data, boa parte da ala norte do Paço de D. José de Bragança foi retirada aos arcebispos, nela se instalando vários serviços civis, designadamente o Governo Civil e a Prefeitura do Minho, com todas as Repartições da sua dependência (Feio, 1920, p. 73). Certamente que este abuso terá sido favorecido pela situação de Sé vacante, pois só em 1843 chegará a Braga o arcebispo D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha, que governou até 1855.

Alguns espaços do corpo norte do palácio josefino continuaram a ser usados pelo arcebispo, o mesmo acontecendo com aquele que lhe sucedeu, em 1856, D. José Joaquim de Azevedo Moura, que assegurou os destinos da Arquidiocese até 1876. Aí estava também instalada a Biblioteca da Mitra, que viria a desaparecer consumida pelo incêndio de 1866.

Paulatinamente, vários outros serviços públicos foram sendo sedeados na ala norte do palácio, como as Repartições da Fazenda Distrital e Concelhia, a Delegação do Tesouro, o Cofre Central do Distrito, a Recebedoria da Comarca, o Arquivo dos resíduos, os Correios e a Estação Telegráfica. Nele se foram igualmente amontoando, de forma desordenada, livros e manuscritos confiscados a vários mosteiros da província do Minho, na sequência da sua extinção, em 1834. O modo caótico como no Paço arcebispal se foram acumulando serviços, documentos e livros pode em parte explicar o impacto do grande incêndio de 1866, o qual deflagrou no local da Estação Telegráfica, perto da capela de Santo António, tendo alastrado para sul, consumindo todo o recheio do edifício, com exceção do Arquivo da Repartição de Fazenda Pública e da Recebedoria da Comarca (Feio, 1984, pp. 26-27).

O arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1876-1883), em carta enviada ao rei, em 1877, queixou-se da utilização abusiva do palácio por novos serviços, bem como das consequências da mesma, referindo-se ao desaparecimento de obras de jurisprudência civil e canónica, bem como de objetos que pertenciam ao Tribunal da Relação Eclesiástica, de onde teriam sido levados documentos importantes do respetivo arquivo (Soares, 1990). Assim se percebe que a ocupação do Paço por parte de organismos públicos se estendia também ao palácio virado ao Largo do Paço, tendo os arcebispos continuado a residir na ala norte do palácio de D. José de Bragança, certamente em muito precárias condições, sobretudo após o incêndio.

A implantação da República em 1910 e a subsequente Lei da Separação do Estado das igrejas, tiveram consequências inevitáveis no futuro da utilização do emblemático palácio arcebispal, tendo conduzido, logo em 1911, ao fim do seu uso pelos prelados bracarenses, bem

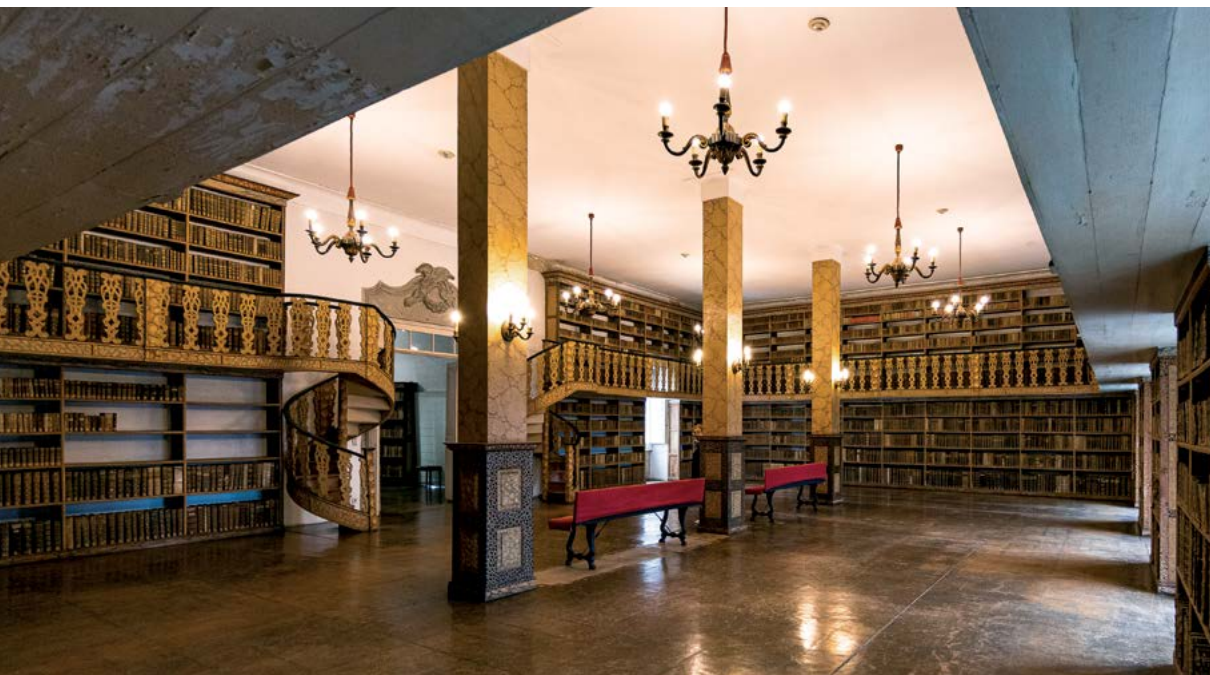


Fig. 40. Salão superior do corpo sul, atualmente ocupado pela BPB. ©AMB.

como à incorporação do imóvel no rol de bens nacionais, ficando o edifício disponível para nele se instalarem serviços públicos.

Tendo por base o arrolamento dos bens móveis e imóveis do Paço arcebispal que foi realizado em 1911, ficamos a conhecer com algum detalhe a distribuição e uso dos espaços nos inícios do século XX. Está assim documentado que a ala poente do palácio renascentista, ou Galeria, dispunha de três andares, possuindo o piso térreo lojas, quase todas devolutas, existindo quatro salas no piso intermédio, enquanto o piso nobre dispunha de cinco quartos. Também no piso térreo da ala nascente existiam várias lojas, estando os três salões e os vários compartimentos do piso superior ocupados por várias repartições eclesiásticas. O piso nobre do corpo norte virado ao Largo do Paço compunha-se de quatro salões, sendo o maior, hoje conhecido por Salão Nobre, designado por “sala dos retratos”, nele se dispoendo 123 representações dos arcebispos bracarenses. No prolongamento da ala poente para norte, havia mais seis quartos, sala de mesa e a cozinha, para além de um salão, que corresponderá ao atual Salão Medieval, que estaria dividido em três compartimentos (Costa, 1996).

O compasso das duas primeiras décadas do século XX acrescentou novos usos e expetáveis vicissitudes ao conjunto de edifícios que compunham o Paço arcebispal. Assim, no palácio virado à rua do Souto está documentada a sua continuada utilização como tribunal, decorrendo os julgamentos no atual Salão Nobre. Também a sua ala poente conheceu, a partir de 1912, uma ocupação por parte do Quartel-general e serviços do Distrito de Recrutamento e Reserva nº 8, instalados na chamada Galeria Moura Teles, cujo teto barroco pintado foi caiado (Guimarães, 1983). Progressivamente, os militares foram ocupando outras dependências anexas, designadamente o salão medieval superior e outros compartimentos do corpo medieval, ocupação que só seria revertida, em 1933, tendo os militares ficado então confinados à Galeria Moura Teles, até à sua saída do Paço, em 1939. No piso térreo da ala poente instalaram-se os Bombeiros Voluntários, sabendo-se que, em 1914, se arrendaram alguns quartos e lojas nesta parte do palácio. A parte medieval, que se fora descaracterizando

progressivamente com novos acrescentos, conheceu igualmente diferentes e questionáveis utilizações. Pouco antes de ser iniciado o restauro, em 1934, o espaço do atual Salão Medieval, estava ocupado por um carroceiro e por um santeiro, enquanto o atual salão superior se repartia em pequenos compartimentos alugados (Guimarães, 1983).

Em 1918, o Paço dos arcebispos foi cedido para instalação do recém-criado Museu D. Diogo de Sousa. Mas ia também ganhando consenso a decisão de nele instalar a Biblioteca Pública de Braga, pois o espaço que aquela instituição dispunha no Convento dos Congregados, onde se instalara desde a sua criação, em 13 de julho de 1841, era manifestamente insuficiente para albergar os 50.000 volumes do seu acervo, oriundos dos antigos conventos minhotos, extintos em 1834 (Feio, 1920). As necessidades de espaço da Biblioteca Pública viriam a tornar-se ainda mais prementes com a anexação do novo Arquivo Distrital de Braga, criado em 1917, que deveria incorporar os fundos documentais oriundos do Arquivo da Sé e do Cartório da Mitra, bem como outros da província do Minho, designadamente os monástico-conventuais, paroquiais e notariais, corporizando largas dezenas de milhares de manuscritos. Sem possibilidade de se expandir no Convento dos Congregados, onde funcionavam também o Liceu Nacional de Braga e o Governo Civil, a Biblioteca Pública reclamava um espaço maior, que só o Paço arcebispal parecia poder oferecer. Assim, em 1918, o governo determinou que o palácio deveria ser partilhado entre o Museu D. Diogo de Sousa e a Biblioteca Pública, juntamente com o Arquivo Distrital, prevendo-se que estes dois últimos ocupassem o Paço barroco depois deste ser devidamente restaurado. O que restava daquele palácio, depois de várias derrocadas viria ainda a conhecer uma nova vicissitude, em 1921, com a demolição da capela palatina, que terá continuado a ter serventia pública enquanto os arcebispos habitaram o Paço, ou seja, até 1911. O seu desmantelamento terá sido feito, aparentemente, por razões de segurança, pois as paredes ameaçavam ruir. No entanto, o seu desmonte traduziu-se numa enorme perda patrimonial, condenando aquela que deve ter sido uma peça fundamental do projeto de construção do Paço barroco do Campo dos Touros.



Fig. 41. Teto barroco que ornamenta a sala de leitura da BPB, trazido do Seminário Conciliar de S. Paulo, desmontado da pequena capela interior do antigo colégio dos Jesuítas, datável de finais do século XVII/inícios do século XVIII. ©AMB.



Cerca de uma década mais tarde, em 1930, iniciaram-se finalmente as obras de restauro do palácio de D. José de Bragança, as quais tiveram em Alberto Feio, diretor da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital, um inestimável dinamizador. O novo espaço viria a ser oficialmente inaugurado em 2 de dezembro de 1934, muito embora os serviços já aí funcionassem desde janeiro de 1933. Seguiu-se o restauro faseado do restante edifício, com mais duas campanhas, uma entre 1934 e 1940 e outra que decorreu entre 1940 e 1950.

Após a primeira fase do restauro do palácio virado ao Largo do Paço, entre 1930 e 1940, o Museu D. Diogo de Sousa ocupou a ala nascente, dispondo-se a sua valiosa coleção de miliários no próprio Largo, um espaço então ajardinado e fechado por um gradeamento aí colocado em 1921, que havia sido desmontado do Jardim Público da Avenida Central, em 1915. Aquando do restauro e lajeamento do Largo, ocorridos em 1950, os miliários foram colocados sob a colunata da ala poente, tendo aí permanecido até à sua deslocação, em 1958, para o átrio da ala central do palácio, no âmbito de uma reorganização das coleções do Museu (Cortez, 1958). A ala nascente viria ainda a acolher outras instituições de natureza cultural, designadamente o Museu Etnográfico, inaugurado em 1940, que se instalou no piso térreo, contíguo ao Museu D. Diogo de Sousa e o Instituto Minhoto de Estudos Regionais, criado em 1943, que ocupou o piso nobre (E. P. Oliveira, 2005, p. 92).

8.2. A intervenção de restauro entre 1930 e 1950

A decisão que conduziu ao restauro integral do Paço arcebispal teve a sua origem na Portaria 1.428, de 29 de junho de 1918, que determinou a ocupação conjunta daquele espaço pela Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e pelo Museu D. Diogo de Sousa. Nesse contexto, logo em 1920, foi elaborado um projeto, da autoria de Domingos Rebelo Barbosa, que visava a adaptação do palácio de D. José de Bragança à instalação da Biblioteca e do Arquivo. No entanto, só em finais de 1930 viria a ser disponibilizado o necessário financiamento para a execução do restauro, o qual viria a ser uma das primeiras obras da recém-criada DGEMN (Neto, 2001).

O arquivo digital das obras efetuadas no Paço arquiépiscopal fornece um número significativo de elementos que permite recuperar o estado dos seus diferentes edifícios à data do restauro, mas também a estratégia que esteve na base da sua reabilitação, muito marcada por práticas de uniformização dos alçados e pela ausência de levantamentos das pré-existências (M.M. Oliveira, 2019). Apesar da falta de plantas e alçados, aquele arquivo assume-se como o principal repositório de informação para reconstituir a última grande fase de obras no Paço dos arcebispos de Braga, a qual não tendo alterado a sua organização em três corpos, modificou, todavia, a dimensão do Paço de D. José de Bragança e reconfigurou o aspeto do Paço medieval, introduzindo fortes componentes de uniformização que marcam a imagem urbana deste notável edifício.

8.2.1. A reconstrução do Paço de D. José de Bragança (1930-1934)

O estado de ruína do palácio de D. José de Bragança, determinado pelo incêndio de 1866, concedeu à DGEMN uma quase total liberdade para adaptar o interior do edifício às necessidades da sua nova utilização como sede da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital. Assim, o restauro manteve as paredes exteriores e as pedras lavradas que as ornamentavam, sacrificando os muros das divisórias interiores que ainda persistiam, para criar amplos espaços de reserva e salas de leitura. O edifício conheceu mesmo uma diminuição volumétrica, tendo sido amputada parte do seu corpo norte, originalmente mais extenso do que o que se dispunha a sul, conforme se pode ver em várias imagens anteriores ao incêndio e ao restauro. A recomposição simétrica da fachada, bem como o esvaziamento interior do edifício permite afirmar que este foi objeto de uma verdadeira reconstrução.

A intervenção, que decorreu entre 1930 e 1934, foi muito devedora da ação de Alberto Feio, Diretor da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, desde 1918, que acompanhou de perto os trabalhos, garantindo uma adaptação adequada dos espaços para servir as suas novas funções. Os trabalhos foram realizados por

empreitadas, tendo a primeira atuado na ala sul, concluída em 1931, seguindo-se a intervenção nas alas norte e central, iniciada em 1932 e terminada em 1934. A natureza da nova função reservada ao edifício, bem como a pensada distribuição espacial dos dois serviços que nele iriam ser alojados, terão naturalmente condicionado as obras efetuadas, tendo sido decidido que a Biblioteca ocuparia os dois pisos mais baixos, sendo o superior reservado para os fundos documentais do Arquivo. O gabinete do diretor ficaria situado no piso intermédio, na sala onde se dispunha a varanda principal do edifício.

As obras tiveram um forte impacto ao nível da fachada, tendo as duas alas laterais passado a dispor do mesmo comprimento. O impacto no interior do edifício foi ainda mais profundo, tendo as duas alas laterais sido totalmente esvaziadas de divisórias, a fim de facilitar a sua adaptação aos dois grandes depósitos da Biblioteca Pública e os pisos sido reconstruídos em cimento armado, para garantir a sua maior resistência contra o perigo de incêndios. Os depósitos ocuparam os dois primeiros pisos, sendo encimados por amplas salas, com três colunas, dispendo de varandas corridas a meio da sua altura, com balaústres de madeira recortados e pintados, reutilizados da sala de leitura da antiga biblioteca do Convento dos Congregados. Também as estantes que forram as paredes terão reaproveitado a madeira das que existiriam naquela biblioteca.



Fig. 42. Sala de leitura da BPB. Fotografia nº 7, Domingos Alvão, s/d.

No interior do edifício foram integrados elementos arquitetónicos decorativos oriundos de contextos exteriores ao Paço, de que é exemplo o teto barroco que ornamenta a sala de leitura, trazido do Seminário Conciliar de S. Paulo, desmontado da pequena capela interior do antigo colégio dos Jesuítas, datável de finais do século XVII/inícios do século XVIII, cujas dimensões condicionaram o formato da sala. Também o arcaz, móvel arquivístico do Cartório Capitular de Braga, constituído por trinta e duas gavetas, fechadas por largas portas de castanho, que se encontrava na torre anexa à Capela da Glória da Catedral, foi transferido e remontado no piso nobre, em sala anexa ao salão superior da ala sul.

No corpo central foram reabilitados o átrio e a escada lateral, que viriam a ser ornamentados com painéis de azulejo, especialmente executados para o efeito, inspirados em motivos característicos do século XVIII. Os tetos em maceira do gabinete do diretor, situado no piso intermédio, bem como das quatro salas de trabalho, dispostas no andar superior, foram pintados pelo artista José Luís Brandão de Carvalho (Guimarães, 1983).

8.2.2. As obras no Paço moderno/barroco (1934-1950)

Enquanto se procedia à reconstrução do Paço barroco, foram sendo realizadas algumas obras de restauro no interior do palácio virado à rua do Souto, que incidiram nas alas central e nascente, bem como no terreiro, as quais terão ocorrido de forma mais ou menos intermitente. Com efeito, as obras neste corpo não seriam fáceis uma vez que na ala central funcionava o Tribunal Judicial, desde 1926, sendo o Salão Nobre usado como sala de audiências. Por sua vez, a ala nascente encontrava-se ocupada pelo Museu D. Diogo de Sousa. No entanto, em 1936 o corpo norte já havia sido recuperado, tendo então recebido várias intervenções no átrio, na escadaria e no Salão Nobre, que passou a ser a sala de conferências da Biblioteca, tendo o seu teto sido pintado apenas em 1948.

Entre os trabalhos realizados entre 1930 e 1934, destacam-se os que ocorreram nas paredes exteriores dos edifícios, com destaque para a recomposição dos vãos, garantindo-se uma maior uniformidade das fachadas (M.M. Oliveira, 2019, p. 53).



1.

Fig. 43. Sala do arcaz, móvel arquivístico do Cartório Capítular de Braga, constituído por trinta e duas gavetas, hoje integrada na BPB. 1. Perspetiva do arcaz. 2. Pormenor da organização das gavetas. ©AMB.

O ANTIGO PAÇO DOS ARCEBISPOS DE BRAGA



2.



Fig. 44. Painéis de azulejo da escadaria da BPB, executados nos anos 30, aquando do restauro e inspirados em azulejos setecentistas. ©AMB.



Ao longo da década compreendida entre 1940 e 1950 foram ocorrendo outras intervenções de desmonte de estruturas, como aconteceu com o corpo que havia sido acrescentado à fachada poente da Galeria Moura Teles, o que permitiu requalificar o pátio sul, tal como o conhecemos hoje. Nele viria a ser colocado o chafariz renascentista que se encontrava no jardim nascente, depois de ter sido desmontado do Largo do Paço em 1723.

8.2.3. O restauro do corpo medieval (1934-1950)

As obras de restauro da parte medieval do palácio foram profundas, sendo atribuídas ao engenheiro e arquiteto Manuel Lima Fernandes de Sá, que teve a preocupação de proceder à elaboração de uma planta prévia e a um registo fotográfico do conjunto de edifícios que compunham o complexo construtivo que se erguia então nas traseiras do palácio virado à rua do Souto. Não estando condicionada por critérios de adaptação a um uso predefinido, a intervenção no palácio medieval caracterizou-se por significativos desmontes dos acrescentos verticais e horizontais, que haviam sido construídos ao longo de séculos e por reconstruções que viriam a incluir a reprodução de elementos arquitetónicos entretanto descobertos. Esta estratégia permitiu expor as fachadas originais da torre de D. Gonçalo Pereira com os respetivos acrescentos laterais, bem como do corpo linear que articulava o conjunto medieval com o moderno. Valorizavam-se, assim, as características do edificado tardo-gótico, que ganharia maior dimensão com a construção de um coroamento de ameias, sugerido pela descoberta de alguns cubelos (M.M. Oliveira, 2019, p. 58, fig. 81).

O corpo medieval, composto pela torre central e acrescentos laterais, foi assumido na sua individualidade, dando origem a um conjunto de salas de diferentes dimensões, dispostas em três pisos (M.M. Oliveira, 2019). Por sua vez, do piso térreo do edifício linear, que articulava o corpo medieval com o moderno, foram retirados os três arcos que sustentavam o piso superior, bem como as divisórias que nele existiam, o que permitiu criar um amplo espaço, conhecido por Salão Medieval. Sobre este vasto compartimento, dispõe-se, no piso nobre, um outro

grande salão, ligeiramente mais pequeno, que resultou do desmonte dos muros divisórios que aí existiam, o qual é designado por salão medieval superior. Os três arcos do piso térreo foram remontados no jardim nascente, contíguo ao Jardim de Santa Bárbara. À arcada original de três arcos foi acrescentado um quarto, que concedeu um maior equilíbrio entre a extensão do conjunto e a do edifício.

Para além da remoção de estruturas parasitárias, que permitiram destacar os alçados das fachadas principais, a intervenção contemplou trabalhos de remontagem. Assim, embora o restauro tenha sido iniciado em 1934, só em 1940 viria a ser concluído, após uma paragem entre 1937 e 1938. Ficavam ainda por terminar algumas pequenas obras, identificadas por Alberto Feio, em 1947, tanto no Paço moderno/barroco, como no medieval, para onde se estendera a ocupação da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital, as quais só seriam concluídas nos finais da década de 1950. Nesse período foram também produzidas peças de mobiliário e de iluminação, que exibem decoração de inspiração medieval, de que são exemplo os candeeiros que ornamentam os tetos dos grandes salões do corpo linear.

Data do período entre 1947 e 1950 a pintura de cinco tetos de madeira de viga exposta, tipo alfarje, que teriam sido deixados originalmente em castanho, solução encontrada para forrar as placas de betão que separavam os pisos do Paço medieval. A pintura desses tetos foi solicitada por Alberto Feio ao artista bracarense Abel Santana da Costa Mendes, conhecido como Abel Mendes (pai), em 1947, pintor que havia decorado o teto da capela privativa do Seminário Conciliar, inaugurada em 1946. Inicialmente, Alberto Feio queria apenas ornamentar o teto da sala Manuel Monteiro, situada entre o salão medieval superior e a Galeria Moura Teles. Sabemos que o artista colheu inspiração nos motivos de um “Livro de Horas”, do Arquivo Distrital (Carvalho, 1994), tendo desenhado para o referido teto uma rica decoração vegetalista, que viria a ser replicada no teto do salão medieval superior. Abel Mendes decorou ainda os tetos da grande sala do piso nobre da torre de D. Gonçalo Pereira e o de uma outra sala com lareira, conhecida por Sala Carrington da Costa, nos quais reinterpretou os motivos

vegetalistas que o inspiraram inicialmente, tendo finalmente pintado, o teto do atualmente designado por Salão Medieval (Guimarães, 1983). Na empreitada de pintura participaram várias equipas de pintores e também o seu filho Rui Mendes, que trabalhou no Paço apenas com 15 anos, sendo já então um jovem artista inspirado¹¹.

8.2.4. *O arranjo da envolvente*

Na década de 1950 foram realizadas várias obras na envolvente do Paço arcebispal, que viriam a garantir uma mais adequada visibilidade dos diferentes edifícios que foram sendo sucessivamente restaurados.

Assim, na Praça do Município, foi desmontado o mercado municipal de ferro, inaugurado em 1914, conjunto que havia fossilizado a vocação comercial que aquela área adquirira, desde 1763, com o arcebispado de D. Gaspar de Bragança, que aí mandara reunir alguns dos mercados que se encontravam dispersos pela cidade (Feio, 1984, p. 47). O mercado de ferro, da autoria do arquiteto João de Moura Coutinho, foi encerrado em 1950, altura em que se iniciou a sua desmontagem, concluída em 1956 (E. P. Oliveira, 2005, p. 95). A praça viria a merecer um arranjo paisagístico destinado a facilitar a leitura visual do Paço de D. José de Bragança e do edifício da Câmara Municipal, segundo projeto do arquiteto Francisco de Azeredo, datado de 1948, tendo o novo arranjo sido inaugurado em 28 de maio de 1956. Posteriormente, a praça viria a ser ornamentada com a fonte do Pelicano, na sequência da decisão camarária de remontar no local os cinco elementos do chafariz que se encontravam no Paço, depois de recuperados do Parque da Ponte, para onde haviam transitado em 1920. Os elementos do chafariz original foram transformados numa fonte mais monumental, através da adição de um tanque quadrilobado, a qual foi inaugurada em 1967 (E. P. Oliveira, 2005, p. 97).

A maior visibilidade do corpo medieval do antigo palácio arcebispal viria a ser assegurada por duas intervenções urbanísticas e

¹¹ Em 2019 tivemos oportunidade de entrevistar Rui Mendes, que nos descreveu detalhadamente o contexto e o complexo processo de pintura dos tetos do Paço medieval, a quem agradecemos todas as informações fornecidas, designadamente quanto à sucessão da pintura das salas, que justifica a sua decoração diferenciada.

paisagísticas realizadas a norte e nascente, em terrenos que haviam pertencido aos arcebispos durante séculos, usados como hortas e jardins.

Uma dessas intervenções consistiu na abertura da rua Frederico Ulrich, hoje rua Eça de Queirós. Assim, em 1947, a Câmara Municipal de Braga adquiriu a Capela de Santo António da Praça, inserida na cerca do Paço, tendo em vista a sua demolição para permitir a criação do novo eixo viário, destinado a possibilitar uma visão desafogada do Paço medieval após o restauro, concluído em 1956 (Oliveira, 2005, p. 93). Com a abertura daquela rua criava-se um novo limite para os terrenos do palácio arcebispal o qual viria a ficar definido a nascente e norte pelos muros que faziam a praça e a rua.

A outra intervenção urbanística consistiu na criação do Jardim de Santa Bárbara, ultimado em 1955, limitado a norte pela atual rua Eça de Queirós e a nascente pela rua Dr. Justino Cruz, aberta em 1921. O jardim encontra-se sobrelevado relativamente ao jardim nascente do Paço, que se dispõe entre os corpos moderno e medieval, o que facultava uma adequada observação das suas fachadas. A separação entre estes dois espaços foi assegurada pela construção de um muro baixo de contenção, erguido em 1951.

As duas intervenções urbanísticas que se destinaram a melhorar a visibilidade do Paço restaurado, acabaram por demarcar uma nova área de logradouro ajardinado, que se oferece como um museu ao ar livre, pois, para além dos arcos que foram desmontados do edifício linear, que corresponde ao atual Salão Medieval, o jardim exhibe uma rica coleção de inscrições e brasões, bem como variadíssimos elementos pétreos oriundos de edifícios desaparecidos, como o Convento dos Remédios.

Também o Largo do Paço foi requalificado, recebendo um novo pavimento, em 1950, tendo sido retiradas, em 1956, as grades que haviam fechado aquele espaço, desde 1921. Esta intervenção permitiu que aquela praça reassumisse o seu papel de praça urbana, articulada com a rua do Souto, função que havia estado subjacente à sua formalização em U, devida aos arcebispos do século XVI e ultimada por D. Rodrigo de Moura Teles.



Fig. 45. Perspetiva do teto do Salão Nobre pintado em 1948. ©AMB.







Fig. 46. Perspetiva do teto do Salão Medieval com candeieiro. ©AMB



Fig. 47. Decoração vegetalista dos tetos da BPB. Perspetiva do teto do salão medieval superior. ©AMB.



8.3. A instalação da Universidade do Minho em 1974

Em 11 de agosto de 1973 o antigo Paço arquiiepiscopal de Braga foi cedido pelo Estado, através do decreto 402/73, para a instalação da recém-criada Universidade do Minho, prevendo-se que a mesma integrasse a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga, já residentes no Paço desde 1934, onde ocupavam os edifícios barroco e medieval, com exceção do chamado Salão Medieval.

Em 17 de fevereiro de 1974 tomavam posse, no Salão Medieval, o primeiro Reitor da Universidade do Minho e os membros da sua Comissão Instaladora (CIUM), dando-se início ao processo de ocupação do edifício pelos diferentes serviços da Universidade. A opção possível para a instalação do Reitor e dos membros da CIUM, bem como dos respetivos secretariados, viria a ser a ocupação de zonas livres no Paço de D. José de Bragança, onde se instalaram também os Serviços de Documentação que viriam a usar o vasto salão medieval superior. Esta instalação provisória resultou da circunstância do Paço moderno se encontrar parcialmente ocupado por outras instituições e de necessitar de obras de adaptação para a instalação dos serviços da Reitoria e da administração, que deveriam vir a ocupar as alas norte e nascente do Largo do Paço. Assim, foram desalojados o Museu D. Diogo de Sousa, que tinha as suas coleções dispersas pelos dois pisos da ala nascente, bem como o Museu Etnográfico, instalado no piso térreo e o Instituto Minhoto de Estudos Regionais, que ocupava parte do piso nobre.

As obras de adaptação e reabilitação das alas norte e nascente do Largo do Paço, com projeto de Frederico Burnay, foram iniciadas logo em 1974 (Atanásio e Nunes, 1975). Uma vez concluídas, em 1975, estavam reunidas as condições para a instalação da Reitoria e dos membros da CIUM, que foram alojados na ala norte, bem como de outros serviços indispensáveis ao funcionamento da Universidade que se instalaram na ala nascente. O uso do edifício por parte dos serviços administrativos, técnicos, académicos e sociais, bem como dos

serviços de documentação haveria de se prolongar até à sua paulatina saída, resultante do crescimento dos mesmos e do longo processo de construção das instalações definitivas da Universidade.

O antigo Paço arcebispal serviu também como espaço de docência provisório, tendo nele sido acolhidos os primeiros alunos da Universidade do Minho, no ano letivo 1975/76, cuja abertura oficial se realizou em 16 de dezembro de 1975 (Braga, 1975). Posteriormente, o ensino passaria a ser ministrado nas instalações que foram adquiridas na rua D. Pedro V, onde se instalou um Complexo Pedagógico e um Laboratório de Línguas, para além de gabinetes, salas de reuniões, uma secção da biblioteca e uma sala de computação (M. M. Oliveira, 2014).

A integração da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital na Universidade do Minho, prevista no decreto 402/73, viria a ser objeto de um projeto que só seria concretizado em 1976, através da sua constituição como entidades autónomas. Esta decisão garantia um melhor exercício das funções que deveriam ser cumpridas por essas instituições de serviço público, no âmbito da preservação, tratamento e divulgação do seu património bibliográfico e documental, as quais haviam sido descuradas por falta de funcionários e de financiamento. Neste sentido, a integração dos dois serviços na Universidade viria a constituir-se como uma estratégia fundamental para a sobrevivência e melhoria dos respetivos serviços, concedendo à jovem Universidade uma oportunidade de ampliar os seus desígnios fundadores de ensino e de investigação. Assim se afirmaria a missão de interação com a sociedade no domínio cultural, em cuja concretização a Universidade do Minho seria pioneira em termos nacionais.

A instalação de serviços da Universidade do Minho no Paço dos arcebispos determinou uma nova funcionalidade para este emblemático edifício, marcada pela sua intensa utilização, que reforçou a sua centralidade, que não se esbateu com a paulatina deslocalização de alguns dos serviços, à medida que foram sendo viabilizadas para eles outras instalações provisórias ou definitivas. No Paço permaneceram a Reitoria, instalada na ala central do Largo do Paço e os serviços administrativos e jurídicos sedeados na ala nascente, uma ocupação



Fig. 48. Chafariz do pátio poente, também conhecido por jardim da fonte. ©AMB.



compatível com o funcionamento da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga que ocupava o Paço barroco de D. José de Bragança e o conjunto medieval.

Com a instalação da Universidade do Minho no Largo do Paço, o Salão Medieval viria a acolher os atos mais solenes da instituição e a transformar-se no principal espaço cultural da cidade, animado por múltiplas iniciativas promovidas quer pela Universidade, quer por outras entidades, dinâmica que exprime bem o desígnio de interação com a sociedade que a Universidade do Minho abraçou desde a sua criação. Exposições, conferências, concertos e outros espetáculos passaram a animar, com periodicidade regular, o Salão Medieval, um dos espaços mais emblemáticos de Braga, reconstruído para servir de sala de eventos aquando do restauro do edifício (Nunes, 1914). Estas atividades estenderam-se também, ainda que de forma mais circunscrita, ao Salão Nobre, que se tornou igualmente o espaço privilegiado dos atos académicos mais solenes da Universidade do Minho.

9.

O PAÇO DOS ARCEBISPOS NO SÉCULO XXI: OS DESAFIOS

Pode afirmar-se que a Universidade do Minho, instalada no palácio dos arcebispos, desde 1974, soube perpetuar o simbolismo do lugar e dos seus diferentes edifícios como sede de poder, mas também de saber, cuja disseminação ampliou com uma forte política cultural, que tirou partido dos serviços culturais aí instalados, bem como da nobreza e beleza de alguns dos seus espaços. No entanto, o crescimento dos serviços e a inescapável erosão do tempo, com inevitáveis impactos nos edifícios, bem como as exigências da sua necessária modernização, viriam a determinar a avaliação das intervenções de requalificação que são imprescindíveis à sua manutenção, bem como dos serviços que aí deverão permanecer, tendo sido desenhada, a partir de 2009, uma estratégia que visou criar condições para reforçar a centralidade do Paço dos arcebispos como espaço cultural de referência da cidade de Braga (Cunha, 2019).

Esta estratégia incluiu um conjunto significativo de ações, algumas das quais foram sendo executadas ao longo da última década, como a reabilitação do exterior do edifício e do jardim nascente, concretizados entre 2015 e 2016, a deslocalização do Arquivo Distrital para um novo edifício na rua Abade Loureira, inaugurado em 2017, ou a mudança dos serviços administrativos para o Campus de Gualtar, em 2018. Foram igualmente realizados estudos, análises e levantamentos arquitetónicos que estiveram na origem do Programa Base do Projeto de Requalificação do Largo do Paço, realizado pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, dirigido pela arquiteta Maria Manuel Oliveira. A publicação desse Programa Base, em 2019, corporiza, no título do livro, *Abrir “o paço” à cidade*, aquela que é a intenção da Reitoria da Universidade do Minho, desde 2009, oferecendo as linhas de uma intervenção requalificadora do Paço, digna do século XXI, capaz de compatibilizar o funcionamento dos serviços da Reitoria e da Biblioteca Pública, com a criação de um

núcleo expositivo em circuito visitável, que percorrerá as várias alas do edifício, permitindo a interpretação dos espaços e o seu usufruto público, estando igualmente prevista a instalação de uma loja e cafetaria na área da casa anexa à ala poente do Paço, com fachada para a rua do Souto (M.M. Oliveira, 2019). A instalação do circuito de visita subentende a deslocalização da Reitoria da ala norte do Largo do Paço, onde está alojada desde 1975, para a ala nascente, com ocupação do espaço correspondente à antiga casa do Provisor, no cunhal daquela ala sobre a rua do Souto, prevendo-se a instalação na mesma ala do Conselho Geral e o Conselho de Curadores da Universidade.

O Projeto de Requalificação do Paço, cujo Programa Base de arquitetura é já conhecido, é indiscutivelmente um projeto desafiante e generoso que representa um enorme desafio e responsabilidade para a Universidade do Minho, gestora do valioso património que é o Paço arcebispal, classificado como Imóvel de Interesse Público, desde 1967. Algumas das condições necessárias para a execução do Projeto foram sendo concretizadas com a saída de serviços que libertaram espaços, como aconteceu em 2017 com o Arquivo Distrital de Braga, que concedeu maior desafogo aos serviços da Biblioteca Pública, ou com a deslocalização dos serviços administrativos, em 2018, que devolveu os espaços da ala nascente do Largo do Paço para novos usos de natureza cultural. No entanto, a transformação do Programa num Projeto carece ainda de um conjunto de ações faseadas, bem como de uma estratégia de financiamento que terá que ser encontrada e ajustada às fases de obra a implementar (M. M. Oliveira, 2019, p. 100).

Em linha com a história do Paço dos arcebispos, feita de sucessivos momentos de investimento construtivo, que o conformaram naquela que é a sua configuração e utilização atuais, é justo recordar também os momentos mais letárgicos que o conjunto arquitetónico conheceu, ou as longas esperas para obter os necessários financiamentos para o ampliar, reabilitar ou mesmo reconstruir. E é nessa já longa história que teremos que situar os desafios que a Universidade do Minho e o Paço dos arcebispos enfrentam, no século

XXI, para encontrar financiamento e concretizar um projeto que pretende ampliar a sua multifuncionalidade, tornando-o visitável.

Em setembro de 2021, quando se ultima este livro, um ano e meio volvido sobre o início do contexto pandémico causado pela COVID-19, a situação financeira do país não se anuncia propícia a grandes investimentos, mas não altera as consolidadas intenções da Reitoria da Universidade do Minho de favorecer uma crescente utilização pública do Paço dos arcebispos. Enquanto se espera a requalificação anunciada, o edifício continuará a oferecer os seus espaços mais nobres e emblemáticos para eventos, tendo sido ampliada a capacidade de acolher atividades científicas e culturais, após a libertação da ala nascente que, desde setembro de 2018, vem sendo designada de Galeria do Paço. Esta ala representa agora uma porta de entrada para conhecer parte dos interiores do antigo palácio dos arcebispos, que passaram a acolher uma programação cultural regular, desvendando também aos visitantes alguns aspetos da complexa e multifacetada atividade da Universidade do Minho, que cumpre assim o seu desígnio de melhor interagir com a cidade de Braga e com a sociedade em geral.

A centralidade pública da nova Galeria do Paço viria a ser reforçada com a abertura de uma loja, em 2019, criada para promover a imagem e a identidade da Universidade do Minho, na qual estão representados produtos variados, inspirados na linha institucional e no património da instituição, bem como os livros editados pela UMinho Editora.



Fig. 49. Perspetiva do teto do Salão Medieval. ©AMB.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, C. A. F.; e Barroca, M. (2002). História da Arte em Portugal, II: *O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Anselmo, A. (1989). Um documento iconográfico precioso e até agora desconhecido: aguarela de Viana no século XVII. *Cadernos Vianenses*, 13, 107-112.
- Atanásio, M. M.; e Nunes, H. B. (1980). *Conjunto arquitectónico do Largo do Paço: obras de adaptação – 1974-1975*. Braga: Universidade do Minho.
- Bandeira, M. S. M. (1994). Uma panorâmica seiscentista de Braga. *Forum*, 15/16, 25-36.
- Bandeira, M. S. M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bandeira, M. S. M.; e Moreira, Luís (2019). A urbivisão de Braga atribuída a André Soares: o *Mappa da Cidade de Braga Primas*. In E. P. Oliveira, *18 olhares sobre André Soares*, I, (pp. 109-137). Braga
- Barbosa, I. V. (1863). Palácio dos Arcebispos de Braga. *Archivo Pittoresco*, VI(52), 405-406. Consultado em: http://hemerotecadigital.cm-Lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1863/TomoVI/N52/N52_master/ArquivoPitoresco1863N52.PDF.
- Barroca, M. (1989). Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. *Revista de História*, IX, 9-61.
- Barroca, M. (1998). Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Séc. XII-XV). *Revista de História das Ideias*, 19, 39-103.
- Benevolo, L. (1999). *La captura del infinito*. Celeste Ediciones.
- Bessa, P. (2013). *O “Paço”: Os Paços Arcebispaes de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*. Braga: Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/34437>
- Braga, C. L. (1975). Discurso do Reitor, Carlos Lloyd Braga. Abertura do ano letivo 1975-76, em 16 de dezembro. In *Os Discursos dos Reitores (1974-2019)* (pp. 34-42). Braga: UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.10>
- Carvalho, M. J. L. C (1994). *Um livro de Horas do Arquivo Distrital de Braga: descrição codicológica*. Braga: ADB Universidade do Minho.
- Coelho, M. H. C. (1990). O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Congresso Internacional. II* (pp. 389-462). Braga: UCP/FT/Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.
- Cortez, F. R. (1958). *Museu Dom Diogo de Sousa. Roteiro Sumário*. Braga: Câmara Municipal.
- Costa, A. J. (1993). D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral* (pp. 15-118). Lisboa: Academia Portuguesa de História.

- Costa, A. J. (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. I (2ª edição). Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- Costa, L. (1996). O património do Paço Episcopal de Braga em 1911. *Mínia*, 3ª série (4), 187-206.
- Cunha, A. (2019). Posfácio. In M. M. Oliveira, *Abrir “O Paço” à cidade*. Braga: UMinho Editora <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.2>
- Cunha, R. (1989). *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução Fac-Similada de exemplar de 1635. Porto: Barbosa & Xavier, Lda.
- Feio, A. (1920). A Biblioteca Pública de Braga. Notas históricas. *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, 1. Braga.
- Feio, A. (1984). *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. Braga: Biblioteca Pública/ Universidade do Minho.
- Ferreira, J. A. (1928-1934). *Fastos episcopais da igreja primacial bracarense (séc. III- XX)*. 4 volumes. Braga: Mitra Bracarense.
- Fontes, L.; Lemos, F.S.; e Cruz, M. (1997-98). “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 14/15 (II série). 137-164. Consultado em: <http://hdl.handle.net/1822/10299>.
- Freitas, B. J. S. (1890). *Memórias de Braga*. Braga: Imprensa Católica.
- Gaspar, A. (1985). Escavações arqueológicas na rua de Nª Sª do Leite. *Cadernos de Arqueologia*, 2(I série), 51-125.
- Guimarães, E. A. (1983). Morte e ressurreição de um palácio. *Mínia*, 2ª série, 6(7), 119-145.
- Lemos, F. S.; Delgado, M.; e Martins, M. (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço. Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 5, 67-76. Consultado em: <http://hdl.handle.net/1822/10276>.
- Marques, J. (1982). Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1185-1545). *Bracara Augusta*, XXXVI (Jan-Dez), 81-82 (94-95), 71-20.
- Marques, J. (1983). *Braga Medieval*. Braga.
- Marques, J. (1986). O Castelo de Braga (1350-1450). *Mínia*, 8, 5-34.
- Marques, J. (1988). *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.
- Martins, M.; e Ribeiro, M. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos* (pp.11-44). Braga: CITCEM/IEM: <http://hdl.handle.net/1822/23983>.

- Martins, M.; Ribeiro, J.; Magalhães, F.; e Martínéz Peñin, R. (2018). Braga em época tardoromana e tardo-antiga. In M. C. Ribeiro; e A. S. Melo (Eds.), *In Tempore Sueborum. El Tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El Primer Reino Medieval de Occidente* (pp. 241-246). Orense: Diputacion Provincial.
- Martins, M.; Ribeiro, M. C.; Meireles, J.; Fontes, L.; Magalhães, F.; e Braga, C. (2012). Água. Um património de Braga. Braga: UAUM/CITCEM.
- Melo, A.; e Ribeiro, M. C. (2013). A Mobilidade dos artistas biscainhos nas construções medievais portuguesas: estudo preliminar. In *As Cidades na História. População* (pp. 149-178). Guimarães: CMG.
- Maurício, R. (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532). Urbanismo e arquitectura*. Leiria: Magno edições.
- Milheiro, M. (1993). Braga no século XVIII: A urbanização do Campo dos Touros. *Museu, 4ª série* (1), 151-160.
- Milheiro, M. (2003). *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: NEPS/ICS.
- Neto, M. J. B. (2001). *Memória, propaganda e poder. O restauro dos Monumentos Nacionais*. Porto: FAUP.
- Norbert-Schultz, C. (1972). *Existence, space and architecture*. Londres: Studio Vista.
- Nunes, H. B. (2014). Cultura na Universidade. In F. M. Ferreira; H. M. B. Nunes; M. C. F. Oliveira; R. Ribeiro; e M. M. Oliveira, *História da Universidade do Minho 1973 1974-2014* (pp. 353-402). Braga: Universidade do Minho/Fundação Carlos Loyd Braga. <http://hdl.handle.net/1822/33857>.
- Oliveira, E. P. (2004). *A capela de S. Sebastião, em Braga. Forum*, 36, 71-112.
- Oliveira, E. P. (2005). A difícil dialéctica entre o passado e a modernidade: Braga 1925-1950. *Forum*, 38, 81-116.
- Oliveira, E. P. (2011). *André Soares e o rocó do Minho*. 4 vols. Porto: Ed. Autor.
- Oliveira, E. P. (2013). *O Paço Arquiepiscopal de Braga*. s.l: s.n. (inédito).
- Oliveira, E. P. (2014-15). A Galeria do Antigo Paço Arquiepiscopal e os livros. *Forum*, 49-50, 109-122.
- Oliveira, M. M. (2014). A especialização da Universidade. In F. M. Ferreira; H. M. B. Nunes; M. C. F. Oliveira; R. Ribeiro; e M. M. Oliveira, *História da Universidade do Minho 1973 1974-2014* (pp. 225-283). Braga: Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/33857>.
- Oliveira, M. M. (2019). *Abrir "O Paço" à cidade*. Braga: UMinho Editora. <https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/2>

- Ribeiro, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga: UMinho. <http://hdl.handle.net/1822/8113>.
- Ribeiro, M. C. (2011). *O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga*. Coleção Sítios com História. Braga: Universidade do Minho.
- Ribeiro, M. C. (2017). A (re)construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. In G. Caverio Domínguez, *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. III. *La Ciudad y su discurso* (pp. 9-40). León: Universidad de León. <http://hdl.handle.net/1822/54607>.
- Ribeiro, M. C. (2018). O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga. In A. A. Andrade; C. Tente; G. M. C. M. Silva; e S. Prata, *Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval* (pp. 359-380). Lisboa: IEM. <http://hdl.handle.net/1822/57092>.
- Ribeiro, M. C.; e Martins, M. (2012). Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Câmara de Braga (Século XVIII). In M. Martins; I. V. Freitas; e M. I. del Val Valdivieso, *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração* (pp. 179-222). Braga: CITCEM. <http://hdl.handle.net/1822/19871>.
- Ribeiro, M. C.; e Martins, M. (2018). A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões* 1(40), 11-38. Consultado em: <http://hdl.handle.net/1822/55263>.
- Ribeiro, M. C.; Martins, M.; Magalhães, F.; e Botica, N. (2018). The urban morphology in Braga, fourteenth-fifteenth centuries. Analysis methodology. In F. Sabaté e J. Brufal (eds.), *Medieval Territories* (pp. 359-388). Cambridge Scholars Publishing Brepole.
- Rocha, M. J. M. (1996). *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga (1693-1751)*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- Santos, D. G. (2019). André Soares e dois painéis de azulejos *rokoko* no antigo Paço Arquiepiscopal de Braga. In E. P. Oliveira (Ed.), *18 olhares sobre André Soares, I* (pp. 223-239). Braga.
- Soares, F. N. (1990). *D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, arcebispo de Braga (1810-1888). Documentos para a sua biografia no I Centenário da sua morte*. Cantanhede: Santa Casa da Misericórdia.
- Soromenho, M. (1991). *Manuel Pinto de Vila Lobos, da engenharia militar à arquitectura*. (Dissertação de Mestrado). FCSH/UNL, Lisboa.
- Smith, R. C. (1968). A Casa da Câmara de Braga (1753-1756). *Bracara Augusta*, 22 (63-66), 283-310.
- Smith, R. C. (1972). *Três Estudos Bracarenses*. Braga: Livraria Cruz.
- Smith, R. C. (1973). *André Soares. Arquitecto do Minho*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vasconcelos, M. A. J. (1988). O Mapa das Ruas de Braga de 1750. Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no séc. XVIII. *Forum*, 4, 91-101.

Vasconcelos, M. A. J. (1992). Breve notícia das obras realizadas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal. *Forum*, 11, 3-8.

Vasconcelos, M. A. J. (1997). Achegas para o estudo do Paço do Arcebispo D. José de Bragança. *Forum*, 22, 65-84.

O ANTIGO PAÇO DOS ARCEBISPOS DE BRAGA

O antigo Paço dos arcebispos de Braga ocupa um inequívoco lugar de destaque na paisagem urbana bracarense, cuja complexa história se entrecruza com a da construção do próprio palácio, constituído por um complexo de edifícios que se foram anexando uns aos outros, entre os séculos XIV e XVIII. Situado nas proximidades da Sé Catedral, o Paço arcebispal desenvolve-se por uma vasta área do centro histórico de Braga, sendo reconhecido como um dos edifícios patrimoniais mais emblemáticos da cidade, que tira também partido das características que foram conferidas aos seus espaços envolventes no contexto da intervenção de restauro ocorrida entre 1930 e 1950.

Como exemplar complexo de arquitetura civil, o Paço arcebispal conta-nos uma história longa e dinâmica, associada aos protagonistas que ajudaram a dar forma aos edifícios que formalizam o palácio, um indiscutível testemunho do poder e importância que os arcebispos tiveram na história de Braga. O Paço dá também conta da evolução e do pulsar da cidade ao longo de séculos, pois nele encontramos expressões das diferentes tendências artísticas e culturais que se fizeram sentir, um pouco por toda a Europa, entre os finais da Idade Média e os finais do Antigo Regime. Assim, os seus sucessivos acrescentos e fases construtivas representam exemplos paradigmáticos da racionalidade urbanística e das linguagens arquitetónicas características do longo período de progressiva construção dos “paços” que compõem o Paço arcebispal bracarense. A história da sua evolução representa também um excelente testemunho das mudanças ocorridas nas cidades com vocação senhorial, permitindo-nos entender como foram mudando as estratégias de propaganda e de afirmação pública do poder no espaço urbano medieval, renascentista e barroco.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-54-9



9 789898 974549 >